

**EVELIN MARA CÁCERES DAN
TÂNIA PAULA DA SILVA
VIVIAN LARA CÁCERES DAN
JULIANO MORENO KERSUL
(Organizadores)**

**CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DO I SEMINÁRIO SOBRE
AMBIENTE URBANO: POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Cáceres/MT, 31 de Maio a 02 de Junho de 2010.



**Depto. De
Direito**

**Depto. De
Geografia**

OS DADOS E A COMPLETUDE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS
RESUMOS E ARTIGOS SÃO DE INTEIRA E ÚNICA RESPONSABILIDADE DE
CADA AUTOR.

Capa: Kleber Severino Guedes

Criação: Tânia Paula da Silva, Evelin Mara Cáceres Dan, Vivian Lara Cáceres Dan
e Juliano Moreno Kersul

Ilustração: Leonardo Vançan da Rocha Santos

Diagramação: Tânia Paula da Silva

Impressão: Gráfica Nova Cáceres

Coordenação Editorial
Projeto Gráfico/Diagramação/Capa

Marilda Fátima Dias/
Evelin Mara Cáceres Dan/
Tânia Paula da Silva/
Vivian Lara Cáceres Dan/
Juliano Moreno Kersul

Copyright © 2010/Editora Unemat
Impresso no Brasil – 2010

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenadoria de bibliotecas UNEMAT –
Cáceres

S47113

**I Seminário do Meio Ambiente Urbano, (1, 2010: Cáceres, MT)
“Políticas Públicas Urbanas e o Desenvolvimento Sustentável”.**

Anais da 1º I Seminário do Meio Ambiente Urbano, Cáceres, MT, 31
a 02 de junho, 2010, Brasil. Evento realizado pelo Departamento de
Direito e de Geografia, DAN, Evelin. M. C. e SILVA, Tânia P. da
(Orgs) *et all.* Cáceres, MT: Unemat, 2010.

1. Políticas Públicas Urbanas. 2. Degradação do Meio Ambiente e o
paradigma das cidades sustentáveis. 3. Produção do espaço urbano.
4. Desigualdades do uso e ocupação do solo urbano 5. Cáceres/MT.
I. DAN, Evelin. M. C; II SILVA, Tânia. P; III. DAN, Vivian L.C; IV.
KERSUL, Juliano M.; Universidade do Estado de Mato Grosso. IV.
Título.

CDU 91

Campus Universitário Jane Vanini
Departamento de Direito e Departamento de Geografia

**I SEMINÁRIO SOBRE AMBIENTE URBANO: POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
31 de Maio a 01 de Junho de 2010

COMISSÃO ORGANIZADORA

Coordenação Geral

Evelin Mara Cáceres Dan
Tânia Paula da Silva
Vivian Lara Cáceres Dan
Juliano Moreno

Comissão Científica

Célia Alves de Souza
Dilma Lourenço Costa
Evelin Mara Cáceres Dan
Joaquim Correa Ribeiro
Juliano Moreno Kersul
Ronaldo José Neves
Rosália Casarin
Sandra Mara Alves da Silva Neves
Tânia Paula da Silva
Vivian Lara Cáceres Dan

Comissão Técnica

Alianna Caroline Souza Cardoso
Anne Caterine S. A. de Campos
Camillo Araújo
Cárita Rodrigues de Aquino
Caroline Santiago Conceição
Gabriel José Rodrigues Maciel
Gustavo Roberto dos Santos Leandro
Hugo Franco
Jaqueline dos Santos Cochev
Jennifer Oberger Ferreira
Jesã Pereira Kreitlow
Juarez Francisco Chuve de Jesus
Laura Aparecida Justiniano
Leonardo Vançan da Rocha Santos
Maráisa Santiago Conceição
Patrícia Moreira Neves
Rafaela Cesar

APOIO

**FAPEMAT - FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MATO
GROSSO**

SUMÁRIO

Apresentação	06
Programação	07
PARTE I - MESAS REDONDAS	09
A Produção do Espaço Urbano: reflexões sobre a sustentabilidade Profa. Dra. Sônia Romancini	10
Questões Sócio-Espaciais da Cidade de Cáceres que Configuram a Desigualdade Profa. Ms. Vivian Lara Cáceres Dan	26
Por uma Epistemologia da Sensibilidade: o desafio de ensinar história no limiar do século XXI Prof. Ms. Rubens Lacerda	38
PARTE II - RESUMOS EXPANDIDOS	55
(Re)produção de Espaço Urbano: possibilidade de sustentabilidade e desenvolvimento bairrial a partir da implantação da zona de processamento de exportação (ZPE) em Cáceres-MT Alianna Caroline Sousa Cardoso e Profa. Esp. Evelin Mara Cáceres Dan	56
Patrimônio Histórico de Cáceres/MT: gestão, uso e conservação Profa. Ms. Bárbara Ferraz Buhler; Profa. Marilza da Silva Costa e Profa. Dra. Maria Clara Migliacio	65
Diagnóstico dos Impactos Ambientais com a Prática do Turismo na Caverna do Jabuti em Curvelândia/MT Prof. Regis Amancio Fiorentino e Profa. Ms. Tânia Paula da Silva	79
O Ambiente no Discurso Constitucional: espaço de interpretação Profa. Dra. Ana Luiza Artiaga R. da Motta	97
Considerações Preliminares sobre a Ocupação do Vale das Lagoas na Sub-Bacia do Córrego da Onça no Município de Três Lagoas/MS Profa. Ms. Maria Aparecida de Souza e Raoni Murilo Souza Tosta	113
Fogo no Mato Grosso: a (in) eficácia das estratégias de combate Alianna Caroline Sousa Cardoso e Leonardo Vançan da Rocha Santos	128
Análises das Mudanças do Uso do Córrego Sangradouro – MT Profa. Ms. Laura Aparecida de Arruda Justiniano e Gustavo Roberto dos Santos Leandro	137

Cidadania e Cultura: Uma reflexão sobre os caminhos para uma democracia cultural Prof. Ms. Juliano Moreno Kersul de Carvalho	145
Educação Ambiental no Contexto Escolar: análise da percepção dos professores e alunos do ensino médio Profa. Márcia Luzia de Souza e Profa. Ms. Tânia Paula da Silva	165
Gestão Ambiental em Bacias Hidrográficas: medidas importantes para uso e conservação dos recursos naturais no córrego das pitas – MT Profa. Ms. Leila N. P. da Silva; Profa. Dra. Célia A. de Souza e Profa. Nádia M. Bindandi	186
O Problema do Lixo Urbano e o Marketing na Qualidade de Vida Prof. Esp. Marcos dos Santos	201
Caracterização Ambiental no entorno do Córrego do Fontes, entre a rua Pedro Alexandrino e a rua da Maravilha em Cáceres/MT: subsídio para gestão Profa. Dra. Célia A. de Sousa; Prof. Ms. José Carlos de O. Soares e Profa. Elisângela do N.Cintra	211
Ocupação na Margem Esquerda da Baía Três Bocas no Município de Cáceres/MT Profa. Eliane Maria da Silva e Profa. Dra. Célia Alves de Souza	222
Ocupação da Margem Esquerda do Rio Paraguai: trecho urbano do município de Cáceres/Sudoeste Matogrossense Gustavo Roberto dos Santos Leandro e Profa. Dra. Célia Alves de Souza	238
As Políticas de Desenvolvimento Urbano de Reversão da Desigualdade Social e sua Concreta Efetividade nas Sociedades Capitalistas Profa. Evelin Mara Cáceres Dan	253
PARTE III – RESUMOS SIMPLES	262
Elaboração do Plano Diretor em Cáceres/MT: um projeto em construção Profa. Ms. Tânia Paula da Silva	263
A Bacia Hidrográfica do Córrego Cachoeirinha, afluente da Margem Esquerda do Rio das Mortes/MT Marciel H. da Silva; Rosivaldo F. Mendes e Profa. Dra. Célia A. de Souza	264
Queimadas em Quintais: um estudo de caso na cidade de Cáceres/MT Alianna Caroline Sousa Cardoso e Leonardo Vançan da Rocha Santos	265

APRESENTAÇÃO

O I Seminário Sobre Ambiente Urbano: políticas públicas e desenvolvimento sustentável foi realizado pelo Departamento de Direito e de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Cáceres/MT, no período de 31 de Maio a 02 de Junho de 2010.

O evento teve por finalidade precípua esclarecer a sociedade, por meio de debates, sobre os possíveis impactos de ordem ambiental, econômico e social com a expansão urbana de forma desordenada, apresentando para tanto alternativas que minimizem os impactos causados por essa deteriorização do espaço urbano. Assim, buscou-se contribuir com o Poder Público, mediante a atuação qualificada da Universidade e engajamento de seus acadêmicos e pesquisadores, na busca de melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem nas cidades, bem como minimizar os efeitos degradatórios ao ambiente natural por força da má utilização dos espaços urbanos.

Visando aumentar o leque de discussões sobre estes e outros problemas advindos da falta de critérios na exploração dos recursos naturais, vários pesquisadores contribuíram com suas experiências através de palestras e mini-cursos, melhorando direta e indiretamente o nível de percepção dos participantes do evento.

Assim, o I Seminário sobre Ambiente Urbano contribuiu com a consolidação de reflexões em andamento, ao permitir diálogos necessários acerca da coerência e da coesão teóricas, metodológicas e históricas das reflexões, bem como abriu novos caminhos de análise, ao possibilitar o contato entre pesquisadores de lugares, de teorias e de posições políticas diversas, definindo-se como espaço primaz de diálogo e de relativização do conhecimento original em construção na questão urbana-ambiental.

Comissão Organizadora.

PROGRAMAÇÃO

MESAS REDONDAS

31/05/2010 (segunda-feira)

19h00min
às
23h00min

Tema da Mesa Redonda: POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS
Palestrantes: Prof. Dr. Jan Bitoun (UFPE)
Prof. Adilson Reis (Secretário de Indústria e Comércio de Cáceres-MT)
Prof. Esp. Hamilton Lobo
Coordenadora: Profa. Ms. Vivian Lara Cáceres Dan (UNIOESTE)

01/06/2010 (terça-feira)

19h00min
às
23h00min

Tema da Mesa Redonda: DEGRADAÇÃO DO AMBIENTE URBANO E O PARADIGMA DAS CIDADES SUSTENTÁVEIS
Palestrantes: Profa. Dra. Sônia Romancini (UFMT)
Profa. Ms. Vivian Lara Cáceres Dan (UNIOESTE)
Prof. Ms. Rubens Lacerda (UNEMAT)
Coordenadora: Profa. Esp. Evelin Mara Cáceres Dan (UNEMAT)

02/06/2010 (quarta-feira)

19h00min
às
23h00min

Tema da Mesa Redonda: PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: reflexões sobre a qualidade ambiental urbana
Palestrantes: Profa. Dra. Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD)
Prof. Dr. Landolfo Junior (Advogado Ambientalista)
Coordenadora: Profa. Ms. Tânia Paula da Silva (UNEMAT)

OFICINAS/MINI-CURSOS

01 e 02/06/2010 - Horário: 08h00min às 12h00min

Mini - Curso 01: Capitalismo e Esquizofrenia
Ministrante: Prof. Ms. Adson de Arruda (UNEMAT)

Mini - Curso 02: Cidadania e Cultura: caminhos para democratização cultural
Ministrante: Prof. Ms. Juliano Moreno Kersul de Carvalho (UNEMAT)

Mini - Curso 03: Dinâmicas e Vivências em Educação Ambiental
Ministrante: Prof. Ms. Juan Maro Kersul de Carlos (UFMT)

Mini - Curso 04: Princípios do Direito Ambiental e o Estatuto da Cidade

Ministrantes: Prof. Esp. Jesus Vieira de Oliveira e Profa. Ms. Sandra Maria S. de Lima (UNEMAT)

Mini - Curso 05: O Problema do Lixo Urbano e o Marketing na Qualidade de Vida

Ministrante: Prof. Esp. Marcos dos Santos (UNEMAT)

Mini - Curso 06: Técnica Metodológica de Entrevistas para utilização em Pesquisas Geográficas em Área Urbana

Ministrante: Profa. Ms. Laura Ap. Justiniano; Profa. Ms. Leila Nalis Paiva; Profa. Ms. Maria Ap. de Souza. (UNEMAT)

Mini - Curso 07: Teorias da Justiça e o Direito Indígena

Ministrante: Prof. Ms. Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque (UFMT)

Mini - Curso 08: O discurso de higienização e urbanização na constituição de uma cidade disciplinar

Ministrante: Prof. Ms. Clementino Nogueira de Souza (UNEMAT)

01 e 02/06/2010 - Horário: 14h00min às 16h00min

Palestra: Diálogo com a Teoria do Direito e a Contemporaneidade

Ministrante: Prof. Ms. Isaac Reis (UFPE)

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038

MESAS REDONDAS

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO – REFLEXÕES SOBRE A SUSTENTABILIDADE

Sônia Regina Romancini¹

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo contribuir para a reflexão sobre os agentes responsáveis pela produção e organização do espaço urbano e as mudanças socioespaciais. Coloca em discussão o conflito das diferentes classes sociais na produção da cidade e questiona a utopia da sustentabilidade. Apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa “Mudanças socioespaciais em Cuiabá-MT: a atuação dos empreendedores imobiliários e o papel do Estado (1970-2010)”, desenvolvida no Pós-Doutorado Sênior junto ao Programa de Pós-doutoramento do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), sob a supervisão da Prof.^a Dr.^a Ana Fani Alessandri Carlos, com o apoio do CNPq. Entre os procedimentos adotados para o desenvolvimento da pesquisa, destaca-se o levantamento bibliográfico e documental. O texto evidencia que a terra nas cidades mato-grossenses está relacionada ao processo de urbanização espoliativo, próprio das cidades brasileiras. A periferização das classes populares reflete a segregação socioespacial e a consequente exclusão dos benefícios urbanos das camadas menos favorecidas da população. Conclui-se que é preciso a implementação de políticas públicas para reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover a democratização do planejamento e da gestão das cidades.

Palavras-chave: Cidade; espaço; sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

*A moradia urbana vai além do terreno.
Ela deve ser de transporte público, água tratada, energia elétrica,
drenagem pluvial, coleta de lixo, pavimentação,
além de estar próxima de escolas, centros de saúde, centros de abastecimento, etc.
Habitar na cidade vai além de possuir um terreno ou mesmo uma casa.
(Ermínia Maricato)*

¹ Doutora em Geografia pela UNESP. Pós-doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista do CNPq. Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano Regional (CNPq-UFMT). E-mail: sromancini@terra.com.br

A estruturação urbana resulta da combinação ou articulação de ações dos diversos agentes produtores do espaço urbano. Diz respeito não apenas à localização, distribuição dos serviços, áreas residenciais, comerciais e industriais, como também à interrelação entre esses diferentes usos do solo.

O processo de produção do espaço urbano envolve uma série de agentes conhecidos como “agentes produtores do espaço urbano”, cujas ações orientam a forma e os usos do solo na cidade. Essas ações interferem na produção e na apropriação do espaço urbano.

De acordo com Harvey (1980), estes são os agentes produtores do espaço urbano, com relação ao mercado da moradia, que diferem em determinar o valor de uso e o valor de troca: os usuários ou consumidores do solo; os corretores de imóveis; os incorporadores e a indústria de construção da habitação; as instituições financeiras e as instituições governamentais.

Para o desenvolvimento da pesquisa são analisadas a atuação e as estratégias utilizadas pelos seguintes agentes do processo de reprodução do espaço urbano:

- O Estado que interfere na produção do espaço urbano em suas diferentes escalas de organização (federal, estadual, municipal) e de diferentes formas: produção da legislação; realização de empreendimentos; aplicação da tributação (IPTU, INSS); tomada de decisões para investimentos em espaços urbanos (meios de consumo coletivo); prestação ou concessão de serviços públicos; e oferta de financiamentos.

- Os incorporadores e construtores que realizam a gestão do empreendimento: promovem o estudo técnico, providenciam a legalização, constroem os imóveis e os lançam no mercado. Nesta última etapa contam com a cooperação dos corretores imobiliários que realizam a venda da mercadoria imóvel, que pode ser financiada pela construtora ou por outros agentes de financiamentos. Os corretores imobiliários estimulam a criação de novas demandas no mercado.

Verifica-se que na produção da cidade capitalista vários são os agentes que se interrelacionam no processo de produção do espaço. Esse processo de produção encerra inúmeros conflitos entre os diversos agentes, sendo que o Estado se destaca nessa (re)construção da cidade, pois através dos meios de consumo coletivos também mediatiza as contradições e os conflitos de interesse.

Destaca-se, para o desenvolvimento da presente pesquisa, as contribuições de Carlos (2001) sobre o processo de reprodução espacial na metrópole que se realiza na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A teórica ressalta que a articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais por meio da reprodução do espaço.

Nos estudos realizados por Corrêa (2000), a cidade é o local onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem, constituindo um conjunto de símbolos e campo de lutas sociais. Segundo sua concepção, o espaço urbano apresenta-se fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra.

Na concepção desse autor, a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais que surge da localização diferenciada destas classes no espaço urbano, em consequência da diferenciada capacidade que cada grupo social tem para pagar pela sua residência, a qual é diferente em termos de localização e de características.

Souza (2008) aponta duas problemáticas presentes na cidade: a pobreza e a segregação residencial. Afirma que é preciso melhores condições de habitação na escala da casa e também do local de moradia, com investimentos públicos em infraestrutura técnica e social, em habitação popular, regularização fundiária, entre outros.

A exemplo do que ocorre em outras cidades brasileiras, nas cidades mato-grossenses, a terra urbana e as edificações integram as mercadorias do modo de produção capitalista. Rodrigues (1991), ao analisar a terra como mercadoria, reporta-se ao consenso de todas as correntes de pensamento de que só o trabalho cria valor. Entretanto, a terra é uma mercadoria que tem preço, que é vendida no mercado, e que não é reproduzível. É uma mercadoria sem valor no sentido de que seu preço não é definido pelo trabalho na sua produção, mas pelo estatuto jurídico da propriedade da terra, pela capacidade de pagamento dos seus possíveis compradores.

Rodrigues (2005) afirma que a análise da cidade deve levar em conta os princípios do Estatuto da Cidade (Lei 10257/01) que propiciam desvendar conflitos relacionados ao planejamento, apropriação, propriedade, gestão e uso do solo nas áreas urbanas. Ao discutir a função social da cidade e suas significações, a autora lembra a falta de acesso da maioria da população aos padrões de urbanidade vigentes e destaca que:

A cidade é compreendida como produto coletivo e não apenas decorrente dos agentes tipicamente capitalistas. Torna explícito que a população urbana não é a causa dos problemas e que estes devem ser analisados na complexidade da produção da e nas cidades. (RODRIGUES, 2005, p. 91)

Nessa perspectiva, a produção do espaço urbano em Mato Grosso está relacionada ao processo de urbanização espoliativo, próprio das cidades brasileiras. A periferização das classes populares reflete a segregação socioespacial e a conseqüente exclusão dos benefícios urbanos das camadas menos favorecidas da população.

Dessa forma, os agentes sociais responsáveis pela produção do espaço urbano, determinam de que forma esse espaço será apropriado, utilizando diferentes estratégias, com o favorecimento do poder público. Como decorrência desse processo, constata-se uma nova organização

socioespacial das cidades, motivada pela especulação imobiliária, onde seus agentes utilizam vários meios para obter lucro sobre o solo urbano, provocando a segregação socioespacial e impossibilitando as classes de baixo poder aquisitivo de usufruir de espaços bem estruturados.

Diante do exposto, é necessário que os municípios implementem políticas públicas tendo em vista a reforma urbana, a qual é definida por Souza (2008, p. 112) como uma reforma social estrutural, com forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social. Conforme a análise do autor, mediante a implementação dessas políticas públicas, será possível reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover a democratização do planejamento e da gestão das cidades.

Pautada em Lefebvre, Carlos (2001) evidencia que uma das características da sociedade moderna é a prioridade do valor de troca sobre o valor de uso. Seus estudos sobre as transformações ocorridas na metrópole paulista apontam uma tendência, manifesta na prática socioespacial, de que os espaços se reproduzem em função das estratégias imobiliárias, limitando as condições e possibilidades do uso do espaço pelos habitantes, pois cada vez mais os espaços urbanos são transformados em mercadoria, portanto a apropriação e os modos de uso tendem a se subordinar ao mercado.

Sob esse prisma, a exemplo dos estudos realizados por Carlos (2001), a produção do espaço urbano em Mato Grosso corresponde ao processo de mercantilização do solo, da moradia, dos meios de transporte coletivo e demais serviços urbanos. Um processo que se transformou num negócio lucrativo para os detentores do capital, que continuam lucrando de forma exorbitante com a construção e crescimento da cidade. Essa afirmativa é reforçada pela constatação de que as imobiliárias, incorporadoras, construtoras e proprietários de terras exercem o poder público, ou nele têm

seus representantes, detendo o controle da construção dos novos núcleos habitacionais, na anexação de novas áreas ao perímetro urbano, bem como na tomada de decisões sobre a alocação dos equipamentos coletivos.

Nas cidades brasileiras o padrão de segregação mais comum é o centro *versus* a periferia. É nas regiões centrais que se encontram a maioria dos serviços urbanos, tanto público como privado. É o local que é ocupado pelas classes de mais alta renda. E é na periferia que concentra os excluídos da sociedade, isolados de tudo e de todos. Neste sentido, o espaço mostra-se como um mecanismo de exclusão social, onde as pessoas de poder aquisitivo mais elevado se concentram nas terras com preços mais elevados e os de baixo poder aquisitivo nas áreas menos privilegiadas, cujo valor da terra é mais barato.

Castells (2000, p. 250) define a segregação urbana como sendo a “tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entres elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença como também de hierarquia.”

Por reconhecer que esta definição não consegue explicar o processo, o próprio autor acrescenta ainda que a segregação decorre do fato que toda a cidade é um entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais, ocorrendo misturas e combinações particulares na distribuição das atividades e dos *status* no espaço. A própria sociedade se apresenta contraditória, havendo uma interação de forças econômicas, políticas e ideológica na composição do espaço residencial.

De uma maneira geral, os autores que abordam em seus estudos a temática segregação concordam em afirmar que esta nada mais é que manifestação espacial de desigualdades sociais. Seja qual for o motivo que torne um dado espaço urbano melhor que outras áreas da cidade, é para lá que os indivíduos da classe mais abastada, com maior prestígio, poder e *status* vão se agregar. Ainda que não haja atributos naturais especiais, ou

mesmo que se localize na periferia da cidade, este espaço será transformado, equipado com infraestrutura e equipamentos públicos que atendam os anseios desta classe social que ali se concentra.

Neste contexto, ressalta-se o papel do Estado ao dotar essas áreas com infraestrutura, inclusive com a construção de vias expressas, privilegiando o transporte individual e realizando poucos investimentos para melhorar o sistema de transportes coletivos.

Para Villaça (2001, p. 318) o que ocorre no Brasil é um descaso por parte do poder público em atender as reivindicações das camadas populares, haja vista que as melhorias no setor viário urbano, por exemplo, só surgem quando é “despertado o interesse imobiliário das camadas de mais alta renda por determinada região e direção de crescimento da metrópole”. Assim, as vias de acesso a essas áreas irão ser submetidas a sucessivas melhorias. Consequentemente, será despertado o interesse do mercado imobiliário, seja em nível de construção que ofereça atividades de comércio e serviços, como lojas, farmácias, hospitais, escolas, *shoppings*, bancos, dentre outros.

Em Cuiabá, Bernardino analisou a “cidade murada do século XXI” e apontou a criação de 60 condomínios e loteamentos fechados, no período de 1994 a 2002. A autora ressalta que “esta forma geográfica, que se impõe como um novo modelo de cidade do século XXI, muda drasticamente a morfologia urbana e as relações sociais” (BERNARDINO, 2008, p. 79).

Segundo Corrêa (2000), a periferia tem dupla face, uma com urbanização de status e outra popular. As áreas nobres, valorizadas por possuírem mar, sol, verde, com adequada infra-estrutura, são bairros de status. Nesse sentido, segundo o autor, devido ao termo periferia ser pejorativo, os bairros “periféricos fisicamente” deixam de ser assim chamados, pois conclui-se que os bairros de status não são socialmente periféricos.

Para Gottdiener (1993), os padrões de crescimento do espaço urbano de assentamento caracterizam-se, simultaneamente, por aglomeração e

descentralização dispersas numa escala regional em expansão. Dessa forma, comércio, indústria, atividades culturais, estruturas políticas locais e fontes financeiras abandonaram o centro histórico da cidade, ao mesmo tempo em que forças atuantes concentraram certas funções em locais específicos. Encadeando as atividades ao longo do espaço regional, estão modos hierárquicos de organização social ligados por telecomunicações, campos eletrônicos de processamento de informação e pela troca intensa de população através dos meios de transporte, caracterizando a metrópole desconcentrada.

Nesse contexto, a utilização do automóvel permitiu que a residência se separasse das lojas e do trabalho, levando à diferenciação espacial da cidade quanto às funções econômicas e culturais. O deslocamento territorial dos mais ricos, dada a facilidade de transporte, culminou numa segregação por renda entre a camada mais pobre da população, que permaneceu próxima do centro da cidade, e a mais afluyente, que se mudou para setores externos da metrópole. Isso levou a uma reorganização funcional das cidades dentro da região.

O autor em destaque apresenta um novo paradigma sobre os fenômenos econômicos, políticos e culturais que convergem para o espaço de assentamento. Para ele, ao invés das explicações para a produção do espaço baseadas no estudo das ações dos atores econômicos, que tomam decisões sobre custos de transporte e de produto, é necessário observar as ações das grandes firmas e as redes conjuntas público-privadas, organizadas em torno do circuito secundário do espaço, que manipulam o espaço na busca de lucros e superlucros.

CIDADE, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE

*Contemplando estes céus que
plasmastes e formastes com dedos de artista;*

*vendo a lua e estrelas brilhantes, perguntamos:
“Senhor, que é o homem, para dele assim vos lembrades
e o tratardes com tanto carinho?”*

*Pouco abaixo de Deus o fizestes,
coroando-o de glória e esplendor;
vós lhe destes poder sobre tudo,
vossas obras aos pés lhe pusestes.*

*As ovelhas, os bois, os rebanhos,
todo o gado e as feras da mata;
passarinhos e peixes dos mares,
todo ser que se move nas águas.
(Salmo 8)*

Embora a história das cidades se confunda com a própria história da humanidade, poucos são os debates enfocando os temas urbano-ambientais. Segundo Monte-Mór (1994, p. 174):

As áreas urbanas têm sido vistas tradicionalmente como espaços mortos, do ponto de vista ecológico. Ainda que tomadas como focos principais da problemática ambiental contemporânea - seja pela lógica da produção industrial e suas mazelas ambientais, seja pelos padrões de consumo que atuam intensamente na destruição e desperdício dos recursos naturais e humanos - as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais.

A respeito dessa temática, Guimarães (1995) chama a atenção para o crescimento urbano desordenado e a degradação do ambiente rompendo o equilíbrio ecológico local, distanciando a população humana de um meio natural equilibrado, conforme tem ocorrido nas grandes cidades.

Na análise realizada por Beltrão Sposito (1998), a concepção de defesa e preservação da natureza e do meio ambiente na civilização ocidental, privilegia a ideia de progresso como evolução e reconhece a natureza e seus elementos naturais como recurso. Como o conhecimento científico especializou-se a partir do século XIX, diminui a nossa capacidade de compreender a natureza como totalidade e o homem como parte dela.

Sob este prisma, a natureza não é vista como algo a ser respeitado, mas como algo a ser utilizado, a partir de uma visão que se instalou nos últimos dois milênios, de que tudo que existe é para servir ao homem. As amenidades naturais ou construídas são vistas como recursos que conferem valor aos empreendimentos imobiliários, conforme se constata nos seguintes exemplos da propaganda imobiliária em Chapada dos Guimarães e em Cuiabá:

Venha morar onde a natureza fez morada. Chateau Samambaia. Porque a vida merece ser vivida. Um projeto moderno e totalmente integrado à natureza... (ROMANCINI, 2005)

Sabe aquele sonho de ter um lote entre serras, cachoeiras e muita natureza. Altos de Santana é o mais novo loteamento de Chapada dos Guimarães, próximo ao Morro dos Ventos. Agora você pode morar, viver e sonhar. (ROMANCINI, 2005)

Primeiro grande condomínio horizontal de Mato Grosso, o Florais Cuiabá é sinônimo de viver bem, com segurança, lazer e muito conforto. Sinta o prazer de chegar em casa e relaxar, curtir a família, os amigos. A área verde que você sempre sonhou, com um clima agradável, onde você pode pôr em prática a verdadeira qualidade de vida. Sonhe e realize, conheça o Condomínio Florais Cuiabá [...] Visando qualidade de vida para seus moradores o Florais Cuiabá oferece: estações de ginástica; lagos contemplativos; área verde; espaço de convivência; quadra poliesportiva; pista de Cooper; quadras de tênis; campos de futebol; segurança 24 horas. (GINCO, 2010)

Áreas verdes... muito verdes, é o que você vai encontrar no Parque Residencial Beira Rio, que está situado próximo às principais universidades de Cuiabá e Várzea Grande. Além disso, o projeto foi elaborado com recursos paisagísticos e você irá dispor de 4 opções de planta, dentre as quais uma, certamente, é o sonho de sua família. (SÃO BENEDITO, 2010)

Lefebvre (1991, p. 116), ao abordar a questão da mercantilização da natureza, destaca que “o direito à *natureza* [...] entrou para a prática social há alguns anos em favor dos *lazer*es”. O autor salienta que a natureza entra

para o valor de troca e para a mercadoria, onde é comprada e vendida, assim esse lazer comercializado e industrializado acaba por destruir essa “naturalidade”.

Verifica-se que a natureza constitui uma mercadoria que proporciona valorização aos empreendimentos imobiliários, ao mesmo tempo em que ela é negada pelo desmatamento, assoreamento/poluição dos córregos, construções às margens dos córregos, entre outros fatores.

Diante desses acontecimentos questiona-se o desafio da sociedade atual em buscar formas de gerenciamento da cidade que contemplem os interesses coletivos e proporcione qualidade de vida para todas as pessoas.

Essas preocupações são acentuadas ao se considerar a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável que, segundo Rodrigues (2006), com esse conceito o que se pretende é a continuidade do desenvolvimento não só para o presente, mas também para o futuro.

Para a autora, as ideias de desenvolvimento sustentável e de sustentabilidade, referendam que todos os homens são iguais (perante a lei), todos têm o direito universal de “viver num ambiente saudável” e, sobretudo, todos têm a obrigação de garantir um “ambiente saudável” para as gerações futuras. Aprimora-se a forma de ocultar os conflitos de classe, as formas de apropriação das riquezas e a importância do território.

Face aos problemas apresentados pela urbanização em Mato Grosso, concorda-se com as discussões apresentadas por Rodrigues (2006), uma vez que nossa sociedade encontra-se muito distante de políticas públicas que garantam um ambiente urbano com justiça e inclusão social para todos os habitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido, sobre a produção do espaço urbano, permite concluir que a terra nas cidades mato-grossenses está relacionada ao processo de urbanização espoliativo, próprio das cidades brasileiras. A

periferização das classes populares reflete a segregação socioespacial e a consequente exclusão dos benefícios urbanos das camadas menos favorecidas da população, as quais são vítimas do desemprego e do subemprego.

Para atender à demanda por novas moradias, observa-se a ampliação do perímetro urbano, a criação de novos loteamentos, com agravantes para o ambiente urbano local, com a poluição dos mananciais urbanos, a retirada da vegetação, a formação de ilhas de calor, dentre outros fatores. Contraditoriamente, o “ambiente natural” torna-se um demonstrativo de qualidade de vida que pode ser comprada como o “ar puro”, a amenidade climática, a beleza paisagística e a possibilidade de se morar próximo ao “verde”, ao sossego, entre outros aspectos.

Finaliza-se essa reflexão com Souza (1994, p. 8), coordenador da Campanha Ação para a Cidadania, para o qual defender o ambiente pressupõe defender a democracia. Segundo suas ponderações, “no Brasil, a degradação do meio ambiente e da sociedade, das pessoas e da natureza constituem cara e coroa de uma mesma moeda, de um mesmo estilo de desenvolvimento e da ausência da democracia.”

Como reflexo dessa política adotada no País, milhões de pessoas vivem na miséria, com a degradação do ambiente, doenças, analfabetismo, entre outras conseqüências. Portanto, somente o pensamento democrático poderá elaborar princípios reguladores da relação humanidade e natureza. Nesse contexto, a pobreza e a fome mostram o grau máximo de expropriação e privação de direitos que uma população pode sofrer.

REFERÊNCIAS

BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. **A Cidade e a Natureza**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1998. (mimeo)

BERNARDINO, Ana de Cássia Moraes Abdalla. A cidade murada do século XXI. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). **Novas Territorialidades Urbanas em Cuiabá**. Cuiabá: EdUFMT, 2008, p. 65-81.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (Coleção Pensamento Crítico, 48).

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

GINCO **Empreendimentos** **Imobiliários**.
<http://www.ginco.com.br/TNX/conteudo.php?sid=116&cid=531> Acesso em: 30 maio de 2010.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas: Papirus, 1995. 105 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MONTE-MÓR, R.L.M. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.) **Território - Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 169-181.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando a Geografia).

_____. Direito à cidade e o Estatuto da Cidade. **CIDADES**, v. 2, n. 3, 2005, p. 89-110. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2005.

_____. Desenvolvimento sustentável: dos conflitos de classes para o conflito de gerações. In: SILVA, José Borzachiello da; LIMA, Luiz Cruz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira II**. São Paulo: Annablume, 2006.

ROMANCINI, Sônia R. As outras muralhas de Chapada. **CAESURA**. n. 27, p. 93-102, jul./dez. 2005. Canoas: Ulbra. Disponível em www.editoradaulbra.com.br. Acesso em: 28 maio de 2010.

SÃO BENEDITO. **Imobiliária e Construtora**. http://www.construtorasaobenedito.com.br/pt_BR/detalhe_empree.php?idEmp=37 Acesso em: 30 maio de 2010.

SOUZA, H. Defender o meio ambiente pressupõe defender a democracia. **Educador Ambiental**. São Paulo: WWF/Ecopress, 1994. Ano I, n. 4. p. 8.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

QUESTÕES SÓCIO-ESPACIAIS DA CIDADE DE CÁCERES QUE CONFIGURAM A DESIGUALDADE

Vivian Lara Cáceres Dan²

RESUMO: Este texto é parte da dissertação de mestrado que abordou a constituição e ampliação das enormes contradições do capitalismo manifestas em Cáceres-MT e a crescente desigualdade social, cuja formação espacial é elemento importante de análise para pensarmos por que a cidade de Cáceres pode ainda ser pensada no modelo dual Centro X Periferia e portanto dentro do modelo segregador. Assim ao abordar as estratégias de ordenação dos espaços da cidade os encaramos como um fator dessa política segregadora e das desigualdades vivenciadas em sociedade para atender interesses de uma elite local que instalada no Poder aponta lugares de desenvolvimento e conseqüentemente de acesso a bens coletivos. O percurso teórico-metodológico foi ancorado nas discussões de Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Milton Santos, Cecília Coimbra, Roberto Lobato Corrêa entre outros. Assim, juntam-se aos pressupostos teóricos à pesquisa qualitativa baseada em levantamentos bibliográficos referentes ao tema, coleta de dados em jornais, revistas, atas e requerimentos na Câmara Municipal, Leis, Projetos, entrevistas, boletins de ocorrência, mapas, pesquisa em sites oficiais como IBAMA, INCRA, IBGE, entre outros.

Palavras-chave: desigualdade - centro - periferia;

INTRODUÇÃO

Este texto é parte da pesquisa de mestrado que nasceu das minhas vivências e incômodo ao longo dos anos como pesquisadora-docente em reconhecer como a cidade é pobre e pelo interesse que tive na dinâmica e na história da cidade, ao tentar compreender as modificações na política, na economia, nos espaços, quem as estão promovendo, que estratégias estão sendo usadas e em que contexto essas mudanças estão ocorrendo para manter uma situação de grande desigualdade na cidade. Assim, o trabalho que apresento aqui foi construído a partir de algumas leituras marxistas, de

² Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).
Endereço eletrônico: viviancdan@hotmail.com

um incômodo inicial a respeito da desigualdade social evidenciada das mais diferentes formas nessa cidade e também da propagação de um discurso que coloca a cidade de Cáceres como pertencendo a uma região pobre, estagnada e de grave crise econômica, e que somente os dados da pesquisa poderiam nos revelar quais pontos eram reais ou escamoteadores dessa realidade e por quê. A partir de sua constituição passamos a destacar como se materializa essa cidade desigual, quais as estratégias para o controle social e criação da conformidade, sendo estas produzidas de diversas formas, na elaboração de leis, em reuniões com segmentos organizados, na construção do Plano Diretor, na ação da polícia, nas políticas sociais tratadas como política das “migalhas” que trazem alguns dados da pobreza que nos ajudam a explicar a situação de miséria congênita. Assim, dentro dessa proposta de explicar a desigualdade em Cáceres, conseguimos captar como esses segmentos de classe dominante (grandes proprietários, comerciantes e empresários) se beneficiam dessa situação, justificando as “permanências”, as ausências e contribuindo para que a mesma realidade se modifique lentamente, sempre voltadas para a acumulação de capital de alguns setores e para a política de exclusão.

OBJETIVOS

O objetivo geral da dissertação de mestrado pautou-se na pretensão de fazer um “raio X” da cidade, um quadro representativo da lógica de acumulação capitalista e perceber como esse município também está pautado na reprodução ampliada do capital e conseqüentemente produzindo as contradições que ele engendra: a desigualdade. A problemática atual que organizou essa dissertação foi discutir problemas relativos a essa desigualdade, seus reflexos e quais “soluções” foram apontadas até o momento para ludibriar as pessoas e fazê-las pensar que esse quadro está se alterando ou melhorando. No que tange a esse texto, a abordagem diz respeito à situação urbana da cidade tentando demonstrar como se dá a

estruturação da cidade sob a hegemonia do capital, para tanto analisamos a ocupação e ordenação da cidade, os agentes modeladores, quais os problemas verificados na expansão e qual a relação da função econômica da cidade com as desigualdades manifestas sócio-espacialmente.

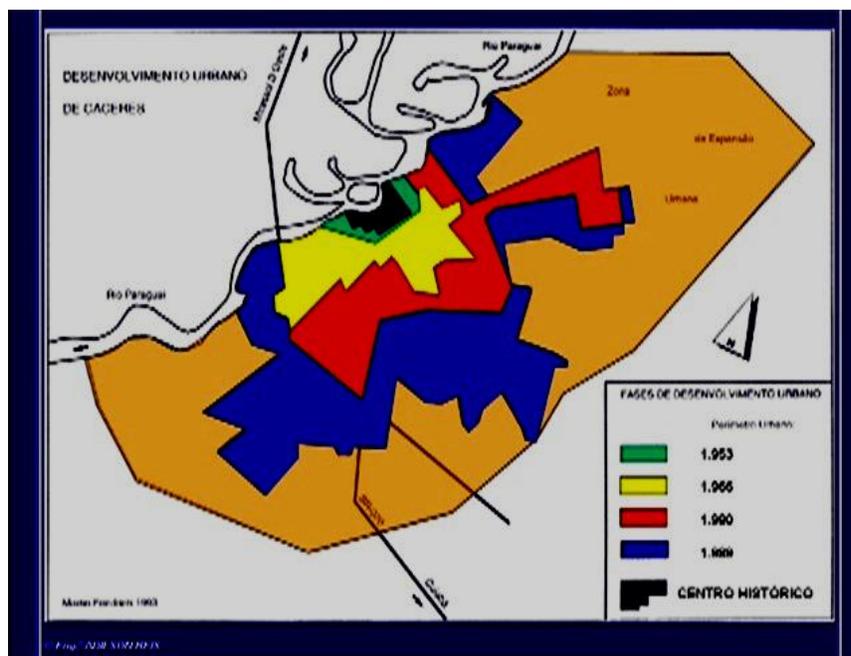
METODOLOGIA

Com o intuito de melhor compreender meu problema de pesquisa, dediquei-me ao detalhado levantamento bibliográfico e produção acadêmica voltados para a complexa questão das desigualdades manifestas. Tal levantamento foi sustentado pelos teóricos marxistas como Carlos Nelson Coutinho, Ronaldo Coutinho, Sônia Mendonça, Cecília Coimbra, Roberto Lobato Corrêa, Virgínia Fontes, José de Souza Martins, Karel Kosik, Milton Santos entre outros. Assim, juntam-se aos pressupostos teóricos à pesquisa qualitativa baseada em levantamentos bibliográficos referentes ao tema, coleta de dados em jornais, revistas, atas e requerimentos na Câmara Municipal, Leis, Projetos, entrevistas, boletins de ocorrência, mapas, pesquisa em sites oficiais como IBAMA, INCRA, IBGE, entre outros.

RESULTADOS

Segundo o estudo de Coy (1994) e outros, Cáceres foi subdividida em duas partes: **o centro** histórico e **a periferia**. “O centro histórico é o lugar de maior concentração de atividades comerciais” atualmente e onde já no final do século passado tinha uma importância para o Estado do Mato Grosso, pois ali agiam as antigas Casas Comerciais que mantinham contato com mercados europeus, ou seja, a função comercial e capitalista acabou moldando áreas e as desenvolvendo a serviço do capital. No centro ainda se localiza a parte comercial e de um bairro residencial da classe dominante, e ainda o chamado “calçadão” na Praça Barão do Rio Branco, que é ponto de atração para turistas e o principal ponto de encontro nos finais de semana

para uma parte da população de melhor poder aquisitivo e é tida como o palco “principal” dos eventos mais “importantes” da cidade.



Mapa do desenvolvimento urbano segundo estudos de COY e outros.
Fonte: Adilson Reis, 2008.

A definição de Coy (1994) sobre a divisão de Cáceres no que diz respeito ao uso do solo urbano, de certa forma se assemelha ao que foi discutido por Corrêa (1993, 07) ao esclarecer que o uso do solo define áreas como o centro da cidade “local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer”.

Embora o centro (núcleo) e a periferia nunca tenham se constituído em espaços socialmente homogêneos, e mesmo concordando com a idéia de que a perspectiva dual dos estudos sobre segregação urbana que predominou nas décadas de 1970/1980 não dá conta de explicar as transformações espaciais e as dinâmicas que ocorrem nesse espaço aqui pensado “enquanto produto e condição social” (SANTOS, 2005), já que o

modelo dual (centro-periferia) tradicional definia o elevado grau de desigualdade espacial de acordo com a distribuição da população pobre segregada nas periferias, distoando dos lugares centrais que concentravam as atividades econômicas e a infra-estrutura básica, constatamos que a desigualdade social pode sim ser vislumbrada em parte, nesta perspectiva dual já que a maior parte da cidade de Cáceres não dispõe ainda de vários elementos dessa infra-estrutura básica e seu desenvolvimento está relacionado a essa dualidade. Na área central da cidade de Cáceres encontram-se as residências de famílias antigas (consideradas tradicionais pois moram ali há muito tempo), a parte tombada pelo patrimônio histórico através da Portaria Estadual n.027-2002, e ainda concentra a maioria dos serviços e comércios, os serviços institucionais públicos, serviços de saúde, sendo portanto, a área mais valorizada em Cáceres.

Assim, percebemos que o espaço urbano não é apenas produzido, mas estruturado e consumido dentro de uma dinâmica vinculada à divisão social do trabalho. É a dinâmica da acumulação capitalista que está determinando a forma de produção e transformação do espaço construído. Por isso, cada parcela de terra urbana detém um valor de mercado que lhe é dado em função de sua localização e potencialidade de uso, e esses “termos produtivos” também são traçados em função das classes sociais que detêm poder sobre o mesmo. Coutinho (2007, p. 21) completa:

Formas de provisão de habitação, processos espaciais específicos como a suburbanização e metropolização e padrões de transformação do território que tendem a se estabilizar em ciclos históricos específicos têm sua lógica de transformação definida pelo regime de acumulação.

Coimbra (2001) constata que na história das cidades esses territórios valorizados economicamente têm suas populações empurradas para lugares ainda mais periféricos e de menor importância. E essas “periferias pobres” sobrevivem sem as mínimas condições de infra-estrutura ou saneamento.

Espaços esses ainda estigmatizados pelo “discurso hegemônico”, pois ali se produziram a violência e a criminalidade. Em sua análise:

Está, pois estabelecida/cristalizada a relação entre vadiagem/ociosidade/indolência e pobreza e entre pobreza e periculosidade/violência/criminalidade. Mesmo autores mais críticos têm caído, ao longo dos anos, nesta armadilha de, mecânica e ingenuamente, vincular pobreza e violência por meio de estudos baseados nas condições estruturais da divisão das sociedades em classes sociais e no antagonismo e violência resultantes dessa divisão. Tais estudos têm produzido como efeitos justificativas para a necessidade de vigilância e repressão contra os pobres, tão defendida pelas elites em muitos momentos de nossa história (COIMBRA, 2001, p. 81).

A paisagem urbana é quem denuncia essa segregação sócio-espacial: as camadas pobres vivendo em precárias moradias, em lugares desprovidos de infra-estrutura urbana, saneamento, postos de saúdes e escolas, localizados nas periferias urbanas ou em forma de enclaves (regiões isoladas) no centro das cidades de médio e grande porte.

A “fala oficial”³, bem como o Diagnóstico produzido pela Prefeitura em 2006 e alguns estudos sobre as “fases” do desenvolvimento da cidade justificam a falta de crescimento organizado justamente nessa expansão desordenada, no processo migratório e invasões, apontando isso como um fator negativo para o desenvolvimento da cidade e visto como ampliador das desigualdades. Segundo estudos de Coy (1994, p. 91) detectou-se em Cáceres:

Um desenvolvimento completamente desordenado no contexto urbano causado pelo processo migratório e pela expulsão do homem do campo para a cidade. E assim, grandes áreas urbanizadas surgiram de invasões e de grilagem e mais de 50% dos lotes urbanos particulares em

³ Aqui identificada na figura de alguns representantes políticos, o estudo de AGUIAR (1994) e jornal local.

Cáceres não tem documentos, nenhum título, somente posse.

Corrêa (1993) esclarece que a valorização imobiliária de algumas áreas em detrimento de outras ocorre, entre outros fatores, devido à ação de “promotores imobiliários” que criam certas estratégias para que se mantenham “bairros de status” onde o preço da terra será elevado. Neste local também haverá uma maior acessibilidade aos meios de transporte, segurança, serviços, mínima infra-estrutura, tornando-o sempre atrativo ao capital imobiliário. Portanto, a articulação de vários agentes, entre eles os proprietários fundiários, os promotores imobiliários e o próprio Estado que viabiliza a infra-estrutura, são práticas que se efetivam nos bairros ou setores residenciais. O Estado, portanto atua também na organização espacial da cidade. Ainda segundo o referido autor:

É através da implantação de serviços públicos, como calçamento, pavimentação, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc., interessantes tanto às empresas como à população em geral, que a atuação do Estado se faz de modo mais corrente e esperado. CORRÊA (1993, p. 45).

O planejamento inicial da cidade de Cáceres pode ser considerado ação direta e explícita do Estado, pois o primeiro plano diretor da cidade, elaborado em 1874, estabeleceu a planta básica da “Vila Maria do Paraguay”⁴, medidas das ruas, quarteirões, travessas e onde deveriam desembocar ou cortar. Sobre isso Corrêa (1994) ressalta que a segregação residencial pode resultar também de uma ação direta e explícita do Estado através do planejamento, quando da criação, a partir do marco zero, de núcleos urbanos. Nesse sentido, o primeiro planejamento da cidade de Cáceres, elencado pelo estudo de Coy, que vem inaugurando a atuação do

⁴ Primeira denominação de Cáceres.

Estado, reproduziu um velho modelo colonial descrito por Hansen, que persiste até os dias atuais: colocando os pobres principalmente na periferia.

Pereira (2008) aponta que devido ao inchaço dos grandes centros urbanos por uma população com baixo nível sócio econômico, esta população ocupou as regiões mais precárias e também mais periféricas, de forma desordenada, sem infra-estrutura, o que em estudos de alguns autores como Cano (1998), Lago (2000), Santos (2005) esse processo é denominado de periferização, discussão esta que cabe na abordagem sobre Cáceres.

O estudo de Coy (1994) e outros colocam Cáceres dentro desse estágio de “estagnação econômica” e esta estagnação, é vista aqui como consequência do desemprego e também de sérios problemas sociais: “o poder aquisitivo de grande parte da população diminui gradativamente, o que leva a um processo de **segregação na sociedade**” (grifo nosso) e portanto chega-se à suburbanização, já que esses segmentos da sociedade em situação econômica deteriorada não conseguem pagar aluguel de valor mais elevado no **centro** da cidade ou em lugares mais estruturados. É sutil mas o estudo de Coy, por várias vezes retira a responsabilidade dos agentes modeladores da urbanização e culpa a economia ou o Estado retirando a responsabilidade direta dos agentes que estão a frente desse amplo quadro de exclusão social. É uma visão circular, pois a falta de emprego é apontada como causa da estagnação o que na realidade esta estagnação advém entre outros motivos também pela opção de crescimento da cidade apontada no capítulo primeiro, latifúndios com grandes criações de gado que não geram muitos empregos.

Segundo o estudo, este processo de suburbanização também revelaria conflitos de terras entre: donos de lotes (com e sem título de propriedade) X população expulsa (áreas invadidas); e ainda segundo o mesmo estudo o Poder Público Municipal não tem verbas permanentes nem leis e técnicos para um “planejamento eficiente”. Essas informações sinalizam que esse instrumento de planejamento é a “tábua de salvação”

para o crescimento desordenado e o caos urbano. É assim que a atuação do Estado (nos três níveis político-administrativos) estabelece as condições necessárias para a sociedade capitalista continuar a se reproduzir, ou seja, essa ação de grupos dominantes dentro do Estado cria condições para que o processo de acumulação e reprodução das classes sociais se efetivem e se perpetuem.

CONCLUSÕES

Coy (1994) e outros pesquisadores, em seus estudos, passam a justificar as diferenças espaciais existentes responsabilizando a própria economia local estagnada, pois esta acabou reproduzindo os problemas da marginalização social de grandes centros urbanos. Estes estudos assim como o diagnóstico para desenvolvimento urbano trazem uma série de justificativas para as ausências ou carências da cidade que acabam sendo utilizadas para manter essa mesma postura de dominação e discursos em prol de uma elite local.

A conclusão acima apresentada estaria então eximindo as pessoas que estão à frente da administração local dos problemas existentes na cidade. Como se a economia por si só fosse responsável pelo que acontece, ou os outros entes do governo, sem responsáveis diretos para as deficiências existentes ou desigualdades. Traduzido para o contexto de nossa análise, esse tipo de afirmação reforça a idéia de Estado como sujeito e não como relação social e justifica ainda mais a política de exclusão evidenciada nessa cidade e as ausências de: acesso a um lote urbano, habitação, serviços de saneamento básico e eletricidade, ruas asfaltadas, iluminação pública, caminhão do lixo, sistema de transporte, áreas de lazer, segurança pública etc.

A ação do Estado não é neutra, nem se efetiva ao acaso. Segundo Corrêa (1993, p. 24):

A ação do Estado capitalista não se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma Instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos e interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante, que a cada momento, estão no poder.

A discussão da ocupação urbana, então, além de refletir sobre os diagnósticos de crescimento desordenado, instrumentos técnicos de ordenação da cidade, perpassa também pela discussão da enorme desigualdade social existente na cidade, bem como sobre as formas que a sociedade organizada e o Poder Público estão utilizando para “amenizar” problemas que incomodam a determinados setores sociais e sobre o controle desse espaço e ainda, que essa desigualdade demonstra dois lados já que sua funcionalidade é para ampliação do capital.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da cidade sustentável. In: COUTINHO, Ronaldo e BONIZZATO, Luigi (orgs). **Direito da Cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano**. Ed. Lúmen Júris: RJ, 2007.

COY Martin. FRIEDERICH, Martin. ROPER, Monika. SSCHIER, Michada. DE AGUIAR, Maria Virginia A. **Questão Urbana na Bacia do Alto Paraguai**. UFMT. Centro de Estudos da América Latina, 1994.

PEREIRA, Raphael Henrique Moraes. **Processos Sócioespaciais, Reestruturação Urbana e Deslocamentos Pendulares na Região Metropolitana de Campinas**. Unicamp. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Demografia.

Prefeitura Municipal de Cáceres/MT. **Diagnóstico do Planejamento Urbano de Cáceres/MT**, (2006).

POR UMA EPISTEMOLOGIA DA SENSIBILIDADE: O DESAFIO DE ENSINAR HISTÓRIA NO LIMAR DO SÉCULO XXI

Rubens Gomes Lacerda⁵

O texto que ora apresentamos tem como principal objetivo: discutir e refletir sobre o ensino de história neste tempo presente, interpretado de diversas formas por diferentes autores. Entre as distintas maneiras de nomear, descrever ou designar o tempo contemporâneo, nós, podemos – de forma bastante esquemática e, por isso mesmo, talvez simplificadora –, distinguir pelo menos três grandes posturas interpretativas que, às vezes, incluem no seu interior posturas relativamente similares.

A primeira destas posturas está presente em uma compreensão da incompletude da modernidade, interpretada como um projeto possível e necessário do ocidente. A observação e frustração por essa suposta incompletude da modernidade pode ser vista nas teorias do filósofo alemão Habermas¹, sobretudo, em suas críticas incisivas e contundentes a respeito do pensamento anti-racional, ligado segundo ele, ao pós-modernismo.

A segunda postura de análise deste tempo contemporâneo pode ser associada à percepção do aprofundamento da modernidade, que estaria no tempo atual, passando por uma nova fase mais sofisticada e avançada. Dentro desta esteira de raciocínio estão as ponderações e reflexões relacionadas a uma hipermodernidade, ou uma supermodernidade na visão Marc Auge (2004), ou, ainda, em uma modernidade líquida, apregoada por Zigmund Bauman (2000).

A terceira e última destas maneiras de reflexão está correlacionada ao diagnóstico do fim da modernidade, pois estaria surgindo um novo paradigma, com princípios inversos e, muitas vezes, opostos às premissas

⁵ Mestre em História pela UFMT. Professor da Rede Pública Municipal de Cáceres e, atualmente, ministra aulas também no Departamento de História da Unemat.

da modernidade. Dentro desta lógica de pensamento estão as teorias de uma sociedade disciplinar, defendida por Foucault (1997), e de uma sociedade de controle, analisada por Deleuze (1992), ambas correlacionadas ao que poderíamos denominar como pós-modernismo.

Tangenciando estas três formas de interpretação, podemos ainda destacar a idéia de Bruno Latour, segundo a qual: nós nunca fomos modernos, ou seja, o projeto da modernidade de separar o que seria natural e objetivo do que é humano e subjetivo, nunca teria se efetivado totalmente, pois na sociedade ocidental – permeada por um acontecer humano derivado de culturas híbridas e dinâmicas –, é, justamente, as misturas e contaminações que mais caracterizam o devir social e cultural; constituído, segundo Néstor Garcia Canclini (2008), muito mais pelas misturas do que pela pureza. Neste sentido, se vê cada vez mais as áreas do conhecimento abandonado a taxonomia moderna das escansões muito bem definidas: vemos filósofos emprestando termos da botânica; literatos, discutindo sobre cosmogonia; físicos, adotando estratégias literárias para melhor externar suas formulações matemáticas; historiadores, problematizando a lógica de pensamento de certas epistemologias científicas.

Aquém e além de toda essa multiplicidade de interpretações, quando pensamos mais especificamente no caso do Brasil, ou mesmo da cidade de Cáceres, podemos observar sem a preocupação de errar que, este é um país dos contrastes, afinal, vemos lado a lado: exemplos de opulência e pobreza; condutas honestas e de extrema corrupção; atitudes democráticas e autoritárias; temos neste país pessoas na era da nanotecnologia, ao mesmo tempo em que outras não têm acesso nem as antigas inovações gutemberguianas da máquina de caracteres tipográficos; pessoas que se locupletam com as benesses do mundo do chip de silício, enquanto outras sofrem na pele e no bolso as conseqüências da automação.

Pensando-se neste universo brasileiro dos contrastes, talvez um dos atributos ou qualidades fundamentais à prática/teoria do profissional da

educação – professor, principalmente, – esteja na sensibilidade do docente em conseguir perceber a realidade sócio-cultural da comunidade escolar na qual se pretende ministrar aulas, implementar projetos de pesquisa, oferecer oficinas, constituir espaços de discussão ou fóruns de debate...

Desta forma, tão importante quanto às didáticas e metodologias pedagógicas de ensino é a capacidade do docente em interpretar a situação social existente no ambiente onde ele pretende pensar/atuar, ou seja, é, sobretudo, a partir deste diagnóstico que o mesmo pode e deve realizar preliminarmente, que vão ser pensadas as técnicas e metodologias a serem utilizadas. Ter sensibilidade, inclusive, para entender que certos diagnósticos foram precipitados, assim, possibilitando uma constante revisão autocrítica das diretrizes adotadas e, por isso mesmo, construindo uma atividade docente dialógica, capaz de instaurar um dinamismo mais profícuo nas relações/reflexão/ações do tecido social ao qual a comunidade escolar pertence.

Quando pensamos na disciplina de história, ou mais propriamente, em qual seria o sentido de se estudar essa disciplina no tempo presente, chegamos a uma percepção mais relativista e polissêmica dos possíveis e variados sentidos de se estudar tal disciplina. Seja nas séries mais elementares do ensino fundamental e médio, ou em estudos correlatos ao seu aprendizado na graduação e na pós-graduação.

Esta polissemia decorre da contaminação – aqui entendida não de uma forma pejorativa – das idéias nietzscheanas de uma história que sirva essencialmente para vida. Nietzsche, ainda no século XIX, ao se debruçar sobre esta problemática dos possíveis sentidos de se estudar a história - ou para que serve a história - identificou a existência de três diferentes tipos de história que, como qualquer coisa na vida, apresentam vantagens e desvantagens.

O primeiro tipo é caracterizado por uma história tradicional, que apresenta a vantagem de nos dar uma noção de tradição e de pertencimento

identitário, pois segundo o autor, esta noção nos constitui como indivíduos que se percebem como participantes de uma mesma cultura e/ou sociedade. A desvantagem desta história tradicional está no fato de começarmos a respeitar demasiadamente o passado e perdermos a oportunidade de construir algo de novo no presente.

O segundo tipo é caracterizado pela história monumental, que nos fascina e atrai porque sempre precisamos de sujeitos exemplares: um pai, um tio, um amigo, um professor... Assim, os grandes vultos da história são sempre evocados como bons exemplos a serem seguidos. A desvantagem desta história monumental para Nietzsche reside no fato de que acabamos por desumanizar estes sujeitos monumentalizados, pois não conseguimos perceber suas falhas, ou quando as percebemos, não temos a capacidade de perdoá-las, porque teríamos assim, que assumir sua humanidade, ou seja, perceber ao fim e ao cabo que, são vulneráveis como todos ao erro.

A terceira é denominada pelo autor como uma história crítica, a qual tem a vantagem de: incitar-nos a lutar pelas mudanças; a tentar alterar nossa vida cotidiana através do combate direto às mazelas que nos afligem; a desnaturalizar a discrepância com que o sistema capitalista reparte, injustamente, os recursos do mundo; a perceber que uma coisa, como a escravidão ou o preconceito contra as mulheres, não pertence simplesmente ao passado se ela ainda nos incomoda no presente. A desvantagem dessa história estaria presente no perigo de se cair em um excesso desconstrutivista, ou seja, na neura de tudo questionar e nada construir ou propor.

Levando em conta toda a realidade contrastante do Brasil, como também, impregnados pelas ressonâncias deste pensamento nietzscheano podemos então entender, a partir de algumas exemplificações hipotéticas da realidade nacional, ou mesmo de outras partes do mundo, a importância da sensibilidade do docente, quando pensamos nesta temática do Ensino de História neste limiar do século XXI. Afinal a escolha de qual história se

deverá ensinar, ou quais saberes e práticas, o docente irá privilegiar neste ensino da história, estão diretamente relacionadas a uma postura de constante pesquisa interpretativa.

Por exemplo: quando pensamos em qual história precisa ser ensinada nos EUA? Seguramente, não é uma história monumental, pois essa, já é uma nação construída a partir dos pais fundadores e grandes vultos da história: Thomas Jefferson, George Washington, Abraham Lincoln, Theodor Roosevelt. Sempre eles evocam a figura dos pais fundadores. Um exemplo mais recente disto pode ser observado no discurso de posse de Barak Obama que, não obstante, simbolizar uma mudança de sensibilidade na política americana, afinal, um negro discursar no capitólio é algo emblemático; ainda assim, devemos ressaltar infelizmente que, sua fala foi de um típico presidente americano branco, ou seja, um discurso construído com muito entusiasmo e expectativas, porém, sem escapar da lógica de valorização dos pais fundadores, tão presente na fala de outros homens que já ocuparam este posto.

Definitivamente, este é um país saturado por essa história monumental. Desta maneira talvez lá seja preciso se fazer uma história mais crítica, uma história desconstrutivista – bem ao estilo do que evoca a gramatologia de Derrida – em que seja problematizada a própria construção destes grandes vultos, não para cairmos na simples desconstrução pela desconstrução, mas antes, para percebermos como as coisas foram construídas, pois a propositura desconstrutivista de Derrida parte de uma postura de constante pesquisa que, suspeita das verdades ou premissas mais universalizantes, porque parte sempre de um princípio de inverter as evidências e desestabilizar as convicções aceitas com muita naturalidade, afinal, não é nada natural que um país estabeleça como paradigma social uma divisão tão injusta dos recursos, influenciando assim, a constituição de uma sociedade global em que poucos têm muito e, muitos têm pouco, ou pior ainda, na elaboração de uma opulência adiposa e insustentável porque

injusta, inclusive, no próprio país, e, sobretudo, de instigar e incutir uma mentalidade desvairadamente consumista que, seguramente, não possibilita a divisão equânime dos recursos naturais do planeta.

Quando pensamos em qual história deveria ser ensinada na cidade de Cáceres, chegamos à compreensão que, além de uma história monumental ou tradicional, também devemos buscar despertar uma visão mais crítica da história desta cidade, pois Cáceres já tem uma história monumental e tradicional relativamente sedimentada nos nomes de ruas, de praças, nos monumentos alusivos a um passado bandeirantizado, nas fazendas históricas pertencentes a uma elite econômica e política. Assim, se torna fundamental historicizar esta história monumental e tradicional existente em Cáceres, a partir de uma visão mais crítica capaz de: *espantar-se com o que é óbvio* (Veyne, 1998), porque não entende as coisas como óbvias e naturais, ou naturais porque óbvias, mas antes, como uma construção histórica da memória. Talvez em Cáceres seja importante, sobretudo, construir um desconhecimento, como tão bem observou Foucault (2003, p.14) quando afirmou:

[...] de que valeria a obstinação dos saberes, se eles assegurassem apenas a aquisição dos conhecimentos, e não de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que sabe: existem momentos na vida, onde saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir.

Desconhecimento que seja capaz, inclusive, de suspeitar e, principalmente, questionar como bem observa Manuel de Barros (2001), uma ciência de doutores mais especializada em livros do que em gente, afinal, tão ruim quanto a incapacidade e, mesmo insensibilidade, dos poderes constituídos em transformar as nascentes de águas limpas do córrego do Lava-pés em esgoto do cadeião, com o alibi de que este é totalmente tratado, é, nossa ineficiência ou desinteresse, enquanto instituição

universitária, em impedir que isto continue ocorrendo em nosso próprio município, como se já não bastasse toda a degradação causada pelo esgoto jogado no rio Paraguai, ou toda a inconseqüência de uma obra que, canalizando o sangradouro, tanto tem atrapalhado o efetivo escoamento das águas das chuvas. Talvez por isso, mesmo que supostamente bem intencionada, nem sempre a fala emitida pelo discurso autorizado/competente dos especialistas em urbanismo, surta os efeitos esperados. É muito constrangedor para o cidadão comum, perceber a presença abrupta, em assuntos do seu cotidiano mais próximo, de um estado que se imiscui geralmente de suas obrigações mais elementares. Sempre resta muita suspeita se, uma obra defendida como fundamental para toda uma coletividade, não é apenas uma maneira encontrada por empreiteiras corruptas para ressarcir os investimentos feitos em campanhas de políticos não menos corruptos.

Certamente o homem comum: não precisa ser nenhum doutor em nomenclologia, ou ficar constantemente auferindo o PH da água de um córrego que circunda sua casa, para saber que a água deste não possui mais a mesma qualidade; não é necessária muita perspicácia para perceber a degradação do clima em muitas cidades; não necessitamos de uma estatística muito esmiuçada para saber que o consumo de água mineral cresceu compulsoriamente e, que este recurso, não é infinito; nem de tanta inteligência, para saber que não existem recursos naturais no planeta, suficientes para produzir seis bilhões dos atuais automóveis. Então, por que consideramos justo que uma minoria tenha acesso a tal bem, enquanto a maioria não o tem? Por que o engenheiro de trânsito, que elabora estratégias sofisticadíssimas para resolver o problemas do trânsito em grandes metrópoles, não se utiliza, geralmente, do sistema de transporte que ele mesmo projetou? Ou, ainda, por que nós que, tanto criticamos o excessivo consumo do sistema capitalista, participamos de encontros onde o consumo de energia e recursos naturais é estuendo? Afinal: ar-condicionado; copos

descartáveis não biodegradáveis; celulose em abundância presente em banires, folders, convites, certificados; transporte pouco coletivo..., não são exemplos de desenvolvimento sustentável.

Assim, para pontuarmos melhor a discussão, talvez, tão importante quanto uma história crítica de abrangência macro analítica, seja, uma visão de autocrítica, porque concomitante a uma preocupação de aperfeiçoarmos da matriz energética do país, nós, podemos contribuir individualmente em questões simples do dia-a-dia como: não fazer o descarte compulsório dos compus descartáveis; aproveitar mais a luz do dia para realizar as atividades de trabalho; quando possível, tentar escapar da lógica dos ambientes com ar-condicionado, se preocupando em aproveitar, por exemplo, em reuniões menores, a sombra das árvores, ou, ainda, investindo mais na construção de instalações mais inteligentes e eficientes no que concerne a propriedade de isolar termicamente o ambiente; tentar eliminar, paulatinamente, o comportamento individualista de usar um automóvel por pessoa apenas, para a locomoção de médias e grandes distâncias; valorizar mais meios de transporte compatíveis como o relevo da cidade, como a bicicleta que se mostra extremamente eficiente em locais de relevo plano, sem falar nos possíveis benefícios a saúde que tal transporte pode causar em pessoas sedentárias que possam efetuar atividades físicas; e por fim, reaproveitar folhas já utilizadas na reimpressão de outros textos, afinal, uma folha tem dois lados e cabe ao leitor ler o lado que mais lhe interessa.

Contudo, não devemos transformar essa história crítica e autocrítica, em mais uma panacéia universalizante, que iria resolver todos os problemas do Ensino de história e as mazelas do mundo. Temos sim, que adotar uma postura mais dialógica e interpretativa, a partir de uma epistemologia da sensibilidade capaz de perceber a especificidades da comunidade escolar onde o professor ou professora pretende desempenhar sua prática/teoria pedagógica.

Mesmo em um município de colonização recente, quando problematizamos as versões dos pioneiros fundadores, que normalmente auspiciam a condição de principais agentes dessa história, não devemos desestabilizar totalmente suas tradições, ou seus heróis, mesmo porque, ainda se está em pleno e constante processo de invenção destes heróis e tradições.

Por exemplo, quando pensamos na história mais recente do Timor Leste, seguramente, uma história mais crítica, no sentido de problematizar seus heróis ou as tradições que estão sendo inventadas/construídas, seria extremamente inoportuna, pois no recente Estado-Nação – Timor Leste – é fundamental haver a noção de pertencimento, para assim, se constituírem como um país efetivamente independente da Indonésia. Inclusive, neste país, precisa-se muito mais de uma história monumental, representada pela figura de um Xanana Gusmão, capaz de coadunar as forças políticas para luta da independência, ou seja, momentaneamente tentar minimizar as divergências internas, para conjumar esforços na luta externa da independência.

Assim como também não é justo ficarmos fazendo a constante autocrítica de nossa matriz energética, quando se sabe muito bem que, a matriz energética de países como: os EUA, a China, a Índia, a Alemanha, a França..., não são mais sustentáveis que a nossa. Porque apesar de grandes hidrelétricas, como Itaipu, exercerem enormes impactos sobre a fauna e a flora, ou, ainda, sobre etnias e povoados da região onde estão sendo implantadas, seguramente, são bem menores que o prejuízo causado pelas termoelétricas e usinas de biomassa, emissoras de uma grande quantidade de gás carbono na atmosfera. Seguramente, hidrelétrica são menos perigosas que as usinas nucleares, porque só a possibilidade de um acidente nuclear já, as tornam, mais perigosas, sem falar na problemática do armazenamento do lixo nuclear. Observemos também que, a energia eólica, ou solar, ainda não são tão viáveis para nosso país; a primeira, por motivos

climáticos, seriam bem difícil imaginarmos a instalação de uma usina eólica em uma cidade como Cáceres, onde venta-se muito pouco durante todo o ano; a segunda, por razões técnicas, afinal, imaginem a quantidade de placas foto-voltaicas que seriam necessárias para suprir de energia uma capital média como Cuiabá. Neste sentido, não obstante reconhecermos toda a importância de se discutir o aperfeiçoamento de nossa matriz energética, talvez, com a construção de hidrelétricas menores e, continuando, a investir em bicombustíveis e fontes renováveis de energia, também devemos reconhecer as vantagens já conquistadas por nosso país nesta área e, sobretudo, analisar melhor as críticas efetuadas por outros países.

Por todos estes motivos elencados até aqui no transcórre do respectivo texto, voltamos a destacar e reiterar a importância da sensibilidade do professor e da professora no exercício prático/teórico de sua atividade profissional. No entanto, não devemos entender essa sensibilidade como um atributo inerente a apenas algumas pessoas, mas antes, como o resultado de um exercício de aprendizagem – desenvolvido, principalmente, durante a prática/teoria docente –, viabilizada por uma formação continuada que se faz desde as primeiras experiências de ensino – durante a graduação – até o transcórre mais cotidiano de toda sua vida profissional.

Consideramos como essencial à atividade docente, uma postura intelectual crítica e capaz de refletir sobre sua ação prático-teórica. O estágio na docência, não deve ser confundido como apenas e/ou simplesmente, um estágio profissional, como é feito com a residência médica e em outras carreiras ligados mais diretamente a iniciativa privada, pois o estágio e todas as disciplinas correlacionadas a prática e a didática de ensino, devem ser pensadas como parte indispensável do próprio currículo profissional, não para notabilizar o currículo – como quando um profissional liberal faz um estágio em uma empresa renomada – ou, ainda pior, quando estas disciplinas e áreas do conhecimento são vistas apenas como apêndice curricular da formação docente.

É preciso pensar tanto o estágio quanto as disciplinas relacionadas às técnicas e didáticas de ensino, como relacionadas a uma prática profissional afetada por reflexões teóricas, porque uma prática sem teoria não é efetivamente uma prática, assim como uma teoria sem uma prática acaba desembocando naquilo que De Certeau (2000) denominou de sonambulismo teórico. Isto justifica, por exemplo, a necessidade de se pensar em uma maior valorização do estágio e das disciplinas ligadas às didáticas de ensino e, também, na busca de melhor integrá-las as outras disciplinas do currículo, pois, esta maior integração permitirá ao graduando historicizar melhor os próprios conteúdos apreendidos durante o curso, ou seja, adquirir a capacidade de problematizar a própria proposta curricular que lhe está sendo apresentada no transcorrer da graduação, afinal:

A narrativa histórica não imagina as coisas que indica, ela trás a mente imagens das coisas que indica, tal como o faz as metáforas. (...) Corretamente entendidas as narrativas históricas nunca devem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que comparam os acontecimentos nelas expostos com algo forma com que seja familiar a nossa cultura literária (WHITE, 1994, p. 108)

Ao antecipar cada vez mais o contato dos graduandos com a realidade prática e teórica do ensino, podemos construir, desde muito cedo, um devir docente ambientado com uma prática didática pautada pela pesquisa, em que o graduando já vai experimentando e re-significando as mais diferentes práticas teóricas, observando em quais circunstâncias as mesmas se mostram mais apropriadas e eficientes. Compreender assim que, as teorias nunca devem ser vistas ou aplicadas como formulas universalizantes que servem para qualquer situação, mas, sim, como ferramentas utilizadas conforme, às necessidades, de trabalho.

Uma proposta derivada de uma prática curricular que inter-relacione as disciplinas da área de didática e, mesmo, do estágio no transcorre de todo

o curso, e não apenas nos últimos semestres, tem muito mais chances de inventar/construir uma formação mais crítica e reflexiva sobre qual o sentido do ensino de história. O graduando vai ter muito mais possibilidades de desenvolver sua autonomia intelectual, se tornando capaz de escolher qual é a ferramenta teórico/prática que ira utilizar na sua atividade social/profissional. Por exemplo: se é mais pertinente usar em determinada circunstancia a pedagogia da autonomia de Paulo Freire (1996), articulada ao materialismo histórico do pensamento marxiano; se é melhor adotar a teórica construtivista de Piaget ou Vygotsky, intercalada à história social de Thompson com toda sua ênfase na emergência do sujeito como agente da transformação e, assim, combater a visão mais estruturalista de Althusser; se é mais interessante empregar a teoria desconstrutivista de Derrida, mixada com as idéias da nova história cultural de Chartier, preocupada com o estudo da significação e re-significação de textos durante o processo de apropriação ocorrido no ato da leitura, ou, então, das idéias pós-modernas de Hayden White. O importante, em todo caso, é pensar na elaboração de um currículo que fuja da lógica das igrejinhas teóricas, pois, mais abominável que os modismos ou as teorias universalizantes é, a recusa sumária, de uma teoria.

Com certeza toda essa autonomia só será alcançada a partir de uma formação efetivamente comprometida e contaminada por um devir docente afetado/afetando a realidade social na qual se está atuando/pensando e, sobretudo, porque não dizer, com investimento substancial na educação. Fazer o que a Coréia fez aproximadamente vinte anos atrás, pois percebeu que não é apenas o capital financeiro que constrói a força de um país, mas, principalmente, aquilo que Bourdieu chama, em sua sociologia educacional, de capital intelectual, o qual pode ser estimulado a partir da maior valorização da docência, viabilizada a partir de uma formação continua e transdisciplinar, porque como bem observa Deleuze – emprestando da teoria musical a idéia de ressonância –, apesar de estarem participando de linhas melódicas distintas: a ciência, a literatura, as artes, compartilham da mesma

ressonância, assim, afetam-se mutuamente. Não nos esqueçamos como propõem Bruno Latour, que as diferentes áreas do conhecimento se contaminam constantemente, por isso, seria totalmente contraproducente se procurar a razão pura tão apregoada por Kant ou, ainda pior, tentar separar o que é concreto e objetivo do que seria humano e subjetivo. Talvez fosse esta mesma percepção que, Roland Barthes, estivesse defendendo e querendo inculcar no ouvido dos ouvintes de sua aula inaugural na Sorbonne, quando afirmou que:

O paradigma que aqui proponho, não segue a partilha das funções; não visa colocar de um lado os cientistas, os pesquisadores; e de outro os escritores, os ensaístas; ele sugere pelo contrário, que a escritura se encontre em toda a parte onde as palavras tem sabor (saber e sabor tem, em latim, a mesma etimologia). Courmonskai dizia que, na culinária é preciso que “as coisas tenham gosto do que são”. Na ordem do saber, para que as coisas se tornem o que são, o que foram, é necessário este ingrediente, o sal das palavras. Este gosto das palavras que faz o sabor profundo e fecundo do saber (BARTHES, 1996, p. 21).

Em um país de tantos contrastes como o nosso, essas palavras de Barthes deveriam reverberar com muito mais força, pois despertam uma visão que instiga a elaboração de uma didática pedagógica sinestésica. Sinestésica porque preocupada com todos os sentidos do corpo, interessada em afetar e capturar aquele a quem se destina, empolgada em fazer uma história de corpo inteiro, que sirva como Nietzsche disse, fundamentalmente para vida.

Por todos estes motivos, acreditamos na importância de uma epistemologia da sensibilidade – interessada no constante diagnóstico do presente – viabilizada pelo exercício da pesquisa, sem medo das contaminações, pois está sempre disposta ao constante diálogo estabelecido com a matemática, com a Física, com a teoria literária, com a Geografia, como o Direito, com a prática Pedagógica, com os conceitos da Sociologia e

da Antropologia, enfim, de fazer tanto as análises mais estruturais, como também em tentar entender a mentalidade mais cotidiana que nos faz, por exemplo, escolher um tomate grande e lustroso, extremamente carregado de agrotóxico, ao em vez de um menor, talvez até com alguma broca, mas, porém, bem mais saudável, afinal, o acontecer humano é constituído tanto pelas influencias das macroestruturas quanto pelas coisas mais comezainas que nos acontecem todos os dias.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não-Lugar: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad. Maria Lucia Pereira. Rio de Janeiro: Papyrus, 2004.

BARROS, Manuel. **Retrato do Artista Enquanto Coisa**. 2. ed. São Paulo: Record, 2001, p. 81.

BARTHES, Roland. **Aula**. 7ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

BAUMAM, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zabar, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Jorge Zahar Editor, 2000.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloisa Pesa Cintrão. São Paulo: Edusp, 2008.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre, Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre prática e representações**. Ed. Difel: Lisboa, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: O Uso dos Prazeres. v. 2. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, M. Vigiar e Punir. Trad. Raquel Ramalheite 16ª edição. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 1997; FOUCAULT, Michel. “Nietzsche, a genealogia e a história”, In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado, 20ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Difel, 1985.

PIAGET, Jean. **Psicologia e Epistemologia: Por uma teoria do conhecimento**. Trad. Agnes Cretella. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973.

THOMPSON, Edward P. **Senhores e Caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WHITE, Hayden. **Meta-história: A imaginação histórica do século XIX**. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 2008.

WHITE, Hayden. **Teoria Literária e Escrita da História: estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 7, n.3; 1987.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica Cultural**. Trd. Alípio Correia de França. São Paulo. Edusp. 1994.

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038

RESUMOS EXPANDIDOS

**(RE)PRODUÇÃO DE ESPAÇO URBANO:
A POSSIBILIDADE DE SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO
BAIRRIAL A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA ZONA DE
PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO (ZPE) EM CÁCERES-MT**

CARDOSO, Alianna Caroline Sousa⁶

DAN, Evelin Mara Cáceres⁷

RESUMO: O presente artigo trata do projeto de extensão intitulado “A Possibilidade de sustentabilidade e desenvolvimento bairrial a partir da implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Cáceres-MT”, vinculado ao Departamento de Ciências Jurídicas e em desenvolvimento pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Tem o intuito de perfazer uma análise crítico-analítica acerca das implicações do **desenvolvimento e da sustentabilidade** trazidas pela ZPE ao Bairro Garcês, fronteiro ao local destinado à criação da ZPE, localizado na periferia de Cáceres-MT. O foco principal da pesquisa, que vem sendo desenvolvida, bem como das atividades de extensão que serão executadas é perceber os resultados da produção do “novo” espaço urbano que surge a partir dos impactos causados pela implantação da ZPE, verificando em que medida e quem se beneficia dessa implantação. Tal pesquisa utiliza como fonte e metodologia a análise de jornais e documentos do arquivo público municipal, escrituras de registro de imóveis, e ainda será realizado um levantamento das famílias que se encontram nas terras destinadas à ZPE de forma irregular. Nessa matriz será possível perceber se haverá uma desigual exposição dos “pobres” ao risco ambiental ou se está havendo uma partilha das responsabilidades, associada à medidas de proteção ambiental.

PALAVRAS CHAVE: Impactos; risco ambiental; “novo” espaço urbano.

⁶ Acadêmica do Curso de Direito pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, bolsista voluntária do Projeto de Extensão “A Possibilidade de Sustentabilidade e o Desenvolvimento Bairrial a Partir da Implantação da Zona de Processamento de Exportação em Cáceres-MT”. Email: alianna.cardoso@hotmail.com

⁷ Docente do Departamento de Direito na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Coordenadora do Projeto de Extensão. Email: evelind@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1988 a 1993, o Estado, na tentativa de viabilizar políticas de desenvolvimento urbano, bem como reduzir as desigualdades regionais, optou por autorizar e criar as Zonas de Processamento de Exportação, as ZPE's.

Segundo Celino (2009; p. 42):

As ZPE's tratam-se de áreas delimitadas, nas quais empresas voltadas às exportações gozam de incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados, cujos objetivos são atrair novos investimentos, aumentar exportações, reduzir desequilíbrios regionais, gerar emprego e renda e promover novas tecnologias.

Os efeitos associados à criação das ZPE's vão de agregação de valor à produção regional, aquisição e desenvolvimento de tecnologias, estímulo a setores considerados prioritários para a economia, à avaliação de novas políticas públicas (CELINO; 2009; p.43). Dentre suas características estão as atividades industriais, exportação de no mínimo 80% da produção e vendas para o mercado doméstico.

A criação das ZPE's traz inúmeros benefícios fiscais, cambiais e administrativos por meio dos incentivos ofertados pelo Governo Federal: dentre os incentivos fiscais podemos destacar a suspensão de tributos como o IPI e o PIS/COFINS, na importação ou aquisição no mercado interno de bens e serviços para insumos e bens de capital; dentre os incentivos cambiais, destaquemos a possibilidade de manutenção no exterior de 100% das receitas obtidas com as exportações; finalmente quanto aos incentivos administrativos, podemos salientar a dispensa de licenças e autorizações, salvo as exceções para as licenças sanitárias, de segurança nacional e de meio ambiente.

O Decreto-Lei 99.043 de 06 de Março de 1990 criou e delimitou a Zona de Processamento e Exportação de Cáceres, no Estado de Mato

Grosso e em Junho de 1992 foi criada a Administradora da ZPE de Cáceres (AZPEC) com 105 acionistas. E dentre as condições de criações dispostas no Decreto-lei sancionado pelo Presidente da República da época, estão as delimitações geográficas, bem como os requisitos de criação, quais sejam, a necessidade da criação da política alfandegária antes do estabelecimento da ZPE, bem como a exigência da elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental ou Relatório de Impacto Ambiental expedido pelo órgão estadual competente.

Em obediência a tais requisitos bem como ao disposto no art. 3.º do Decreto supracitado⁸, a AZPEC S/A, desenvolveu e aprovou, nos anos de 1992 e 1993, o Estudo de Impacto Ambiental bem como seu respectivo relatório se atentando para os possíveis impactos ambientais que ocorreriam após a implantação da ZPE no município de Cáceres-MT.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A instalação da ZPE - Cáceres, trazia para o interior do Estado de Mato Grosso, por meio das isenções e incentivos fiscais, cambiais e administrativos, a esperança de crescimento econômico e proximidade regional com as regiões sul e sudeste, vez que grandes empresas existentes nas maiores regiões econômicas do país se deslocariam para o interior da região centro-oeste, com o fim precípua de produzir industrialmente, proporcionando crescimento econômico e industrial ao estado, e principalmente à cidade de Cáceres.

Entretanto, desde as primeiras formulações legais por parte da União Federal para a implantação dessa política de desenvolvimento urbano em regiões que não são caracterizadas por serem pólos industriais, têm-se

⁸ Decreto 99.043/90- “**Art. 3º** - As empresas industriais que desejarem instalar-se na ZPE, criada por este Decreto, apresentarão ao Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, obrigatoriamente, em anexo ao respectivo projeto industrial, Estudo de Impacto Ambiental ou Relatório de Impacto Ambiental expedido pelo órgão estadual competente”.

evidenciado enormes dificuldades para a concretização dessa idéia face à inviabilização para tais práticas, ocasionada pelos interesses políticos dos Estados Membros, que concentram grande parte das indústrias brasileiras, e desta feita, constatou-se que o Governo Federal paralisou o processo das implantações das ZPEs no período de 1994 a 2007.

Atualmente, o Governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, vem fomentando a implantação das ZPEs no Brasil, ficando isto consubstanciado através da Medida Provisória 418 de 14/02/2008 que altera a Lei 11.508 recriando desta forma a Secretaria executiva das ZPEs.

Acompanhando tais medidas que efetivarão a implantação das ZPE's, o atual Governador do Estado de Mato Grosso, Blairo Maggi, também sancionou leis estaduais que viabilizam a implantação da ZPE em Cáceres-MT.

OBJETIVO

Espera-se perceber, ao final do projeto, como ocorreram as transformações estruturais e sociais pelas quais este bairro passará para adequação de suas novas finalidades, já que está auxiliando no processo de segregação social, pois um “velho espaço”, com sentidos instáveis, estará sendo apropriado por novos grupos, dando ao local uma nova configuração.

Pretende-se perceber ademais, se as indústrias estão cooperando entre si no tocante às responsabilidades ambientais dentro da cidade, e nessa matriz será possível perceber se houve uma desigual exposição dos pobres ao risco ambiental ou se está havendo uma partilha das responsabilidades associadas com medidas de proteção ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada neste projeto terá sua divulgação em ações de extensão que socializarão o conhecimento nos âmbitos acadêmicos e da sociedade civil por meio de Fóruns de Debates, e utilizará como fonte e

metodologia a técnica de coleta em banco de dados documentais, bem como análise de jornais e requerimentos, arquivados no arquivo público municipal, referentes à ZPE⁹.

Far-se-á igualmente, uma análise dos Registros de Imóveis das propriedades do bairro Garcês, buscando identificar uma possível especulação financeira em imóveis localizados nas proximidades do distrito industrial.

Analisar-se-á aspectos pertinentes a Estudos de Impacto Ambiental já realizados para implantação dessas indústrias nesse bairro, e ainda realizar-se-á uma pesquisa de campo a fim de buscar relatórios de lixo e poluição de cada indústria instalada.

E por fim serão realizadas entrevistas com representantes do Poder Público local e com os articuladores da ZPE com fito de compreender o processo de implementação da ZPE em Cáceres, bem como utilizar-se-á de pesquisa em dados do IBGE, e pesquisas bibliográficas para detectar índices sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A previsão inicial da pesquisa que fora realizada no Arquivo Público do município de Cáceres/MT, seria de 4 (quatro) meses. Contudo ocorreu no mês de setembro de 2009, o fechamento de referido órgão para suposta organização interna, e a sua reabertura ainda não tem previsão. Desta forma, esta etapa do projeto encontrou-se prejudicada. Assim, das pesquisas realizadas no período do mês de julho a setembro/09 resultaram as transcrições, para o Banco de Dados Informatizado (do Projeto), de reportagens jornalísticas vinculadas ao objeto da pesquisa, ou seja, a análise sócio-econômica da cidade de Cáceres-MT a partir de meados da década de

⁹ Com o fito de rastrear os possíveis interesses que se atenderia com a implantação da ZPE em Cáceres-MT e também identificar em que contexto histórico se desenvolveu a propugnação pela implantação da ZPE em Cáceres-MT

80, tendo sido concluídos a pesquisa referente aos anos de 1985, 1986 e 1987.

Desta forma, com o que pôde ser pesquisado, detectou-se que nas décadas de 50, 60, 70 e 80, o município de Cáceres recebeu intensa migração, tornando-se “pólo colonizador”. Esse fluxo migratório ocorreu pela atração dos migrantes pelos preços das terras bem inferiores aos do Sul e Sudeste. Assim as atividades produtivas dessa área tiveram grande aceleração e as terras além do Rio Paraguai, à margem direita da rodovia no sentido Cuiabá-Porto Velho, começaram a ser povoadas.

Assim, tanto o município de Cáceres quanto o seu interior, que posteriormente foram transformando-se em novos municípios foram beneficiados com os “novos programas de desenvolvimento nacionais” como o Programa de Integração Nacional, o POLOCENTRO, e por último, o programa POLONOROESTE que efetuou não só a pavimentação da estrada Cuiabá-Porto Velho, mas também construiu estradas vicinais, melhorou a infra-estrutura de armazenagem, assistência técnica, educação e saúde, realizando ações de regulamentação fundiária, demarcando áreas indígenas ao longo da rodovia e propiciando investimentos que atingiram o entorno de Cáceres.

Desta feita, a região cresceu notoriamente, fazendo com que Cáceres se tornasse o “centro” de serviços e porto de saída de produtos, vez que, além do extrativismo vegetal e da pecuária a região passou também a dedicar-se à atividade agrícola.

Em conseqüência do desenvolvimento agrícola, da presença do Banco do Brasil, da melhoria portuária, dos escritórios de assistência e técnica rural e da criação da Escola Agrotécnica federal, a cidade foi projetada como um pólo de produção do estado e do país, dando origem a inúmeros municípios que formavam a grande região de Cáceres.

O Município de Cáceres vivenciou, a partir dos anos 1960 até meados de 1980, um processo de crescimento por se tratar de “pólo de serviços”

tanto para as áreas de colonização quanto para os municípios que surgiram. No entanto, nas décadas de 1970 e 1980, iniciam-se as emancipações de vários núcleos sócioeconômicos, que antes faziam parte de referido Município sendo dependentes do mesmo, como o distrito de Mirassol D'Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, entre outros.

Verifica-se que na medida em que esses novos municípios também conquistaram melhorias em serviços e estruturas diversas, diminuíram os custos de deslocamentos até a antiga sede municipal e isto refletiu negativamente para Cáceres, significando a diminuição de repasses no “bolo fiscal” nacional assim como a diminuição da “pressão política” do interior por recursos e serviços.

Historicamente o município de Cáceres vem perdendo gradativamente sua função de cidade capital do pólo de desenvolvimento regional, principalmente por conta da emancipação de vários municípios da região, que naturalmente criaram as estruturas de prestação de serviços que antes só existiam em Cáceres, reduzindo-se brutalmente sua arrecadação, fazendo com que o município sofresse grande redução do movimento, não havendo crescimento industrial pela falta de atrativos e incentivos, além de tanto outros fatores que tem contribuído para a estagnação do mesmo no contexto regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em andamento pretende concluir como esse desenvolvimento urbano causado pela implantação da ZPE estará sendo implementado em Cáceres e quais grupos terão acesso às possíveis melhorias advindas deste.

Em outro vértice da pesquisa, será demonstrado que o uso do solo urbano está condicionado à uma legislação comprometida com a especulação financeira, sendo este mais um elemento que vem caracterizando, à nível espacial, a estratificação existente.

A presente pesquisa se preocupará em analisar que grupos sociais verdadeiramente serão privilegiados por tais medidas, bem como ainda buscará provar que as reformas urbanas desenvolvidas nesta periferia serão pensadas como elemento que segrega espaços e pessoas em situação de inclusas ou excluídas e amplia as desigualdades sociais, pois este território da pobreza servirá agora a fins capitalistas deixando de lado suas antigas funções e assumindo diferentes sentidos e apropriações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL; Brasília; 6 de março de 1990; **Decreto-lei 99.043**; DOU 7.3.1990

CELINO, Eduardo (coordenador Geral de Investimentos); **Zona de Processamento de Exportação**; Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – FONSEIC; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Brasília, 29 de abril de 2009

CLEMENTE FILHO, Damião Felipe; **O planejamento e a gestão para o desenvolvimento sustentável: o caso da cidade de Jundiá**; São Caetano do Sul; 2007; Universidade Municipal de São Caetano do Sul; Pró-reitoria de Pós-graduação e pesquisa, programa de mestrado em administração

DAN, Evelin Mara Cáceres; **A possibilidade de sustentabilidade e desenvolvimento bairrial a partir da implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) em Cáceres –MT**; projeto de extensão; departamento de ciências jurídicas; universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Cáceres, 2009

PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT: GESTÃO, USO E CONSERVAÇÃO

Bárbara Ferraz Buhler¹⁰

Marilza da Silva Costa¹¹

Maria Clara Migliacio¹²

RESUMO: O trabalho ora apresentado é fruto de discussões realizadas durante a disciplina “Educação Ambiental, Etnoconhecimento e Patrimônio Cultural” do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso. Os conteúdos abordados no curso enfatizaram a necessidade de elaboração de políticas públicas visando a conservação dos conhecimentos populares, bem como de patrimônios culturais, sejam eles tangíveis ou intangíveis. Nesta perspectiva, foram investigadas as concepções sobre o patrimônio histórico-cultural, por parte de alguns profissionais envolvidos com o tema no município de Cáceres/MT. Sendo assim, para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas estruturadas, cujas questões se voltaram para as formas de utilização, gestão e conservação do referido patrimônio. O método de Bardin (2004) foi utilizado para análise do conteúdo das entrevistas. Os resultados revelaram que maioria dos informantes possui pouco tempo de atuação na área; constatou-se ainda que concepções sobre patrimônio cultural diferem entre os entrevistados e que as políticas de preservação ainda ocorrem de maneira insipiente e fragmentada. Por fim, levanta-se a necessidade de oportunizar a participação da comunidade quando da (re)elaboração de instrumentos que versem sobre o uso do patrimônio local.

Palavras-Chave: patrimônio, valorização, gestão

INTRODUÇÃO

O Artigo 216 da Constituição Federal define como Patrimônio Cultural os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência, identidade e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais incluem-se: formas de expressão, modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e

¹⁰ Profa. Ms. da Rede Pública e Particular de Cáceres/MT

¹¹ Profa. Ms. da Rede Pública e Particular de Cáceres/MT

¹² Profa. Dra. Da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, ecológico e científico. Conforme aborda a legislação supramencionada, é dever de todo cidadão cuidar do patrimônio cultural do país. Em termos de gestão pública, essa tarefa compete aos membros da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

No âmbito legislativo, outros instrumentos foram criados para fortalecer a gestão de bens patrimoniados, entre os quais pode-se citar: Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que traça as principais diretrizes da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, com vistas a apurar, através do Ministério Público, responsabilidades por danos causados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural; e o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que cria Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, através de sua inscrição em Livro de Registro, denominado *Dos Saberes, Das Celebrações, Das Formas de Expressão e Dos Lugares*.

Em nível estadual, a Lei 9.107, que dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso define como patrimônio histórico e cultural: os bens móveis, imóveis, particulares ou públicos, material e imaterial existentes em seu território, os quais, pelo seu excepcional valor histórico, estético ou cultural, requerem a intervenção do Poder Público para o seu tombamento, registro, conservação e preservação. Essa lei também prevê o tombamento de bens de maneira compulsória, e os bens tombados não poderão, em nenhum caso, serem destruídos, demolidos, mutilados ou transformados, sob pena de multa correspondente ao dobro do custo da reparação do dano causado, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis. Esse arcabouço legislativo traduz o valor dos patrimônios históricos e culturais do país, estados e municípios.

O município de Cáceres, fundado no século XVIII, como parte da geopolítica que permitiu o avanço dos portugueses para além dos limites

iniciais da colônia (PINHO e MIGLIACIO, 2001), possui diversificado conjunto patrimonial cultural (festas religiosas, danças e lendas), urbano (Centro Histórico), paisagístico e natural (Pantanal e Província Serrana), além de sítios arqueológicos. Alguns bens materiais de Cáceres já foram tombados (em diferentes esferas administrativas). Dentre eles estão a Fazenda Jacobina, Fazenda Facão, Fazenda Descalvados, Marco do Jauru e Centro Histórico.

OBJETIVO

Considerando a importância da preservação da identidade cultural dos povos, revelada, entre outras formas, pelos bens tangíveis (material), o trabalho ora apresentado teve o objetivo de investigar concepções manifestadas por alguns atores sociais envolvidos com a gestão, o uso e a conservação do patrimônio histórico-cultural junto ao município de Cáceres.

METODOLOGIA

- Área de Estudo

O trabalho foi realizado em Cáceres/MT, município situado à margem esquerda do Rio Paraguai e distante 209,70 Km de Cuiabá (capital do estado). Sua área total abrange 24.965,94 Km² e engloba três ecossistemas: cerrado, floresta amazônica de transição e pantanal (FERREIRA, 2001, p.407). O acesso é feito pelas rodovias BR-070, BR-174 e MT-343 (Site da Prefeitura de Cáceres, 2001).

Sua população está estimada em 85.857 hab (IBGE, 2000) sendo que desse total 77,4% encontra-se no perímetro urbano 22,6% na zona rural.

De acordo com Ferreira (2001), a economia local baseia-se na pecuária, agricultura (diversas culturas), comércio e prestação de serviços de saúde (Hospital Regional) e educação (sede da Universidade do Estado de Mato Grosso e Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso) para a região. O turismo, apesar da necessidade de investimentos, vem se

concretizando aos poucos como mais uma alternativa de renda aos habitantes da região.

Coleta dos Dados

- Seleção dos Entrevistados

A seleção dos informantes foi baseada no objetivo do trabalho, conforme aborda Flick (2009); sendo assim, foram entrevistados membros dos seguintes setores:

- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo;
- Secretaria Municipal de Educação;
- Coordenação de Cultura (Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer);
- Divisão de Patrimônio Histórico (Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer);
- Museu Histórico Municipal;
- Museu da UNEMAT;
- NUDHEO/Departamento de História – UNEMAT;
- Coordenação Curso de Bacharelado em Turismo – UNEMAT

- Entrevistas

Foram utilizadas entrevistas estruturadas (questões previamente elaboradas), sendo as perguntas lidas em voz alta pelo entrevistador que ia registrando as respostas dos entrevistados nos formulários.

- Análise dos Dados

As análises das entrevistas foram baseadas no método proposto por Bardin (2004), sendo, para tanto, elaboradas categorias de codificação, conforme preconiza Gibbs (2009). Os dados da pergunta 01 foram compilados em valores absolutos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os entrevistados são de origem matogrossense, em sua maioria. Apenas dois informantes têm origem em outras regiões, sendo um do Maranhão e outro do Mato Grosso do Sul. Todos possuem terceiro grau completo, com formação em diversas áreas: história, pedagogia, gestão ambiental, direito e matemática. O tempo de atuação relacionada ao uso e gestão de patrimônios históricos e culturais, variou bastante entre os informantes: a maioria (5) trabalha na área há menos de um ano; um (1) trabalha há dois anos e o restante (2) há mais de 5 anos.

Questionamento 02: O que você entende por patrimônio histórico e cultural?

Categorias	Número de Respostas cujo conteúdo pode ser enquadrado na categoria
a Arquitetura de Época	5
a Bens imateriais (danças, comportamento, costumes)	4
a História de um povo	3
a Memória das elites	1

Para alguns entrevistados, a idéia de patrimônio histórico- cultural está vinculada à arquitetura de época. Os imóveis construídos em tempos passados retratam o modo de vida dos que nos antecederam, revelando quais estilos de edificações eram valorizados em termos de construção urbana e de onde partiam tais influências. Contam, portanto, um pouco da história do município, merecendo, segundo os entrevistados, atenção por parte dos gestores e da comunidade: “...Pode-se dizer que patrimônio é um monumento histórico que retrata a cultura de um povo que nos antecedeu”

Informante 001; *“...É o projeto de arquitetura colonial que o município absorveu ao longo da história, cuja preservação é de responsabilidade não só do poder público, mas também da comunidade”* Informante 002 . Outros exemplos de patrimônio histórico-cultural citados foram: as danças, o comportamento, os costumes e a história de um povo. Segundo os entrevistados, estes itens possuem valor porque constituem a identidade local e contribuem para o entendimento de como as pessoas viviam em outras épocas. *“...todo bem material ou imaterial que constrói a identidade das culturas e que comporta na sua visibilidade a demonstração de como as coisas foram feitas”*; *“...valores que devem ser preservados por que ajudam a entender como a era a vida, como viviam as pessoas que passaram antes da gente, isso a ajuda a preservar crenças e costumes, senão isso vai se perdendo”* Informante 003. Por fim, um dos entrevistados salienta que o patrimônio histórico-cultural brasileiro tem se voltado para preservação da memória das elites, ou seja, prioriza-se a conservação de imóveis onde residiram famílias com alto poder aquisitivo ou que tiveram alguma influência política no cenário regional e/ou nacional...*“atitude política que sacraliza e cristaliza um único modelo de memória: o das elites...”* Informante 008.

As respostas dos entrevistados abarcaram diferentes visões sobre patrimônio histórico-cultural, o que pode ser considerado positivo quando da elaboração de políticas de gestão.

De acordo com Pellegrini Filho (1993 *apud* NETTO, 2007, p. 02) *“O conceito de patrimônio não se restringe apenas à arquitetura e a outros bens móveis, mas deve ser entendido de forma bem ampla, pois a ele pertencem também todas as manifestações culturais de um povo. E não se devem considerar apenas as manifestações das classes dominantes, mas também as expressões de todas as classes sociais, pois isto é o verdadeiro testemunho de uma civilização”*.

Entretanto, a fato dos informantes não terem incluído como patrimônio histórico cultural os bens naturais como sítios arqueológicos e as cavernas, dolinas ou cachoeiras, pode ser considerado um ponto negativo.

Em relação ao terceiro questionamento, foram citadas as seguintes categorias:

Questionamento 03: Qual a importância dos bens patrimoniados em Cáceres?

Categorias	Número de Respostas cujo conteúdo pode ser enquadrado na categoria
Valorização da História	7
Valorização do Turismo	4
Troca de Conhecimentos	1
Valor Sentimental	2
Estético	1
Valorização da história, mas priorizando a memória das elites	1

Sobre os bens patrimoniados em Cáceres, todos os consideraram importantes, por diferentes razões. Ora por que valorizam a história local, ora por que podem tornar-se um atrativo turístico. Entretanto, mesmo que os gestores atribuam importância ao patrimônio local, o que se tem observado em Cáceres é a descaracterização paulatina de seu centro histórico. Basta caminhar por alguns minutos pelo centro da cidade e já é possível visualizar enormes placas comerciais ofuscando os detalhes das fachadas dos imóveis; além disso, alguns prédios, como o que hoje abriga a biblioteca municipal, encontram-se em total abandono.

Sobre essa situação em Cáceres, Migliacio (2004, p.80) alerta que “...essas edificações, de tipologia colonial e, portanto, de aparência mais

singela, vem ruindo uma a uma, menos por abandono e mais por demolição deliberada. Adicionalmente, inserções inadequadas já aparecem em meio ao conjunto, representadas por predinhos de dois ou três andares, sem nenhuma qualidade arquitetônica. Com isso, vai-se destruindo a ambiência do conjunto, comprometendo a paisagem e perdendo qualidades singulares do lugar...”

Se, como colocaram alguns entrevistados, esses prédios representam um relevante atrativo turístico para o município, por que as suas qualidades estão se perdendo dessa forma? Nessa perspectiva, é necessário incluir outra discussão: o que a população local pensa a respeito disso? Será que ela não teria direito de opinar sobre as transformações que o centro histórico de Cáceres vem sofrendo? Além disso, não deveria ser ouvida sobre o que deve e o que não deve ser preservado? Importante ressaltar que, uma cidade só é boa para o turista, se for boa para o seu morador, portanto, a gestão, o uso e a conservação do patrimônio devem ser discutidos conjuntamente, sob pena de repetirmos fatos como a demolição da ponte branca, cuja estrutura foi “por terra” contra a vontade da opinião pública.

Conforme constatou, Trugillo *et al* (2008, p.2), a demolição da “Ponte Branca” representou para os moradores cacerenses uma perda inestimável pois, “...a referida ponte, representava um patrimônio histórico e simbólico das relações sócio culturais. Muitas histórias esses moradores recordam, como a memória de crianças que tinham a ponte como referência em suas brincadeiras, outros recordam a ponte como local em que os casais de namorados costumavam marcar seus encontros”.

É como um dos entrevistados mencionou em sua resposta: “...o patrimônio histórico tem um valor sentimental...” Informante 003. Portanto, a opinião popular deve ser levada em conta quando se propõe projetos de reestruturação de espaços e prédios públicos.

Questionamento 04: Quais as ações que o poder público têm desenvolvido em relação ao patrimônio histórico-cultural de Cáceres?

Categorias	Número de Respostas cujo conteúdo pode ser enquadrado na categoria
Restauração de Prédios	4
Levantamento de Prédios com potencial	1
Plano de Ação para a cidade histórica	1
Não há	2
Não tem informação	1
Prefiro não responder	1
Fiscalização	1
Incentivos Fiscais (Isenção de IPTU)	2

Quando indagados sobre as ações voltadas para a gestão, uso e conservação do patrimônio histórico em Cáceres, os entrevistados citaram aquelas mais ligadas às edificações. Não mencionaram em suas respostas políticas públicas de natureza educativa, nem de elaboração (ou reelaboração) de códigos municipais, tais como código de postura ou de qualquer outro documento que oriente as formas de utilização do patrimônio. Também não foram mencionadas ações da gestão pública relativas à preservação de bens naturais. Alguns relataram que não há uma política de gestão de patrimônio histórico junto ao município de Cáceres, o que existe são ações isoladas e pontuais. Um dos entrevistados ressaltou que, normalmente, as instituições públicas não possuem uma memória organizada, não nomeiam servidores responsáveis pela estruturação do arquivo interno, não investem em qualificação profissional para esse fim e isso se reflete na qualidade visual das edificações.

Por fim, coloca-se que um dos entrevistados preferiu não responder a questão, deixando claro que, dependendo do que manifestasse, poderia

sofrer algum tipo de “boicote” por parte das pessoas envolvidas com o patrimônio histórico local.

Questionamento 05: Este setor desenvolve algum trabalho em parceria com outro setor (secretaria, instituição)?

Categorias	Número de Respostas cujo conteúdo pode ser enquadrado na categoria
Sim	6
Não	2

Em relação à existência de articulação entre os setores/instituições para o desenvolvimento de ações ligadas ao patrimônio local, a maioria dos entrevistados ressaltou que ela ocorre de maneira bastante insipiente. Foram citadas parcerias como: instituições privadas (fornecimento de recursos); secretaria de desenvolvimento do turismo (elaboração e execução de cursos); secretaria de obras (fiscalização das obras em prédios tombados); ministério público (acompanhamento do estado do patrimônio). Um dos entrevistados mencionou que as instituições/secretarias não trabalham em conjunto e muitas vezes têm até concepções diferentes sobre a gestão do patrimônio histórico o que termina por inviabilizar várias ações.

CONCLUSÕES

A pretensão deste trabalho não é de apontar falhas na gestão do patrimônio histórico local, mas sim de contribuir para uma reflexão sobre as ações desenvolvidas e como elas podem ser melhoradas.

Algumas fragilidades foram detectadas, destacando-se a ausência de uma “macro” política de gestão do patrimônio histórico local, o que, por conseqüência, leva as instituições/setores trabalharem de forma fragmentada. Independentemente das ações de tombamento promovidas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ou pelo

Governo Estadual, o município deveria discutir internamente o que fazer com o seu patrimônio histórico-cultural, mas tal discussão não pode abrir mão da presença de representantes de diferentes setores/instituições e da sociedade civil. Um município que quer expandir-se, não só na atividade turística, não pode mais prescindir de uma gestão compartilhada, dividindo com a população não só os deveres, mas também a tomada de decisões.

Conforme abordado por Nascimento Junior e Chagas (2006) o país deve pactuar uma política de cultura envolvendo diversos setores, oportunizando um novo modelo de gestão cultural que rompe com velhas oligarquias. Em síntese, a comunidade é quem melhor pode definir o que é importante, o que se pretende manter para a posteridade, e por quê.

Outro ponto que merece destaque é o fato de quase não terem sido citados os bens naturais e os bens intangíveis (danças, comidas típicas, religiosidade, músicas) como patrimônios merecedores de atenção por parte da gestão pública. Como podemos observar a legislação também inclui tais manifestações e tais paisagens como patrimônios, sendo assim, as políticas não podem pautar-se apenas em restauração de prédios e centralizar-se apenas em “monumentos”; é preciso desenvolver ações de caráter educativo, bem como articular com outras instâncias a resolução de problemas como o despejo de esgoto no Rio Paraguai e do lixão instalado em área próxima ao Córrego da Peraputanga, importantes bens naturais da região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Portugal: Edições 70, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Artigo 216. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 24 de maio de 2010.

BRASIL. **Decreto 25 de 30 de novembro de 1937**. Dispõe sobre a organização e proteção do patrimônio artístico e nacional. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 24 de maio de 2010.

BRASIL. **Lei 7347 de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 24 de maio de 2010.

BRASIL. **Decreto 3551 de 04 de agosto de 2000**. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e cria Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 24 de maio de 2010.

BRASIL. **Lei 7347 de 24 de julho de 1985**. Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em 24 de maio de 2010.

MATO GROSSO (Estado). **Lei 9107 de 31 de março de 2009**. Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em www.al.mt.gov.br/v2008. Acesso em 24 de maio de 2010.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá – MT: Editora Buriti, 2001.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MIGLIACIO, M. C. Bens culturais matogrossenses como recursos turísticos - desafio para uma economia emergente. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, V. 62, p. 67-90, 2004.

NASCIMENTO JUNIOR, J.; CHAGAS, M.S. Políticas de Museus, de Patrimônio e de Memória. *In: Conferência Nacional de Cultura/Ministério da Cultura*, 2006, Brasília.

PELEGRINI FILHO, A. Ecologia, Cultura e Turismo. *In: NETTO, J.G.T. Turismo Cultural: um olhar sobre o Patrimônio Histórico de Vitória da*

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038

Conquista, BA. **Revista Espaço do Turismo**. V 1, p. 1-5, 2007. Disponível em: <http://www.projetu.com.br>. Acesso em: 12.08.2009.

PINHO, R. T. MIGLIACIO, M.C. Mapeamento do Centro Histórico de Cáceres. *In*: Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 53, 2001, Salvador. **Anais do Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Salvador: Editora da SBPC, 2001.

TRUGILLO, et al. Educação Ambiental e o Córrego Sangradouro em Cáceres/MT sob o olhar dos visitantes. *In*: **Jornada Científica da UNEMAT**, 1, 2008, Cáceres. Cáceres: UNEMAT, 2008.

DIAGNÓSTICO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS COM A PRÁTICA DO TURISMO NA CAVERNA DO JABUTI EM CURVELÂNDIA/MT

Regis Amancio Fiorentino¹³

Tânia Paula da Silva¹⁴

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo diagnosticar os possíveis impactos ambientais com a implantação da prática do turismo na Caverna do Jabuti no Município de Curvelândia/MT. O viés metodológico contemplado foi à pesquisa de caráter descritivo, envolvendo uma abordagem qualitativa do pesquisador com o objeto de estudo. Por meio da pesquisa bibliográfica, documental e in loco (entrevistas com moradores e gestores municipais) verificamos que o turismo na Caverna do Jabuti pode trazer benfeitorias financeiras, como a geração de emprego e lazer para a população, além de possibilitar pesquisas diversificadas na área, já que Curvelândia possui um grande potencial turístico e tem muito disponibilidade de mão-de-obra. No entanto, este turismo deve acontecer de forma planejada e monitorada, seguindo todas as etapas de Licenciamento da Legislação Ambiental, como a criação da unidade de conservação, a elaboração do Plano de Manejo, Estudos de Impactos Ambientais e outros para evitar os impactos destrutivos ao ambiente natural, acarretando prejuízos irreparáveis a fauna e flora e a do município e da própria caverna. Este estudo comprovou que a Prefeitura do Município de Curvelândia junto do Ibama e do CECAV/MT estão fazendo um trabalho enquadrado na Legislação Ambiental Brasileira e com certeza terá muito sucesso com a turistificação deste grande patrimônio ecológico, a caverna do Jabuti.

Palavras-Chave: Impactos Ambientais - Caverna do Jabuti – Curvelândia - Turismo em Cavernas

INTRODUÇÃO

No município de Curvelândia encontra-se a maior caverna do Estado de Mato Grosso, a Caverna do Jabuti, sendo ela uma das dez maiores cavernas do país; são mais de 4 km de extensão em plano horizontal, dividida por amplos e acessíveis salões. Nestes existe uma variedade de

¹³ Professor da Rede Pública e Privada de Curvelândia/MT.

¹⁴ Profa. Ms. do Depto. de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres. Email: tanggela@bol.com.br

espeleotemas de uma diversificada formação rica em calcário, originados de depósitos químicos, constituídos de estalactites, estalagmites, cortinas, represa de travertinos¹⁵, flores de aragonita¹⁶ e outros detalhes que podem ser encontrados no interior da caverna.

Sua geologia é extremamente interessante, em seu entorno há uma rica biodiversidade de flora e fauna, além de mais vinte três cavernas localizadas próxima à área. A Caverna do Jabuti e as outras cavernas ainda não foram exploradas turisticamente até o momento, apenas pesquisada e observada pelas entidades responsáveis pela conservação ambiental.

Toda essa beleza cênica e geológica da Caverna e de seu entorno está sendo preparada para a exploração do turismo, principalmente o de contemplação. No entanto, sabemos que o turismo é uma atividade que provoca impacto ambiental de grande proporção em ambientes geológicos de longa formação.

Deste modo, tendo em vista os impactos ambientais ocorridos em diversas áreas ecológicas com a prática do turismo e considerando a importância de preservar a Caverna do Jabuti de impactos negativos provocados por tal atividade é que nos propomos a desenvolver este trabalho.

OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo conscientizar e sensibilizar a comunidade local sobre a importância da preservação ambiental da Caverna do Jabuti, localizada no município de Curvelândia/MT. Buscamos analisar os impactos ambientais que poderão ocorrer com a realização da exploração turística na caverna e a transformação deste espaço, bem como contribuir

¹⁵ Rocha calcária, dura, compacta, densa, geradas de estrutura concêntrica ou fibrosa, formada por rápida precipitação química de carbonato de cálcio, apresentando freqüentes marcas de ramos e folhas; tufo calcário (DICIONÁRIO HOUAISS).

¹⁶ Mineral muito comum, carbonato de cálcio ortorrômbico, polimorfo da calcita, mais duro e mais denso que esta, encontrado também nas conchas, pérolas e corais (DICIONÁRIO HOUAISS)

com as discussões já desenvolvidas por parte da prefeitura, que objetiva turistificar este ambiente geológico, ou seja, o maior patrimônio espeleológico do Estado de Mato Grosso.

PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi de caráter descritivo, envolvendo uma abordagem qualitativa e um contato direto do pesquisador com o ambiente pesquisado.

Gil (1994) afirma que a pesquisa descritiva, tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como a observação direta. Para Richardson (1999) a pesquisa qualitativa enfoca métodos variados, envolvendo uma interpretação e uma maneira naturalística de abordagem. “Isto significa que pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seu conjunto natural, num esforço de fazer sentido, ou interpretar fenômenos, de acordo com os significados que as pessoas atribuem a eles” (p. 52).

Neste sentido, os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa foram: levantamento bibliográfico sobre turismo e impactos ambientais em cavernas; pesquisa documental na Secretaria de Turismo e na Prefeitura em Curvelândia/MT; visitas *in loco* e documentação fotográfica no ambiente da caverna e no município e entrevistas dirigidas com a população local, buscando verificar qual a expectativa da comunidade local em relação ao turismo na caverna do Jabuti e conseqüentemente, no município.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Município de Curvelândia/MT

De acordo com Leodete e Miranda (2006), Curvelândia esta geograficamente localizada entre as coordenadas de 15° 37' 00" latitude Sul, e 57° 55' 07" longitude Oeste Gr., com altitude média de 120m acima do nível do mar e ocupa uma área de 375,77Km² na mesorregião Sudoeste Mato-grossense, Microrregião de Jauru. Este é um dos municípios mais novo do Estado de Mato Grosso, originado e limitado pelos municípios de Lambari D'Oeste ao Norte e Leste, à Oeste e Noroeste com Mirassol D'Oeste e com Cáceres ao Sul. O perímetro urbano está disposto no Km 30 da Rodovia MT 170 (margens esquerda e direita) e Km 0 (sentido à Mirassol D'Oeste) da Rodovia MT-250 (ambas totalmente pavimentadas). Distante a 311 km da Capital do Estado.

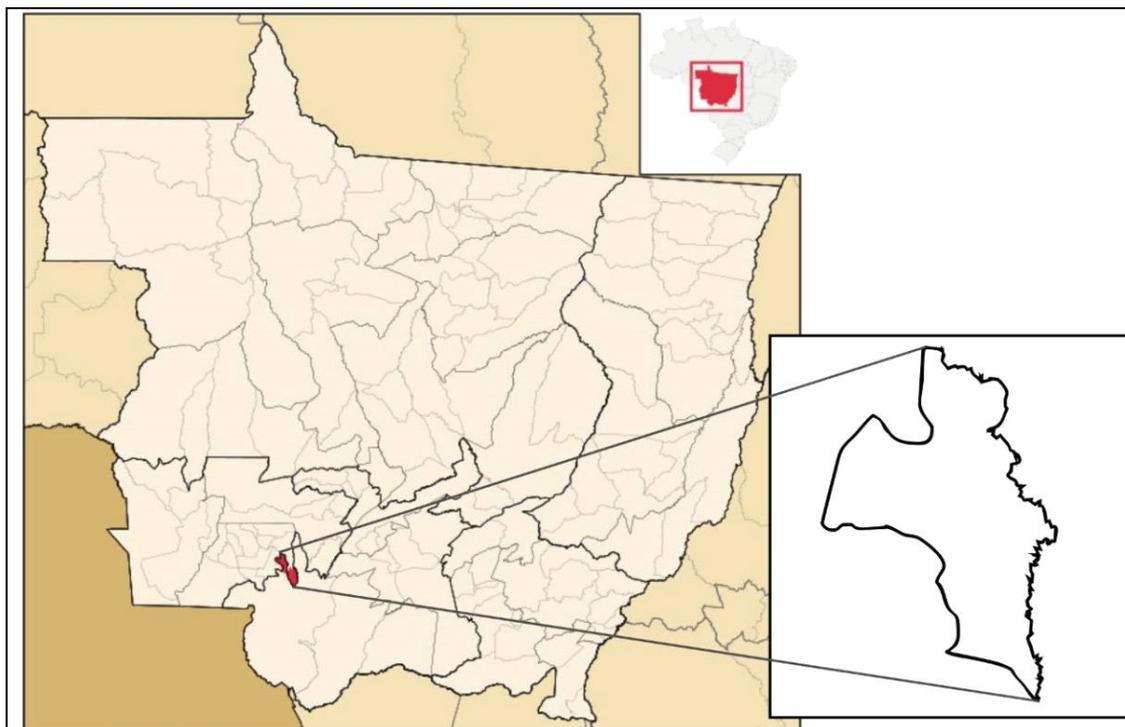


Figura 01: Mapa de Localização do Município de Curvelândia/MT
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Curvel%C3%A2ndia>, 2007.

Caverna do Jabuti

De acordo com Bezerra (2007), a Caverna do Jabuti está localizada no perímetro rural do município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, mais precisamente na serra Padre Tiago, a qual possui as coordenadas: 15° 33' 56" de latitude sul e 57° 59' 17" de longitude oeste.

O acesso ao lado da Caverna pode ser por dois caminhos; através da MT-174 (Curvelândia/Mirassol D' Oeste) e pela estrada da Casemat com acesso ao Rio do Bugre. A primeira entrada se dá por uma estrada a 2 km saindo do perímetro urbano de Curvelândia, deixando a mesma dirige-se pela estrada que liga a estrada do Jabuti, vira-se as esquerda, deixando-a no Km 1, e tomando a estrada do Assentamento Roseli Nunes até chegar ao Km 4, e entra-se num pequeno trilho a 300 m distante da Entrada da Caverna. O segundo acesso se dá pela estrada da Casemat até o Km 3, virando-se a esquerda e percorrendo 2,5 Km entra-se a direita na mesma estrada citada acima, que é estrada do Assentamento Roseli Nunes. Conforme podemos verificar no mapa a seguir.

O trecho turístico da caverna é facilmente acessado, pois a mesma possui boa infra-estrutura para visitação, salões muito bem acessíveis, o que possibilita a entrada de várias pessoas ao mesmo tempo.

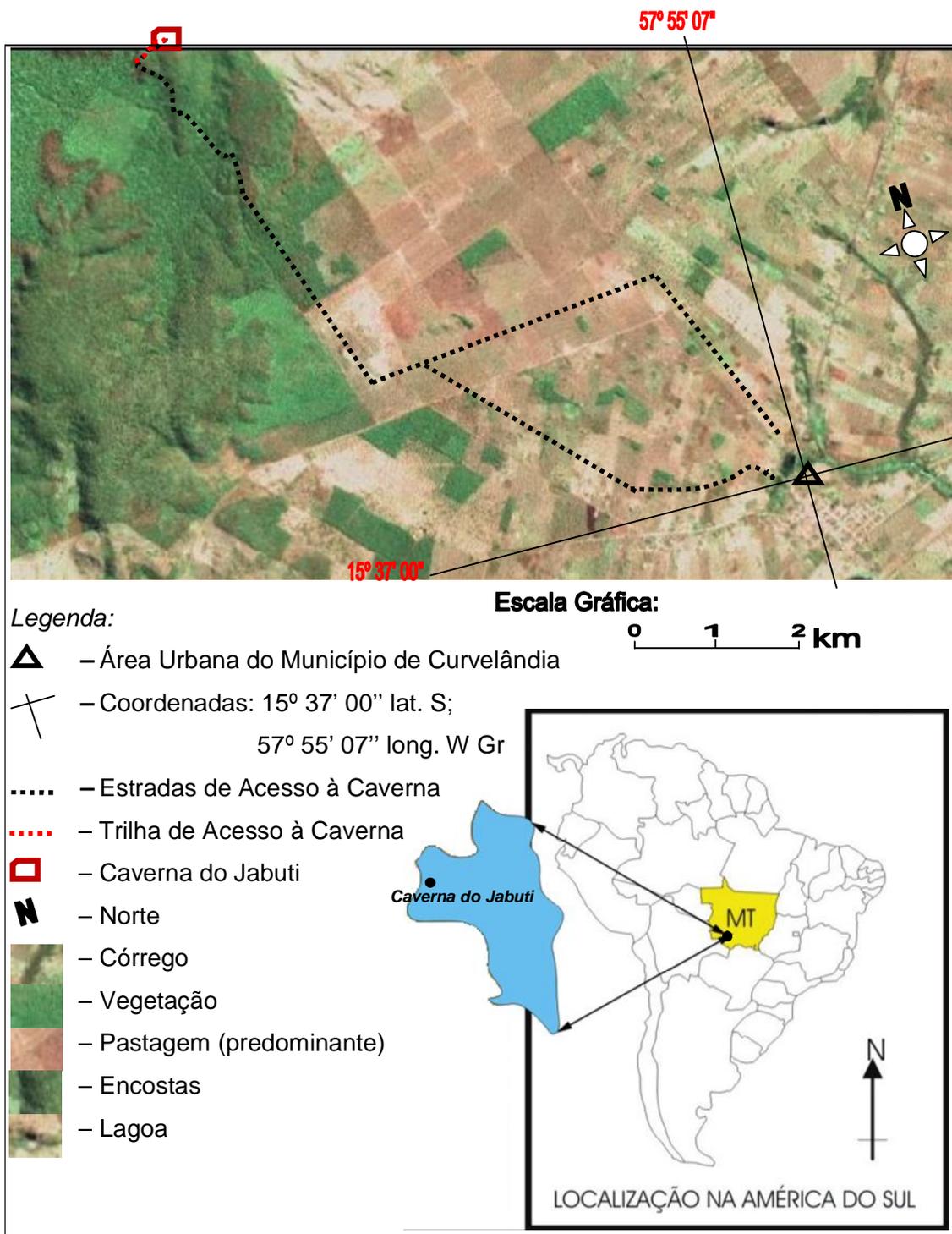


FIGURA 02- Localização da Área de Estudo – Curvelândia/MT
Fonte: Imagem de Satélite: INPE/DGI

Segundo o IBAMA-CECAV-MT, (Centro Nacional de Estudo, Proteção e Manejo de Cavernas) a caverna do Jabuti é considerada a mais extensa caverna do estado de Mato Grosso, com 3.860,51 m de galerias. No relatório da PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal) o IBAMA afirmou que esta é uma das dez maiores caverna do país. Além disso, a Caverna do Jabuti é famosa pela impressionante beleza de suas formações e pela grande dimensão de seus salões internos.

O potencial turístico do município tem despertado a prefeitura municipal e a população curvelândense a tomarem iniciativas a respeito da prática do turismo local sustentável, percebendo que poderiam aproveitar as cavernas existentes no perímetro do município, as lindas lagoas, e a própria paisagem natural da região como uma fonte de renda e lazer a comunidade em geral.

Neste sentido, a prefeitura então solicitou a presença do CECAV-MT para vistoria técnica exploratória. Esta visita se iniciou pela Caverna do Jabuti, porém foram encontradas posteriormente várias outras cavernas. A vistoria que trouxe grandes resultados constatou grande valor espeleológico, com rica morfologia constituída de frágeis flores de aragonita, espeleotemas extremamente admiráveis, com imensos salões interligados por uma série de condutos, comparados com um verdadeiro labirinto.

Diante disso e como pontapé inicial para desenvolvimento turístico no local, a Caverna do Jabuti foi mapeada. E mais, criou-se o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente compostos de membros munícipes que se reúnem todas as semanas para tratarem de assuntos desta ordem, elaborando o seu próprio regimento interno, plano de manejo, com a participação da comunidade local.

A Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, juntamente com o CECAV elaborou a proposta de criação da Unidade de Conservação Caverna do Jabuti, definindo um polígono que representa a área de estudo, medindo 249,35 ha de terras pertencentes ao Sr. Siderley Corso, o qual

deixou esta área como reserva legal em sua fazenda denominada Fazenda Stander.

Atualmente, o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Curvelândia está aguardando a confirmação do proprietário da fazenda onde está situada a caverna, para a execução da construção do parque. Dentre os interesses da Prefeitura Municipal estão promover lazer a população, oportunidades de emprego, incentivar instalação de meios receptores do turismo (hotéis, empresa de transportes, restaurantes, etc.), arrecadação das visitas, a Prefeitura quer assegurar o ICMS Ecológico para o próximo ano, para preservação da área, e a construção do monumento natural (termo mais adequado para a realidade da caverna mencionada).

Aspectos Geológicos da Caverna do Jabuti

Segundo dados do Projeto Radambrasil (1982) *apud* Fonseca (2005), a Caverna do Jabuti é formada basicamente de rochas calcárias e areníticas, e devido à solubilidade dessas rochas com a ação e circulação da água, formaram grandes salões, interligados de forma labiríntica por aberturas menores. Visto que a caverna situa-se em uma colina, na parte do interflúvio entre os rios Jauru e Cabaçal de 120 a 300 m de altitude. Ao noroeste da caverna esta o Rio Bugres que percorre no sentido paralelo, promovendo uma dissecação fraca no relevo.

Na região da referida caverna há afloramentos de rochas carbonáticas da Formação Araras e areníticas da Formação Raizama. No local existem sobrepostos de estratos rochosos compostos de rochas calcárias da Formação Araras e na porção inferior apresenta calcários pelíticos e calcíticos e mais ao topo por dolomitos, com inúmeros grânulos de quartzo.

Nas paredes dos salões são encontradas rochas areníticas da Formação Raizama freqüentemente intercaladas de camadas de rochas composta principalmente de sílica, onde os cristais de quartzo apresentam tamanho submicroscópico (criptocristalino, conhecida pelos geólogos como

chert, arenitos grosseiros e conglomerados; rocha formada por clastos rolados, de tamanho superior à 2 mm, agrupados por um cimento, formando um depósito consolidado, com matriz arenosa fina, média e grossa, possuindo clastos (fragmentos desagregados derivados de rochas preexistentes) de chert, dolomito e seixos de quartzo, estromatólitos e fragmentos de calcedônia (uma das variedades criptocristalinas do mineral quartzo, tendo um brilho graxo).

Ao sopé da encosta da colina onde está a Caverna do Jabuti, há pequenos afloramentos de rochas calcárias com pequenos e médios fragmentos, além de outros materiais, provavelmente chert e calcedônia (rochas presentes na faixa de transição entre Formação Araras e Formação Raizama).



Foto 01 - Entrada principal da Caverna do Jabuti, com 1,60 m de altura. **Fonte:** Marco Antonio (2004)

A entrada da caverna tem pouca aparência, próximo à entrada há vários arbustos, coqueiros, cipós e uma árvore ao lado. No orifício há grandes placões rochosos de arenito de sentido horizontais sobrepostas uma a outra, levando a impressão de serem

separados, cobrindo a caverna como podemos observar na foto ao lado. Acima destes placões, ou seja, em cima da caverna, verifica-se que há uma vegetação propícia de cerrado, com subsolo normal.

A entrada da caverna encontra-se bastante soterrada, pelo solo da área externa frontal que foram escoadas junto às águas da chuva, por apresentar uma declividade um pouco acentuada, mas nivelando rapidamente. A foto 02 evidencia a vista de dentro para fora da entrada.



Foto 02 - Vista de dentro para fora da entrada da Caverna. **Fonte:** Marco Antonio (2005)

Como podemos observar, existem diversos blocos de rochas de formação arenítica.

Ao adentrar na caverna encontra-se um enorme salão com 3 metros de atitude; este salão dá acesso aos demais salões, formando um verdadeiro labirinto.

Todo interior da caverna é basicamente em plano horizontal, no piso existe alguns buracos devido o gotejamento de água existente em seu interior. Em muitos lugares no interior da caverna, o piso possui certa umidade, mas a maior parte do piso é totalmente seco.

Observa grande diversidade de rochas no interior da caverna, com grandes tetos e paredes rochosas de diversas cores, variando do calcário branco mais puro ao marrom ferruginoso. No interior da caverna existem vários salões e ambientes, há uma multiplicidade enorme, com pequenas fendas nas rochas que não possibilita a passagem de pessoas em pé, necessitando-se agachar e passar um de cada vez, mas essas fendas dão acesso a enormes salões de pedra que também possui fendas e dão acesso a outros salões. A maioria das fendas dá acesso a grandes salões de pedra, com tetos de diferentes altitudes. Algumas formações rochosas já receberam

seus nomes, como podemos citar o morro Pão de Açúcar, uma formação de estalagmite¹⁷ com 3 metros de altitude e 1,50 de diâmetro.

Dentre as formações existentes, outra destacada é um poço de grande profundidade, que ainda não foi explorado pelo IBAMA; este poço possui aspectos de um abismo com fundo visível. Grande quantidade de flores de aragonita junto de pequenas estalactites¹⁸ são encontradas no seu interior, denominada de “salão de cocada”. Há pouca água na caverna, mas na época da cheia o fluxo aumenta, gerando pequenos córregos nas laterais e dando mais brilho às paredes e ao teto.

Do lado de fora, a trilha até a caverna impressiona pela Mata Amazônica ainda preservada. A caverna já possui um guia nativo (amador) que participou de todo o trabalho de reconhecimento do IBAMA, ótimo conhecedor dos labirintos internos do local.

Em visitas in loco foi possível observar que próximo ao local onde se situa a Caverna do Jabuti existem várias montanhas, sendo que no local de entrada da caverna há uma prancha rochosa muito grande que continua sob a caverna por longa extensão, o que serve de testemunho de grandes sedimentações e remanejamentos do subsolo nesta área.

Acreditamos que, a caverna do Jabuti precisa ser inventariada, antes que os impactos ambientais coloquem em risco o desaparecimento de espécies animais ainda não catalogadas pelos cientistas, e que podem ser indícios de um passado remoto desta região, a fim de esclarecer as origens e processos geográficos ocorridos ao longo de milhares de anos.

¹⁷ Forma colunar que se eleva do chão, proveniente de pingos d'água que caem do teto de uma cavidade ou caverna carregados de bicarbonato de cálcio.

¹⁸ Forma colunar pendente do teto das cavernas ou subterrâneos, resultante da precipitação de bicarbonato de cálcio, trazido em dissolução na água.

Os Impactos que a Caverna do Jabuti pode sofrer com o Desenvolvimento do Turismo em sua Área

Antes de colocar em prática as atividades do turismo, seja de iniciativa pública ou privada, precisamos antes saber mais a respeito do local onde tal atividades será desenvolvidas, conhecer melhor o que cada área possui de ambiente natural (atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera) e ambiente social (infraestrutura material constituída pelo homem e sistemas sociais criados). Devemos levar em consideração que nosso planeta é composto por muitos ecossistemas e ambientes com características próprias, não podendo haver um padrão único para o estudo.

O estudo para a avaliação de impacto permite que uma certa questão seja compreendida: proteção e preservação do ambiente e o crescimento e desenvolvimento econômico.

As Cavernas possuem ambiente subterrâneo que muita das vezes, são os mais procurados para realização de estudos de determinados processos geológicos, sobretudo os associados à dissolução e precipitação de carbonatos. São ambientes muito distintos dos que há na superfície e por isso são habitat de espécies biológicas ainda desconhecidas, prova de que nada pode ser alterado no ambiente da caverna, pois os estudos perderá precisão dos resultados.

A visitação desordenada destes ambientes pode acarretar prejuízos irreparáveis à fauna e flora subterrânea assim como aos seus depósitos minerais o que, além de prejudicar a atividade turística, compromete seriamente os trabalhos de pesquisa científica.

Abaixo, alguns impactos visíveis ao olhar, sem um estudo e avaliação ambiental, que podem ocorrer pela falta de planejamento e plano de manejo, no qual se trata apenas de uma Caverna de grande, mas também de uma unidade de conservação ambiental do município e região;

- Abertura de trilhas de acesso a Caverna, acarreta uma série de alterações na vegetação, o desmatamento, a proteção que a cobertura

vegetal lhe proporciona, influenciando na fauna existente ao redor do local, deve-se então abrir a trilha sem a retirada de vegetação de médio porte.

- Construção de trilhas para caminhar no interior da Caverna com concreto, é necessário evitar a introdução de materiais externos, como por exemplos o uso de cimento que pode causar a contaminação da água e a introdução de microrganismos.

- Caminhamento de pessoas sobre espeleotema, pode causar danos aos espeleotemas, principalmente os escorrimentos calcícticos destruindo o que natureza demorou mais de mil anos para se formar.

- Uso de lâmpadas fluorescentes para o caminhamento no interior da caverna, através da emissão de luz interfere no crescimento de algas e musgos, a emissão do calor diminui a umidade e provoca a deterioração dos espeleotemas, além da possibilidade de quebra da lâmpada e emitir gases de mercúrio.

- O traslado dos turistas da cidade para a caverna aumenta o tráfego nas estradas de acesso com aumento da poeira e perturbação do gado de fazendas vizinhas possibilidade de atropelamento de animais silvestres.

Outros impactos que acontecem com o decorrer do tempo são as mudanças nos aspectos físico-químicos da atmosfera da caverna, que é acrescentada a poluição floral, no qual pode se apresentar como um dos agentes mais agressivos sobre os depósitos carbonáticos no interior da caverna. A corrosão biológica ocorre pela introdução involuntária de microrganismos através dos visitantes da caverna.

Um dos impactos ambientais decorrentes da visitação turística pode ser a corrosão por condensação. Este processo ocorre por dissolução de carbonatos através de vapores ácidos acima do nível freático. Recentemente este tipo de dissolução tem chamado a atenção dos pesquisadores sobre o assunto e pode ser mais comum do que se imagina. A corrosão por condensação é acentuada em função de taxas elevadas de gás carbônico,

umidade relativamente alta e alto contraste térmico entre os níveis da caverna. Com a intensa visitação, em função da respiração dos turistas, aumenta-se a taxa de gás carbônico (ar inspirados pelas folhas das plantas, que no entanto, são ausentes na caverna) , principalmente em cavernas como a do Jabuti que existe apenas duas entradas bem distantes uma da outra, o que dificulta a ventilação na mesma, sendo o aumento da taxa de gás carbônico causador da dissolução dos espeleotemas.

E muitos outros impactos poderão ser detectados após o Estudo de Impacto Ambiental, que deverá ser realizado por profissionais seriamente capacitados para o executar.

É preciso estar atento aos cuidados exigidos em ambientes de cavernas, principalmente, por serem caracterizados pela fragilidade. Abrangência restrita, ausência de luz, vegetação superior, temperatura interna constante são alguns elementos que requerem atenção redobrada pelos visitantes.

Também é preciso estar alerta ao fato de que cavernas são abrigos protegidos naturalmente, há milhares de anos, e que podem guardar vestígios arqueológicos, paleontológicos, minerais ou biológicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos faz pensar na necessidade de rever a importância de conduzir as atividades turísticas através de ações planejadas, com a realização de estudos para controle dos impactos ambientais, monitoramentos e análises de capacidade de carga, visando alcançar patamares sustentáveis para a atividade, com um maior equilíbrio entre a conservação ambiental e a satisfação dos visitantes.

Por isso, o planejamento é fundamental e indispensável para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

Contudo, para que estas áreas de visitação permaneçam conservadas é necessário medidas decisórias e preventivas a favor da proteção ambiental, uma vez que os ecossistemas naturais são frágeis às intervenções humanas, e ações intensivas podem alterá-lo de forma irreversível.

No entanto faz-se necessário à realização de levantamentos, estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre a Caverna do Jabuti, e as demais cavernas existentes no município de Curvelândia, como a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), que se trata de um estudo detalhado sobre os impactos ambientais associados a um dado tipo de empreendimento, para ser elaborado em seguida o RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, o relatório que reflete todas as conclusões apresentadas no EIA, no sentido de proteger contra a depredação, evitando o turismo mal planejado e desmatamentos no entorno (que afetam, sobretudo, os cursos d'água, formadores das cavernas), com grande interação dos especialistas e da comunidade circunvizinhas. É necessário também realização do Plano de Manejo Espeleológico (PME) da Caverna do Jabuti para uso turístico sustentável com intuito de disciplinar e regulamentar o acesso e a utilização dos recursos ambientais da Caverna do Jabuti prevenindo danos ambientais. Para que o natural não se perca, devem ocorrer esforços de proteção crescentes, com o intuito de evitar e conter os impactos, através da elaboração de placas de orientação para a conservação dos recursos naturais, a presença de guias para informações práticas e turísticas, entre outras precauções que contribuam para a otimização da atividade e minimização dos impactos negativos.

O ambiente subterrâneo de uma caverna é, por vezes, o único ambiente propício ao estudo de determinados processos geológicos, principalmente os associados à dissolução e precipitação de carbonatos. Constituem ainda ambientes muito distintos dos da superfície e por isso são habitat de espécies biológicas ainda desconhecidas.

A prática do turismo e a visitação desordenada sem planejamento podem acarretar prejuízos irreparáveis à fauna e flora subterrânea assim como aos seus depósitos minerais o que, além de prejudicar a atividade turística, compromete seriamente os trabalhos de pesquisa científica. Desconsiderando as danificações por atos de vandalismo (quebra de espeleotemas, pixações e inscrições) a atividade turística causa modificações na atmosfera da caverna devido a mudanças na temperatura, umidade e no teor de gás carbônico.

Concluimos que a implantação do turismo na Caverna do Jabuti pode trazer grandes benfeitorias financeiras e culturais para o desenvolvimento do município, mas deve acontecer de forma planejada para minimizar os impactos ambientais negativos o mais possível.

É relevante que mais pesquisas sejam realizadas no município de Curvelândia no sentido de monitorar o desenvolvimento do turismo em cavernas, buscando identificar os focos de estrangulamento da atividade (impactos negativos) e pontos de aprimoramento (impactos positivos) para que se possa com antecedência direcionar o planejamento e a gestão da área específica.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 10ª ed. São Paulo: Senac, 2004.

BEZERRA, Fabiana S. **Breve Contexto Histórico da Caverna do Jabuti**. Disponível em: <http://www.curvelandia.com.br> Acesso em: 05. Maio. 2007.

CAMPOS, Luiz Cláudio de A. Menescal. **Introdução a Turismo e Hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac, 2005.

FENNELL, David A. **Ecoturismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

FONSECA, Marco Antonio. **Caracterização Geoespeleológica preliminar da Caverna do Jabuti com vista a sua exploração turística sustentável no município de Curvelândia – MT**. Cáceres, 2005. 67 p. Monografia

(Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – Departamento de Geografia. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

JESUS, Dirlei Carpejane de. **Memória Fundadora e Emancipação Política de Curvelândia**. Cáceres, 2004. 28 p. Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas – Departamento de História. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.

GIL, Antonio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MORAES, Werter Valentim de. **Ecoturismo: um bom negócio com a natureza**. Viçosa: UFV, 2000.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e Ambiente: reflexões e propostas**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papyrus, 1997.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação Ambiental Crítica: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada**. Cáceres: Editora da UNEMAT, 2004.

O AMBIENTE NO DISCURSO CONSTITUCIONAL: ESPAÇO DE INTERPRETAÇÃO

Ana Luiza Artiaga R. da Motta¹⁹

RESUMO: Nesta escrita toma-se como lugar de escuta e de interpretação a materialidade jurídica do texto da Constituição Federal, *Art.225* e da Constituição do Estado de Mato Grosso *Art.263* que se refere ao discurso sobre a política ambiental. Para desenvolver esta reflexão, nos ancoramos na teoria da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux e, no Brasil, Eni Orlandi e colaboradores. Esta teoria permite pensar a partir da materialidade simbólica sobre o funcionamento da língua em uma relação de efeitos e sentido entre os interlocutores. Dessa forma, discutiremos o ambiente a partir das análises do discurso jurídico, pelo funcionamento da língua. Assim, observaremos no entrecruzamento do discurso da Constituição Federal e da Constituição do Estado de Mato Grosso, o processo de constituição imaginária do sujeito de direitos e deveres frente à questão do/no ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: discurso, ambiente, Leis.

INTRODUÇÃO

Este trabalho inscreve-se na teoria da Análise de Discurso. Nesta perspectiva trabalha-se com a materialidade simbólica como não transparente. Assim, tomar o texto da Constituição Federal de 1988 e da Constituição do Estado de Mato Grosso, nesta reflexão, significa buscar compreender pelas análises como o ambiente se representa nas políticas públicas e, ainda, discutir como a instituição produz a individualização do sujeito face a esta questão.

¹⁹ Doutora em Lingüística pela Unicamp – 2009; professora do Departamento de Letras da Unemat/Cáceres-MT e Coordenadora do Centro de Estudos e Pesquisas da Linguagem - Cepel. Este artigo é um recorte da Tese de Doutorado, reelaborado para o I SEMAU. analuzart@terra.com.br

DESENVOLVIMENTO

Como se sabe, a ordem do discurso é constitutiva da articulação da ordem da língua e da história. Nesse funcionamento constroem-se os sentidos e o imaginário de sujeito, o que nos permite refletir como um determinado discurso produz sentidos e se significa no discurso das políticas públicas urbanas.

Para tanto, esta reflexão visa produzir, primeiramente, uma escuta sobre o discurso político da Constituição Federal de 1988, pois “é a primeira vez na história de uma nação que uma constituição dedica um capítulo inteiro ao meio ambiente, sendo que a responsabilidade pela sua preservação e conservação seria dividida entre o governo e a sociedade.” “ao Poder Público e à coletividade” (SILVA, 2007, p.337-338).

Pensar o intercâmbio entre o governo e a sociedade tem a ver com direitos e deveres, já que o sujeito individualizado pelo Estado é indissociável das questões políticas e sociais. Nesse sentido, compreendemos que a escrita da Constituição em 1988 remete à possibilidade de uma re-significação do ambiente, um deslocamento em relação a um discurso de desenvolvimento que marca a década de 70 e a inscrição no discurso da globalização.

A formulação do discurso constitucional permite observar que, nas relações políticas, o Estado se coloca em uma posição de hierarquia, de poder em relação à sociedade. Essa posição política do Estado atravessa ideologicamente as diferentes instituições e determina sentidos ao sujeito.

Segundo Haroche (1992, p.158), “o sujeito não é livre, “ele é falado”, isto é, dependente, dominado”. Assim, compreende-se que o campo do político e do ideológico da Constituição Nacional funciona, direciona o poder político em relação à organização do espaço representado pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica do Município. Dessa forma, a representação simbólica do texto constitucional marca o processo de individualização do sujeito no discurso político do Estado (ORLANDI, 2009 - prelo).

Em termos de um imaginário das representações jurídicas entre a Constitucional Federal e a Constitucional Estadual o processo histórico discursivo sobre a questão do direito e do dever deve seguir a mesma regularidade. Ou seja, a Constituição de Mato Grosso deve reafirmar o discurso da Constituição Federal no que concerne aos direitos e deveres sobre o ambiente, o que deverá ser escrito no poder local. Ou ainda, a Constituição Estadual se pauta no discurso da Federal e se coloca na posição de porta-voz da nação para os Municípios, no sentido de pôr em funcionamento o discurso jurídico no poder local.

AMBIENTE E POLÍTICA

É pertinente observarmos, no discurso da Constituição Estadual, a re-significação do discurso da Constituição Federal no que diz à sociedade sobre os princípios fundamentais:

Art.1º O Estado de Mato Grosso, integrante, com seus Municípios e Distritos, da República Federativa do Brasil, proclamam e compromete-se nos limites de sua autonomia e competência a assegurar em seu território os valores que fundamentam a existência e a organização do Estado Brasileiro, além da soberania da nação e de seu povo, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político, tudo em prol do regime democrático, de uma sociedade justa e solidária, livre do arbítrio e de preconceitos de qualquer espécie (p.10).

O Estado de Mato Grosso se marca no discurso Art.1º em conjunto com os Municípios ao se colocar que “compromete-se nos limites de sua autonomia e competência a assegurar em seu território os valores que fundamentam a existência e a organização do Estado Brasileiro.” Isto significa que há uma tensão no discurso das constituições entre a formação discursiva nacional dominante que se sobrepõe a formação discursiva do poder local.

O fato que se observa, pelo funcionamento da língua, entre o discurso da Constituição Federal e da Constituição Estadual, é a uniformização das relações sociais e os limites entre estas. Nessa dimensão, como compreender a significação do ambiente, no contexto sócio-histórico de Mato Grosso?

Observemos os recortes (01) Constituição Federal, (02) Constituição do Estado de Mato Grosso.

01 - DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII – proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

§ 2º aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 4º A floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato - Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 5º são indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas. (Constituição Federal de 1988. Grifos nossos).

02 - DO MEIO AMBIENTE

Art. 263 todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Parágrafo único – Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao estado:

I – zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais de modo a assegurar-lhe a perpetuação e a minimização do impacto ambiental;

II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e à manipulação do material genético, condicionando tal manejo à autorização emitida pelo órgão competente;

III – instituir a política estadual de saneamento básico e recursos hídricos;

V combater a poluição e a erosão, fiscalizando e interditando as atividades degradadoras;

VI – informar, sistemática e amplamente, a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde na água potável e nos alimentos, bem como os resultados de

auditorias e monitoragens, a que se refere o Art.272, II, desta Constituição;

VII – promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VIII – estimular e promover a recomposição da cobertura vegetal nativa em áreas degradadas, objetivando a consecução de índices mínimos necessários à manutenção do equilíbrio ecológico;

IX proteger a fauna e a flora, assegurando a diversidade as espécies e dos ecossistemas, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécie ou submetam os animais à crueldade;

X – criar, implantar e administrar unidades de conservação estaduais e municipais representativas dos ecossistemas existentes no Estado, restaurando seus processos ecológicos essenciais, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

XI – controlar e regulamentar, no que couber, a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, qualidade de vida e o meio ambiente;

XII – vincular a participação em licitações, acesso a benefícios fiscais e linhas de crédito oficiais, ao cumprimento da legislação ambiental, certificado pelo órgão competente;

XIII – definir, criar, e manter, na forma da lei, áreas necessárias à proteção das cavidades naturais, sítios arqueológicos, paisagens naturais notáveis, outros bens de valor histórico, turístico, científico e cultural;

XIV – definir espaços territoriais e seus componentes, a serem especialmente projetados pela criação de unidades de conservação ambiental e tombamento dos bens de valor cultural;

XV – promover o zoneamento antrópico-ambiental do seu território, estabelecendo políticas consistentes e diferenciadas para a preservação de ambientes naturais, paisagens notáveis, mananciais d'água, áreas de relevante interesse ecológico no contexto estadual, do ponto de vista fisiológico, ecológico, hídrico e biológico;

XVI – promover estudos técnico-científico visando à reciclagem de resíduos de matérias-primas, bem como incentivar sua aplicação nas atividades econômicas;

XVII – estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativas, não poluentes, bem como

de tecnologias poupadoras de energia. (Constituição do Estado de Mato Grosso de 1989. Grifos nossos²⁰).

A ANÁLISE

Nas relações jurídicas entre a Constituição Federal e a Constituição Estadual, a questão do ambiente é marcada através do Art. 225 e o Art.263. O Art. 225 impõe ao “poder público e a coletividade” o dever de defender e preservar o ambiente, enquanto que o Art. 263 determina ao Estado, aos Municípios e a coletividade o dever de preservar o ambiente.

Nesse raciocínio, entendemos que os artigos 225 e o 263 representam o discurso definidor da política pública sobre o ambiente, de uma forma que normatiza o espaço urbano e o sujeito. O Estado se coloca no § 1º em relação à sociedade como o Poder Público, representado nos itens: I – VII que diz sobre: preservar e restaurar os processos ecológicos, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País, definir os espaços da federação que deve ser protegido, exigir, conforme determina a lei, a instalação de atividades causadora de degradação ambiental, proteger a fauna e a flora entre outros. De outro lado, a lei nos § 2º, 3º, 4º, 5º e 6º fala com a sociedade impondo limites como forma de significar as penalidades “àquele” que se configure como depredador, que contrarie a lei. Assim, o ambiente é tomado pela normatização, do texto Federal que significa o jurídico e representa o sujeito de direito.

O conjunto de definições que normatiza o espaço e o sujeito, no discurso da Constituição Federal, são significados no discurso da Constituição do Estado de Mato Grosso. Assim, o Estado, conforme os itens I – XVII se anuncia como a instituição capaz de preservar, proteger, criar, utilizar, implantar e estimular a relação entre o sujeito e o ambiente de forma equilibrada. Assim, os sentidos sobre o ambiente instituídos nos parágrafos

²⁰ O Art. 225 da Constituição Federal e o Art.263 da Constituição Estadual - Do Meio Ambiente - estão na íntegra tendo em vista as análises e as constantes remissões aos parágrafos.

do artigo da Constituição Federal e da Constituição Estadual, que normatiza a relação do Estado com o sujeito e o ambiente se dispersam entre o permitido e o proibido. Ao lado disso, o ambiente é significado, multifacetado devido aos interesses específicos.

Resulta, então, que os sentidos são sempre determinados ideologicamente e isto não está na palavra, mas na discursividade (Orlandi, 1996a). Aqui, entendemos que o Estado individualiza o sujeito por distintas formações discursivas do capitalismo como: ecologista, depredador, ambientalista, consumidor, etc. A questão é: como o processo de individualização faz sentido para o sujeito, em suas condições de existência? Por exemplo, para o indivíduo que mora na região de Mato Grosso? Nessa mediação entre o sujeito e o ambiente, como se configura a articulação do político com o simbólico?

O espaço em que se projeta a lei é um espaço de interpretação, em que as palavras tomam corporeidade política pela relação que estabelecem com o outro. Daí que falamos as mesmas palavras, mas o sentido deriva para formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “preservar” [I, II] formulada pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado de Mato Grosso, produz sentido diferente, pois cada qual diz para a sociedade de uma posição diferente sobre a preservação do ambiente.

Seguramente o discurso que se repete entre as Constituições Federal e Estadual funciona ideologicamente com uma imagem de preservação, de elaboração da relação entre o sujeito e o ambiente pelo discurso jurídico.

Dessa forma, o Brasil se inscreve em uma formação ideológica dominante do capitalismo²¹, da mundialização, no sentido de produzir uma lei que atravesse não somente o espaço nacional, mas que faça eco no espaço internacional ao se referir que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (...) impondo-se ao Poder Público e à

²¹ Orlandi (2009) – Artigo no prelo, apresentado no Encontro de Análise de Discurso, na Universidade de Paris LLL, novembro de 2008.

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

O discurso da Constituição Federal é rearticulado na Constituição do Estado de Mato Grosso que nomeia o Estado, os Municípios e a coletividade para preservar o ambiente. Em termos do imaginário projeta-se no discurso da Constituição Estadual a posição das cidades como espaço de regulamentação ambiental no poder local.

No texto da Constituição Federal é possível observar, no Art. 225, § 1º I – VII, a determinação ao poder público de assegurar a preservação do ambiente através da utilização da forma verbal: “preservar e restaurar os processos ecológicos [...]”, “definir em todas as áreas da Federação [...]”, “exigir na forma da lei [...]”, “controlar a produção e a comercialização [...]”, “proteger a fauna e a flora [...]”, “promover a educação ambiental [...]”. São questões que inscreve o sujeito nessa relação.

Ainda, no texto da Constituição Federal, têm-se as marcas lingüísticas tais como “§ 2º aquele que explorar, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas a sanções penais.”

Na formulação da lei, o pronome demonstrativo – aquele § 2º – funciona como um pronome dêitico que, remete ao sujeito virtual que se individualiza frente às sanções penais cabíveis ao possível infrator. Isto representa a determinação explícita do discurso do direito, no sentido de formalizar o que é: permitido e proibido.

Na Constituição do Estado de Mato Grosso observamos na formulação sobre o ambiente que, para assegurar a efetividade do direito “incube ao Estado”: “I - zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais de modo à minimização do impacto ambiental”, “II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e a manipulação do material genético [...] à autorização emitida pelo órgão competente”, “III - instituir a política estadual

de saneamento básico e recursos hídricos” “ IX- proteger a fauna e a flora na forma da lei [...]”, “X - criar, implantar e administrar unidades de conservação estaduais e municipais representativas dos ecossistemas existentes no Estado [...]”, “XVII - estimular a pesquisa [...]”, “ XV- promover o zoneamento antrópico-ambiental do seu território [...]”, “VII - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.”

Cabe dizer que o discurso da Constituição Estadual tem um Estatuto significativo que difere da Constituição Federal. No discurso da Constituição Federal, Art. 225, o dever de defender e preservar o ambiente nacional são atribuídos ao Poder Público e à coletividade. Em continuidade o § 1º diz que: “para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:” – Parágrafo II – preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.”

Do ponto de vista simbólico, o discurso do parágrafo II da Constituição Federal representa a posição da nação enquanto o lugar da norma, para o sujeito e o ambiente. A “disciplinarização” exercida pela norma determina a mudança de postura da coletividade em relação ao ambiente. Isto significa que o gesto de preservar passa pela sistematização do discurso jurídico que elabora penalidades no sentido de administrar as relações no social.

No dizer da Constituição do Estado de Mato Grosso, a relação do discurso com a territorialidade é diferente. Isto é, o discurso é da espacialidade de Mato Grosso. Acrescentamos, a propósito dessa relação Estado/ambiente, que o modo de dizer sobre o social, o espaço local também se inscreve em uma norma. Porém, é a imagem que se projeta no discurso jurídico em face ao poder local que fica diferente. O Parágrafo Único diz: – “Para assegurar a efetividade desse direito, incube ao Estado”.

O parágrafo III – instituir a política estadual de saneamento básico e recursos hídricos tem uma particularidade em dizer sobre o saneamento

básico das cidades e os recursos hídricos que representa a relação dos rios na cidade. Assim, a qualidade de vida dos indivíduos e das espécies, significa nessa formulação, o saneamento básico, a infra-estrutura, já que os rios, por exemplo: o Paraguai, o Cuiabá, o Coxipó entre outros não se restringem apenas às cidades de Cuiabá, Cáceres e Poconé. Assim, entendemos que um parágrafo que normatiza o ambiente, no social, está imbricado em outro parágrafo, um processo metafórico, podemos dizer, pela transferência de sentidos. Tais como:

V combater a poluição e a erosão, fiscalizando e interditando as atividades degradadoras;

VI – informar, sistemática e amplamente, a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes, a presença de substâncias potencialmente nocivas à saúde na água potável e nos alimentos, bem como os resultados de auditorias e monitoragens, a que se refere o Art.272, II, desta Constituição;

VIII – estimular e promover a recomposição da cobertura vegetal nativa em áreas degradadas, objetivando a consecução de índices mínimos necessários à manutenção do equilíbrio ecológico; Constituição do Estado de Mato Grosso.

Entendemos que, no entremeado de discursos que interpretam e significam o ambiente, na Constituição do Estado de Mato Grosso, como um discurso de consenso, queremos chamar a atenção para o parágrafo XII que diz: – “vincular a participação em licitações, acesso a benefícios fiscais e linhas de crédito oficiais, ao cumprimento da legislação ambiental, certificado pelo órgão competente”.

O parágrafo XII diferencia-se dos demais ao apontar como alternativa *linha de crédito oficial, ao cumprimento da legislação ambiental*. Essa forma do Estado de Mato Grosso se colocar para a sociedade como agenciador de créditos, re-define o sentido de preservação do ambiente. Isto é, a relação entre o sujeito e a legislação ambiental pode ser mediada pelo financeiro, o

capitalismo. Ou seja, o ambiente representa um lugar de significação política, na ordem jurídica, em que o sujeito pode se beneficiar de linhas de crédito. Assim, no que se projeta no XII parágrafo da Constituição do Estado de Mato Grosso cruzam diferentes gestos de interpretação.

O XIII parágrafo pontua – definir, criar, e manter, na forma da lei, áreas necessárias à proteção das cavidades naturais, sítios arqueológicos, paisagens naturais notáveis, outros bens de valor histórico, turístico, científico e cultural.

No parágrafo XIII diz sobre sítios arqueológicos, paisagens naturais notáveis [...]. Entendemos que a Constituição simboliza diferentes áreas de preservação ambiental no discurso. No momento, não cabe buscar apressadamente uma discussão para cada item, representados na Constituição Estadual em relação à região de Mato Grosso.

Interrogar o ambiente (físico-biológico) que está apontado no discurso da Constituição Federal constitui já lugar de interpretação que se impõe à sociedade. Como pontua Orlandi (1996, p.18), “A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é “materializada” pela história.” Assim, podemos compreender a interpretação como algo necessário que se dá na sociedade, pela necessidade do homem se significar. Nesse gesto do sujeito se significar no social tomemos o parágrafo VII, que fala da significação da educação ambiental ao formular: “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”;

O parágrafo VII projeta a imagem que didatiza a relação do sujeito com o ambiente e se distancia das práticas políticas do Estado. Podemos dizer que o discurso sobre a educação ambiental se representa de forma genérica nessa formulação. Por outro lado, a fraseologia “conscientização” permite que se interroguem os efeitos de sentido desse dizer para o poder público no que tange a “educação ambiental em todos os níveis de conhecimento.”

Segundo Pêcheux (1995, p.93), “[...] as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas.” Isto implica compreender que as relações contraditórias existem. É preciso, necessariamente, observar pelas/nas análises como a relação contraditória se inscreve nas formações discursivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, neste percurso, observarmos a presença significativa do jurídico nas mediações sociais, políticas, entre o sujeito e a sociedade. Compreendemos o discurso da Constituição Federal e da Constituição Estadual entre o indivíduo e a sociedade, em um perfil que alinhava o sujeito às representações simbólicas no que se refere às práticas do direito e dever.

A determinação da Constituição Federal, através do §4º, do controle jurídico das áreas como “a floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira (como) patrimônio nacional,” significa a normatização jurídica. Afinal, por que o território do Pantanal, que é inscrito no discurso da Constituição Federal, reverbera sentidos na escrita das políticas públicas nas cidades que constituem o “portal do Pantanal”? Assim, na dimensão do político, o Estado particulariza, pela Constituição Estadual, determinadas posições que delimitam sentidos na geometria urbana, do que seja cidade, como a cidade deve ser tecida pela via do discurso da Lei Orgânica.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Leila da Costa. **A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.

FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (orgs). **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer Querer Dizer**. Tradução Eni P. Orlandi. Colaboração Freda Indursky e Marise Manoel. Hucitec, SP. 1992.

MOTTA, Ana Luiza Artiaga, R. da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso**. Tese – Doutorado – Unicamp, 2009.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação: autoria leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, Vozes, 1996a.

_____. Enfoque lingüístico / discursivo da educação ambiental. In: **Gaia e Ecoar de Educação Ambiental**, 1996b.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 1996c.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**. Campinas, SP. 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. (trad.) Eni P.Orlandi. 2. ed. Campinas, UNICAMP, 1995.

SILVA, Telma Domingues. A natureza como "patrimônio público": discutindo a instituição das áreas protegidas no Brasil. In: **IDÉIAS**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. N.14, n. 1/2; 2007; pág.335-359.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Constituição do Estado de Mato Grosso, 1989.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DAS LAGOAS NA SUB-BACIA DO CÓRREGO DA ONÇA NO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS/MS

Maria Aparecida de Souza²²

Raoni Murilo Souza Tosta²³

RESUMO: O presente artigo procurou evidenciar o descuido com o ambiente onde se inserem as lagoas e sua dinâmica hidrológica na qual fazem parte da sub-bacia do córrego da onça, que canaliza suas águas para o Rio Paraná. Esse descuido especialmente com as áreas alagadas, que funcionam como vazantes entre as lagoas, e que ainda, teimosamente nos períodos das chuvas procuram realizar a comunicação entre elas, denunciam a forma de ocupação desordenada que ainda hoje ocorre, sem os devidos cuidados em seu entorno. A partir de loteamentos populares, sem infra-estruturas adequadas, como ruas projetadas em direção ao vale, sem asfalto e canalizações para o escoamento das águas, são alguns dos fatores que podem desencadear e acelerar o assoreamento e conseqüente desaparecimento dessas lagoas. O caso mais recente na tentativa de revitalização da lagoa maior (3ª lagoa) e mais importante para a cidade foi o aprofundado do seu nível de fundo, já que esta apresentava uma rasa lâmina d'água. As três lagoas são o portal, a identidade e a origem do nome da cidade de Três Lagoas. Sendo assim, é necessária a atenção quanto à dinâmica hidrológica desta área que ainda mantém as lagoas.

PALAVRAS CHAVES: vale, lagoas, ocupação.

INTRODUÇÃO

O Município de Três Lagoas, com 10.235,8 Km², está localizado geograficamente na porção Leste do Estado de Mato Grosso do Sul. A sede do município localiza-se na divisa com o Estado de São Paulo, tendo como barreira natural o Rio Paraná, apresentando o núcleo urbano nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude 20° 45'04" S e Longitude de 51° 40'42" W.

²² Profa. Ms. da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT, Câmpus de Cáceres. Email: mariamia.souza8@gmail.com

²³ Acadêmico do curso de Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, Campo Grande. Email: raoni_sarutobi@hotmail.com

Três Lagoas, no passado, era visitada por pioneiros que utilizavam as pastagens nativas e as aguadas das três lagoas para o descanso das “tropas” e “boiadas” que eram transportadas a “pé” com destino ao estado de São Paulo.

Posteriormente, o processo de urbanização ocorreu com o primeiro acampamento de trabalhadores para a implantação da NOB, próximo à lagoa maior. Segundo a Empaer (2000), no passado as três lagoas eram interligadas naturalmente, onde, principalmente na época das águas, provavelmente ocorriam as “vazantes”, caracterizando desta forma, uma área com características de veredas. Atualmente, a comunicação natural entre elas não é mais possível, pelo assoreamento da lagoa maior provocando a elevação no seu nível de fundo, como também a elevação de toda a área do vale das vazantes entre as lagoas, posteriormente ocupada.

O trabalho teve como objetivo evidenciar os problemas ambientais ocorrentes no vale das lagoas visando alertar sobre as conseqüências que o descaso com a área pode causar às lagoas.

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

As três lagoas se localizam na sub-bacia do Córrego da Onça, localizada, conforme a Empaer (2000), entre a topografia suavemente ondulada de aproximadamente 434m, dividindo-a da sub-bacia do Córrego do Pinto, com uma área de 2.090 ha. A sub-bacia é afluente do Rio Paraná.

A característica geomorfológica das encostas da Microbacia do Córrego da Onça constitui-se de talvegues com rampas variando de 2.200 m a nordeste; 2.500 m a noroeste e 2.350 m a oeste. Os corredores de acesso às chácaras e fazendas foram implantados no sentido da maior declividade do terreno que varia de 1,6 a 2,08%.

O relevo da microbacia do Córrego Onça é plano a levemente ondulado na porção superior e do tipo planície de

várzea úmida no trecho médio a inferior do seu curso, com declividade média do talvegue de 0,4%. Nas proximidades da encosta, acima das três lagoas, a declividade do terreno varia de 1,6 a 2,08% com desnível no sentido Oeste-Leste. A forma retilínea da topografia do terreno, porém sem definição acentuada entre formação côncava e convexa, favorece o escoamento superficial difuso, concentrando grande vazão de enxurradas, devido a inadequada locação das estradas e corredores no sentido morro abaixo (EMPAER/DEPAT, 2000).

Nesta área ocorrem atividades tanto rurais como urbanas, sua vegetação natural ao longo da ocupação sofreu grandes alterações, os solos são relativamente friáveis caracterizados como LATOSSOLO e AREIAS QUARTZOSAS e a topografia favorece a ação das enxurradas durante a ocorrência de chuvas no verão. O clima, segundo a classificação de Kööppen, é Tropical quente e úmido.

Estas lagoas naturais foram formadas por depressões da bacia do Rio Paraná e são abastecidas por águas do lençol freático que se originam da parte da Microbacia do Córrego da Onça, No passado, estas lagoas se comunicavam entre si, através de canais naturais (EMPAER/DEPAT, 2000).

Com o crescimento da cidade, a lagoa maior (3^a Lagoa) passou a sofrer as conseqüências da ocupação em seu entorno e as duas lagoas menores por longo tempo foram exploradas na retirada de argila para a fabricação de tijolos por pequenos oleiros.

No processo de ocupação, não houve preocupação na tentativa de preservar as lagoas levando-se em conta a fragilidade desta área, que se localizam entre a Rua Urias Ribeiro e as lagoas, que são os bairros Ipacaray, Bela Vista, Santa Luzia e Alto da Boa Vista. Sem um planejamento de ocupação, os processos erosivos foram desencadeados pela declividade do terreno e pela característica do solo arenoso, acelerando o processo de assoreamento do conjunto de lagoas especialmente, a lagoa maior. Neste

sentido, o processo de deposição de sedimentos nas lagoas e na área do vale em que se inserem, ocorreram com maior intensidades na parte Noroeste/Oeste.

A primeira lagoa (menor) se localiza próximo à rodovia BR 158 que liga Três Lagoas a Selvíria, no Jardim Dourados, em uma área de solos arenosos e de topografia suave. A sua capacidade de captação de águas superficiais adjacentes é pequena. A área em seu entorno possui uma vegetação de cerrados e pastagem, que de certa forma a protege. A segunda lagoa se localiza entre a primeira e a terceira e entre os bairros Interlagos e Jardim Dourados. É utilizada ao norte por olarias, a leste e sul é ocupada desordenadamente por construções de moradias em suas margens, que são antigas olarias no bairro Interlagos, e a oeste possui rala vegetação de cerrado e área de alagamento permanente, amenizando neste local, o escoamento superficial das águas das chuvas. Esta lagoa, segundo a Empaer (2000), se localiza na área da sub-bacia onde o lençol freático, que surge em forma de “minas”, se constitui na principal fonte de abastecimento e por este motivo, a água desta lagoa é bombeada diariamente para a terceira lagoa mantendo uma vazão contínua, e desta, as águas são canalizadas para o córrego da Onça. A terceira lagoa (maior) se localiza totalmente no meio urbano, circundada pelos bairros de Interlagos, Bela Vista, Ipacará, Santa Luzia, Jardim Roriz e Centro. É a que mais sofre os efeitos da degradação ambiental da sub-bacia, já que a maior parte das águas superficiais de drenagem canaliza-se diretamente para ela, além das águas que escorrem superficialmente, tanto das ruas sem pavimentação dos bairros que a circundam como as enxurradas das estradas do Alto Sucuriú, e as que ligam os sítios e fazendas que se situam nas áreas altas da sub-bacia, provocando, além do assoreamento, transportes de detritos e restos de lixo urbano.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos utilizados se resumiram em levantamento de documentário junto à Prefeitura municipal, questionário aplicado aos moradores do bairro Alto da Boa Vista e trabalho de campo com descrições a partir de observações sobre toda a área que corresponde ao entorno das três lagoas, registradas através de fotografias.

OCUPAÇÃO DA VERTENTE DA SUB-BACIA

As encostas acima das três lagoas estão ocupadas por pequenas propriedades, com atividades de pecuária de corte e leite. As pastagens geralmente são formadas de “Brachiaria decumbens” em estágio avançado de degradação, sem nenhum manejo de correção e conservação do solo, contribuindo, portanto, para o escoamento superficial livre das águas pluviais. O tamanho das propriedades varia entre 5 25 ha e 120 ha.

BAIRRO ALTO DA BOA VISTA

O bairro Alto da Boa Vista se localiza a noroeste da cidade de Três Lagoas, acima da segunda lagoa. Posiciona-se entre a Rua Urias Ribeiro (estrada Boiadeira) e o vale das lagoas e possui atualmente 12 quadras com duas ruas asfaltadas, a rua Eurídice Chagas Cruz e a Egidio Thomé. Sua ocupação ocorreu a partir de loteamento, sendo que os moradores vieram de outros bairros da cidade, de outras cidades e da área rural. Analisando através de tabulação, pelo método quantitativo, a profissão dos moradores geralmente são de pedreiro, serventes, peão, lavrador, empreiteiro, lavadeiras, doméstica, trabalhadores no comércio e funcionário público. A faixa salarial varia de um a dois salários mínimos, para a maioria da população. Na educação, a maior parte dos moradores não concluíram o ensino fundamental e uma pequena parte não são alfabetizados. O número de pessoas por família fica em torno de duas a cinco pessoas e na infraestrutura, o bairro possui água, luz, telefone, coleta de lixo, bares, padaria,

pequenos mercados, olaria, fossa séptica e uma escola particular. Falta no bairro, posto de saúde, farmácia, creche, supermercados, lojas, praças, áreas de lazer, rede de esgotos e posto policial.

DEGRADAÇÕES NO VALE DAS LAGOAS

Às vezes, a administração dos municípios entra em contradição entre as legislações próprias e as ações empreendidas ao executar formas não conservacionistas de áreas que deveriam ser conservadas. É o que ocorre quando nos períodos das chuvas, na tentativa de prestar serviço à população do bairro Alto da Boa Vista, jogavam-se restos de materiais de construção, nivelando com máquinas a Rua Eurídice Chagas Cruz, no vale das lagoas. Atualmente com o asfalto, também não houve nenhum cuidado especial, na qual, sufocou definitivamente o último remanescente que ainda restava do fluxo natural das águas entre as lagoas, que neste período, este curso d'água intermitente, teimosamente ressurgia mesmo com as práticas equivocadas. Na construção do asfalto, não foi adotado nenhuma forma de proteção ou medida para que este fluxo de água não fosse interrompido. A natureza, na sua resistência, ainda procura o caminho antigo das vazantes entre as lagoas.



Figura 01 - Curso d'água intermitente na Rua Eurídice Chagas Cruz.

Nesta área entre a 2ª. e a 3ª. lagoa, em épocas da seca, as vazantes cessavam e o solo secava caracterizando neste período, em uma área de pastagens naturais com presença de “banhados” perenes. Porém, a partir da construção transversal de um muro em propriedade acima desta área, mesmo nos períodos mais secos do ano, permanece constantemente alagada, significando assim, que o fluxo das águas mais uma vez, foram interrompidas.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) multou o empresário por provocar dano ambiental na rua João Gonçalves de Oliveira, bairro Vila Cardoso. Segundo informações do agente de fiscalização ambiental do Ibama, o local foi fiscalizado e o proprietário notificado. O proprietário buscou regularização, mas o laudo do lote redigido por um engenheiro foi considerado equivocado pelo órgão ambiental. A multa ocorreu pela construção de muro e reservatório artificial de aproximadamente um hectare em Área de Preservação Permanente, onde está provocando a morte da vegetação porque a construção intercepta a drenagem da água para outras regiões (PRATI, 2007).



Figura 02 - Muro construído transversalmente ao vale da Lagoa.

Fonte: Souza, 2007

Esta área deveria ser preservada, pois além de ser uma área de várzea que mantém contato direto com o lençol freático e que faz parte da manutenção das lagoas, mantém uma diversidade de aves muito grande, onde possivelmente, migraram da 3ª. Lagoa, atualmente urbanizada, para esta área, além, é claro, de fazer parte da dinâmica das três lagoas. Porém, o que se constata é o continuo descaso já que o local continua a receber dejetos e entulhos vindos da cidade e depositados no entorno desta, além de outras ocupações irregulares.

ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL - ZEIA 1

No Plano Diretor Lei nº 2083 de 28/09/06, na Seção IV, do Zoneamento das Regiões do município, o artigo 55 divide as regiões do município em Zonas.

As Zonas Especiais (ZE) no inciso III são definidas como áreas do território que exigem tratamento especial na definição de parâmetros reguladores de usos e ocupação do solo, podendo se sobrepor às outras regiões como as Zonas Urbanas e as Zonas de Expansão Urbana. Na alínea c do mesmo artigo, definem-se as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIAs), como aquelas áreas públicas ou privadas que são destinadas à proteção e recuperação da paisagem e do meio ambiente. No Zoneamento das Regiões, do Distrito, e sede de Três Lagoas, no artigo 57, inciso V e VI, divide e define os limites das ZEIAs.

No artigo 64 determina que seja vedado o parcelamento e o loteamento nas ZEIAs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10. Ainda neste mesmo artigo, do Zoneamento das Regiões de Três Lagoas, ficou instituído a Zona das Lagoas (ZL) e nas Diretrizes prioritárias da ação do município, a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) que ficou conhecida pela população treslagoense de “Parque das Lagoas” cujo projeto fora iniciado pela prefeitura, fazendo parte do denominado Complexo das lagoas.

O Relatório de Diagnóstico Ambiental [...] relativo aos trabalhos para criação e implantação de uma unidade de conservação [...] de uso sustentável, na categoria de área de proteção ambiental municipal das Três Lagoas [...] O estudo ambiental detectou a situação atual das lagoas [...] que dão origem a seu nome, apontando benefícios e condições de conservação do meio ambiente. [...] De acordo com o secretário de Indústria, Comércio, Turismo, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, os recursos para a execução do projeto já foram disponibilizados e que o estudo favorece a realização do projeto arquitetônico do Parque das Lagoas com sustentabilidade. (PREFEITURA MUNICIPAL, 2007)

Conforme o Plano Diretor, o complexo das lagoas é dividido em: Zonas Especiais de Interesse Ambiental – ZEIA nº 10 (complexo das lagoas 1); ZEIA nº 11 (complexo das lagoas 2) e ZEIA nº 12 (complexo das lagoas 3), que, sob proteção, fica proibido o parcelamento de solo, nas áreas da lagoa, no seu entorno e na rampa da vertente para loteamentos abaixo de 1000 metros, e que segundo ainda o Plano diretor, deve ser conservado.

Considerando as informações acima, da Lei do Plano Diretor, o parcelamento ou loteamento de área abaixo do bairro Alto da Boa Vista, situada na ZEIA 1, que conforme o artigo 64 proíbe o loteamento na mesma, a ocupação indevida deste local vem ocorrendo de forma acelerada, onde já existem várias moradias e construções novas, após a implantação do Plano Diretor, como também outras formas de ocupação na área da Zeia 1, como depósito de terra na área alagada do vale das lagoas.



Figura 03 - Depósito de terra no vale das lagoas.
Fonte: Souza, 2007.

O depósito de terra se localiza exatamente em terreno com declive final da vertente em direção ao vale das lagoas e lagoa do meio. Por se tratar de uma área com declive, numa vertente em direção ao vale das lagoas, esta área deve ser protegida, entendendo-se que as Leis do Plano Diretor foram criadas nesta intenção.

O tão anunciado “Parque das Lagoas”, projeto que também vem na direção de proteger o vale e as lagoas, tem a indicação de se inserir em área na qual, está sendo ocupada, irregularmente, pois fere o Plano Diretor.



Figura 04 - Ocupação irregular de áreas a serem preservadas- Zéia 1.

Embora tenham sido notificados, continuam ocorrendo os aterros indevidos, os depósitos sendo realizados no vale, bem como as ocupações irregulares. Contudo, as perdas como sempre são do ambiente que vai sendo visivelmente degradado e da população que se vê obrigada a conviver com todo o lixo transportado do centro da cidade, como se junto com o lixo co-existissem, se agregando como populações sem opções de local e moradia, se misturando com os lixos e o resto que não podem ficar expostos onde a outra classe da sociedade mora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lagoa maior sofre os impactos pelo processo erosivo da parte mais alta. As águas são drenadas para a galeria pluvial, implantada na Avenida Rosário Congro, que se encontra com o escoamento das águas na região norte e leste da cidade no cruzamento com a Rua Elvírio Mário Mancini, onde são conduzidas na altura da linha férrea por uma galeria celular dupla até o curso médio do fundo de vale do Córrego da Onça próximo ao anel rodoviário BR-262 (EMPAER, 2000).

No final da década de 90, estudos, análises e debates sobre a revitalização da lagoa maior foram intensos, culminando na efetivação de sua revitalização, através do processo de obras de compensação da CESP, onde seu leito foi aprofundado e a lagoa, sofreu uma descaracterização e transformações na vegetação e fauna mantida por muitos anos. Contudo, todas as medidas e ações não têm evitado o transporte de solos das partes mais altas da sub-bacia, num processo de erosão laminar direcionado à parte inferior e, conseqüentemente, não tem evitado a continuação do processo de assoreamento da lagoa maior, que, após os últimos anos da sua revitalização, nota-se que o processo de assoreamento não cessou e que a lagoa hoje, conforme informações da Secretaria de Meio Ambiente, voltou a

apresentar semelhantes problemas de assoreamento, de antes de sua recuperação.

Mesmo com as medidas tomadas posteriormente ao processo de recuperação da lagoa, as ações não têm evitado o carreamento de solo das áreas mais altas da vertente da micro-bacia para o interior da lagoa maior.

Conforme documentos da Prefeitura Municipal, (Empaer, 2000) os principais problemas observados que afetam o ecossistema das lagoas são com relação ao desenvolvimento de atividades agropecuária na parte superior da microbacia, na qual houve o aprofundamento do leito das estradas devido ao aumento do tráfego, favorecendo o transporte de sedimentos pelas enxurradas e erosão laminar das áreas de pastagens; ocorrendo também as erosões em sulcos nas ruas traçadas na direção da lagoa, favorecendo o transporte de material em suspensão pelas chuvas, causando com isso depósito de sedimentos nas galerias pluviais que drenam as águas da lagoa para o córrego da onça e o conseqüente assoreamento desta lagoa.

Na tentativa de algumas ações para resolver o problema da degradação ambiental nas áreas das lagoas, a Prefeitura Municipal deposita entulhos nas depressões das estradas, que segundo estudos da Empaer (2000), possuem profundidades de 1,0 a 1,80 m, em vários trechos em relação à superfície original do terreno e nos sulcos de erosão das ruas ou valetas, que medem entre 20 a 80 cm de profundidade. Foram construídas também, pequenas lagoas de retenção de sedimentos no perímetro da lagoa maior, principalmente no setor oeste.

O que se propôs para a conservação da lagoa após a sua recuperação, não foi concretizada no todo. A ocupação nas áreas próximas às lagoas com a abertura de estradas e ruas em sua direção, do topo da vertente até o fundo do vale onde estão situadas as três lagoas, evidenciam uma ocupação sem planejamento que, vem com um agravante quando, mesmo depois de ocupadas, não se tomam medidas para amenizar os

problemas como é o exemplo das ruas sem pavimentação que passam a funcionar como um dreno para as águas pluviais. O uso das áreas mais altas para pastagens e/ou cultivo, facilitam o escoamento das águas das propriedades rurais, que se apresentam degradadas e carentes de um manejo de conservação do solo, sinalizando além da erosão laminar, as erosões em sulcos. Desta forma, o vale das lagoas sofreu as conseqüências ao longo do crescimento urbano de Três Lagoas, num processo que provocou o preenchimento do vale, alterando o ambiente natural e degradando o ecossistema de toda a sub-bacia.

A contribuição da sociedade também tem sua importância no seu papel de cidadão e em seus direitos e deveres, as ações da administração e o controle para mantê-las além de não serem atingidas na sua totalidade, não são atingidos na sua eficácia. Podemos citar como exemplo, a imprudência, insensibilidade e o não comprometimento na colaboração dos usuários urbanos, que utiliza-se das canalizações pluviais para implementarem esgotos clandestinos, assim como abusam de ruas e vias de circulação nas periferias como destino final de lixos e entulhos, bem como de proprietários de chácaras e sítios, quando não utilizam a sua área de plantio ou de pastagem de forma correta, empregando técnicas e manejo de correção para não ocorrer a perda de solos através das erosões provocadas pelas precipitações.

Nota-se, que há urgência na execução daquelas ações propostas para a conservação, das lagoas e para as áreas úmidas no seu entorno e entre elas, como as definições, determinações e diretrizes legalizadas no Plano Diretor, que além de não estarem sendo fiscalizadas, não estão sendo implementadas, como o projeto do parque das lagoas que foi iniciada, e logo depois abandonada.

REFERÊNCIAS

EMPAER. **Projeto de Recuperação e Conservação Ambiental da Encosta da Microbacia do Córrego do Onça**, Prefeitura Municipal de Três Lagoas, MS. 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Plano Diretor do Município de Três Lagoas/MS**. 2006.

_____. **Aspectos Históricos**. S.d.

_____. **Complexo Lacustre do Município de Três Lagoas**. s. d.

FOGO NO MATO GROSSO: A (IN) EFICÁCIA DAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE

Alianna Caroline Sousa Cardoso²⁴

Leonardo Vançan da Rocha Santos²⁵

RESUMO: O presente artigo aborda a incidência de queimadas no Estado de Mato Grosso, fazendo um apanhado geral dos possíveis fatores históricos, sociais e culturais que levam ao desencadeamento dos incêndios e os impactos ambientais provenientes dessa incidência. Analisa, por meio de dados, o desempenho das estratégias de prevenção utilizadas pelo programa PREVFOGO / MT – Sistema Nacional de Combate e Prevenção aos incêndios florestais, bem como dispõe as hipóteses em que a utilização do fogo é viável. Traz para o debate reflexões sobre o Estado de Mato Grosso como uma região estratégica para o desenvolvimento sustentável, apontando como estratégia para a aplicação desse conceito a utilização da educação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Queimadas; incêndios florestais; PREVFOGO; desenvolvimento sustentável; educação ambiental

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal escopo, estruturar os conceitos resultantes de pesquisas efetuadas acerca da utilização do fogo, bem como seu uso indevido, fazendo um apanhado histórico e geral acerca da incidência de queimadas no Estado de Mato Grosso, apontando por meio dos dados pesquisados, os fatores que determinam essa ocorrência e os lugares onde existem maiores incidências, expondo as estratégias utilizadas para prevenção e combate desse problema ecológico e social, realizada pelo PREVFOGO / MT - Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais.

²⁴ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Direito, Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; e-mail: alianna.cardoso@hotmail.com

²⁵ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Computação, Departamento de Computação, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; e-mail: leonardo_ht04@hotmail.com

Ao expor as possibilidades legais do uso do fogo, o presente trabalho tem o intuito de demonstrar que embora haja legislação que tipifica as queimadas indevidas como ilegais, a dificuldade de fiscalização e a falta de consciência e informação da população acerca do assunto impossibilita o combate à essa prática.

Finalmente, esse artigo apresenta uma possível solução para esse problema, como sendo a aplicação do “novo” conceito de desenvolvimento sustentável, por meio da educação ambiental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Estado de Mato Grosso, está localizado na região Centro-Oeste e a maior parte de seu território é ocupado pela Amazônia Legal. Possui três ecossistemas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, além de grandes áreas de tensão ecológica (áreas de transição), e, por isso, apresenta forte tradição colonizadora, sendo a economia baseada no setor agropecuário, completando-se com a mineração e o setor madeireiro.

A rentabilidade do agronegócio, o acesso fácil e barato às novas terras, e o enorme potencial econômico proveniente da extração da madeira, estimulam a conversão das áreas naturais em áreas cultivadas, impulsionando cada vez mais a aplicação do fogo, tendo em vista que o fogo é o instrumento utilizado pelos fazendeiros para limpar o terreno e prepará-lo para a atividade agropecuária ou para controlar o desenvolvimento de plantas invasoras. Essa atividade é intensificada na estação seca, pois a vegetação está mais vulnerável ao fogo e é obtido maior volume de cinzas, que fertilizam o solo. Portanto, as queimadas fazem parte do processo de transformação das florestas em roças e pastagens. (HIGUCHI, 2000)¹

Quando essas queimadas se transformam no uso desordenado do fogo, cria condições favoráveis para a ocorrência de grandes incêndios, que causam graves danos à saúde.

Do ponto de vista ambiental, o ato de queimar áreas para o desenvolvimento da agricultura é uma ação totalmente negativa, uma vez que provoca aumento da erosão do solo, perdas de biodiversidade, aceleração do processo de savanização da floresta amazônica, poluição atmosférica, empobrecimento do solo, mudanças climáticas, além de promover um profundo desequilíbrio ambiental. (PREVFOGO/MT, 2008)

Buscando um uso controlado do fogo, em 1989, o governo federal criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - PREVFOGO, e atribuiu ao IBAMA a competência de coordenar as ações necessárias à organização, implementação e operacionalização das atividades relacionadas à educação, pesquisa, prevenção, controle e combate aos incêndios florestais e queimadas.

Segundo dados do Ministério da Ciência e Tecnologia, a estrutura básica do PREVFOGO é composta de 5 Programas: Prevenção, Controle, Combate, Pesquisa e Treinamento. Cada Programa, por sua vez, é constituído por uma série de projetos.

As áreas e a forma com que o PREVFOGO desenvolve suas ações estão diretamente relacionadas a dois conceitos bastante distintos, Incêndios Florestais e Queimadas: Incêndios Florestais podem ser definidos como o fogo descontrolado que incide sobre qualquer forma de vegetação, podendo tanto ser provocado pelo homem (intencional ou negligência), quanto por uma causa natural, como os raios, por exemplo. Os segmentos eleitos como prioritários para o desenvolvimento de ações do PREVFOGO, voltadas para a Prevenção, Controle, Combate, Pesquisa e Treinamento, foram as Unidades de Conservação e as Áreas de Interesse Estratégico e/ou Econômico. E, quanto às Queimadas, antiga prática que utiliza o fogo de forma controlada para viabilizar a agricultura ou renovar as pastagens, o PREVFOGO vem atuando prioritariamente na Amazônia e na região de Cerrados, onde o fogo, como instrumento de manejo agrícola, é utilizado de forma mais freqüente.

As queimadas são autorizadas pelo IBAMA sob critérios técnicos, sendo que, o órgão tem autonomia para proibi-las, o que não impede que elas ocorram de forma ilegal, vez que o número de agricultores que busca autorização dos órgãos responsáveis é ínfimo.

O capítulo II do Decreto n.º 2.661/98³ estabeleceu os critérios mediante os quais se admite a utilização de fogo. O parágrafo único do art. 2.º do citado Decreto, conceitua queimada controlada como aquela em que o emprego do fogo é utilizado como fator de produção e manejo em atividades agropastoris ou florestais, e para fins de pesquisa científica e tecnológica, em áreas com limites físicos previamente definidos.

Do ponto de vista estritamente legal, não existe proibição expressa do uso do fogo na prática de atividades agropastoris, desde que respeitados os limites fixados em lei.

O Código Florestal⁴ é a legislação básica de proteção aos ecossistemas florestais existentes em nosso país, instituído pela Lei n.º 4.772 de 15 de setembro de 1965, que traz em seu art. 27, a proibição para o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Significa dizer que a Lei Ambiental tipificou o incêndio criminoso, transformando-o em delito suscetível à sanção, de acordo com o art. 41 da Lei n.º 9.065 (Lei de Crimes Ambientais)⁵ de 12 de fevereiro de 1998.

Os praticantes do fogo criminoso estarão sujeitos às penas previstas nos artigos 14 e 15 da Lei de Crimes Ambientais. As penas podem chegar à prisão (de três a seis anos) e multas de até R\$ 4.960,00. O valor será aumentado com a regulamentação da Lei, pelo Ministério do Meio Ambiente, podendo variar de R\$ 50,00 a R\$ 50 milhões.

No Código Penal brasileiro também existe previsão de alguns crimes que atingem bens ambientais juridicamente tutelados, dentre eles, o incêndio doloso e culposo em floresta. Portanto, embora haja lei regulamentadora das queimadas, ocorre uma má aplicação da mesma.

MATERIAIS E MÉTODOS

As orientações aqui apresentadas são baseadas em relatórios PREVFOGO /MT de 2007 e 2008, com dados extraídos do INPE – Instituto Nacional da Pesquisas Espaciais, IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais, e ainda do ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que contemplam informações a respeito da incidência de queimadas no Estado de Mato Grosso, bem como demonstram as dificuldades existentes para a solução desse enorme problema, e as possíveis soluções para esse enfrentamento.

Ademais, foram realizadas pesquisas conceituais acerca da incidência de fogo no estado, bem como os fatores históricos que podem ocasionar o uso indiscriminado do fogo floresta adentro, multiplicando os focos de calor e implicando em malefícios para o meio ambiente e saúde.

Foram igualmente utilizadas legislações acerca do tema, para diferenciar as queimadas previstas em lei das incidências criminosas desse mal, possibilitando a elucidação do tema.

Por fim, foram buscadas informações contextuais acerca da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável como solução viável para o problema das queimadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o PREVFOGO, a prática de desmatamentos e queimadas ilegais também é resultado da fraqueza das instituições que deveriam fiscalizar a ocupação da região e estimular o seu desenvolvimento sustentável. Os órgãos ambientais não possuem estrutura para combater este problema e trabalham em desacordo com os demais órgãos governamentais e, dessa forma, o desenvolvimento de Mato Grosso fica submetido apenas à dinâmica da apropriação dos recursos naturais por grandes grupos econômicos, e os resultados destas políticas públicas controversas podem ser visualizados todos os anos, no auge da época seca:

intoxicações generalizadas pela fumaça, enormes prejuízos financeiros e degradação ambiental.

Estatísticas do Relatório Anual do Centro Especializado de Prevenção e Combate aos incêndios Florestais (PREVFOGO/MT, 2008) registraram diminuição significativa de focos de calor no estado, e segundo o Grupo Especial de Prevenção e Combate a Incêndios – GEPCI 2008, em todo o Estado de MT foi alcançada uma economia de cerca de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com gastos em atendimento de doenças respiratórias devido à diminuição dos focos de calor no estado (SES/MT-2008). Este resultado provavelmente está muito pouco relacionado às mudanças na lógica predadora da economia, de conscientização da população ou atuação das instituições públicas, podendo ser creditado ao clima, escassez de crédito e redução do material combustível acumulado.

A técnica mais eficiente de prevenção do início dos incêndios de causas humanas a médio e longo prazo é a educação ambiental. Se as pessoas forem devidamente conscientizadas dos problemas e danos causados pelos incêndios, bem como tiverem a exata noção do significado de desenvolvimento sustentável, elas certamente, serão mais cuidadosas no manuseio do fogo. (SOARES, 2004)

A concepção do desenvolvimento sustentado tem em vista a tentativa de conciliar a preservação dos recursos ambientais e o desenvolvimento econômico. Para alcançarmos o Desenvolvimento Sustentável a proteção do ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Fica claro que a efetivação da proteção ao Meio Ambiente como princípio econômico é um elemento importante para a modificação do padrão de apropriação econômica do ambiente como um todo, tornando-o mais adequado para uma utilização mais racional dos recursos ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se finalmente que, embora as estratégias do PREVFOGO estejam sendo aplicadas de maneira a diminuir efetivamente as incidências de queimadas ilegais no Estado de Mato Grosso, ainda persiste uma dificuldade de fiscalização que dificulta o trabalho a ser executado. Dentre os fatores que poderiam auxiliar na diminuição da ocorrência das queimadas criminosas no estado estão os fatores intimamente ligados à utilização do novo conceito de desenvolvimento sustentável, bem como a aplicação da educação ambiental para amenizar todos os males resultantes dessa prática.

REFERÊNCIAS

HIGUCHI, Niro. Coordenação de Pesquisas em Silvicultura Tropical do INPA. **Manejo Florestal na Amazônia.** Disponível in:< <http://www.comciencia.br/reportagens/amazonia/amaz13.htm>> Acessado em 15 maio 2009.

Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos incêndios florestais. IBAMA / PR. Disponível in: < <http://br.geocities.com/ibamapr/prevfogo.htm> > Acessado em 12 maio 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.661 de 8 de julho de 1998.** Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal). In: Diário Oficial da União, Brasília.

BRASIL. **Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.** Institui o Novo Código Florestal. In: DOU 16.9.65 e retificada em 28.9.65

BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. In: DOU 13.2.98

SOARES, **Novas tendências no controle de incêndios florestais.** FLORESTA, América do Sul, 30 12 08 2004.

FALLEIRO, Rodrigo de Moraes. Analista Ambiental. Coordenador PREVFOGO. **Relatório Anual do Centro Especializado de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais – PREVFOGO/MT, 2007 e 2008.** Cuiabá – MT, 2008.

ANÁLISES DAS MUDANÇAS DO USO DO CÓRREGO SANGRADOURO – MT

Laura Aparecida de Arruda Justiniano²⁶

Gustavo Roberto dos Santos Leandro²⁷

INTRODUÇÃO

As enchentes ocorrem por um processo natural do rio que ocupa o seu leito maior, de acordo com eventos extremos chuvosos, em média com tempo de recorrência superior a dois anos (TUCCI, 1995). Entretanto, a ocupação urbana próximo aos recursos hídricos (principalmente córregos e rios de pequeno porte) tem contribuído para as freqüentes inundações.

Para Tucci (2008), nas áreas urbanas, as enchentes são freqüentes e aumenta sua magnitude em virtude da impermeabilização do solo e a construção da rede de condutos pluviais. Segundo o autor o desenvolvimento urbano pode também produzir obstruções ao escoamento, como aterros e pontes, drenagens inadequadas e obstruções ao escoamento junto a condutos e assoreamento.

O desenvolvimento urbano substitui a cobertura vegetal por pavimentos impermeáveis que dificulta ou mesmo impede a infiltração, que favorece o aumento do escoamento superficial (TUCCI 2006; ALMEIDA *et al*, 2005).

Nesse sentido as drenagens urbanas têm sido desenvolvidas com o princípio de drena a água das precipitações o mais rápido possível para a jusante, o que aumenta a quantidade de água que escorre superficialmente, isso aumenta a vazão e reduz o tempo de pico, o que possibilita a ocorrência de enchentes (ARAUJO *et al*. 2000; TUCCI 1993)

²⁶ Prof^a. da Rede Pública e Prof^a. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato – UNEMAT. Email: la.justin@hotmail.com

²⁷ Acadêmico do Curso de Geografia da UNEMAT.

Segundo Tucci (1997) as medidas estruturais, como a canalização, põem tornar inviáveis, pois podem ampliar as áreas inundáveis que causam danos ambientais, econômicos e sociais. Nos países desenvolvidos esses tipos de obra de engenharia já não estão sendo utilizada por causa dos danos causados pelas sucessivas inundações, enquanto os países em desenvolvimento esses tipo de obras são as mais utilizadas.

As drenagens urbanas devem ser administradas através da manutenção e preservação de áreas de infiltração naturais ou artificiais, como pavimentos permeáveis, regulação de volumes por áreas de percolação, realização de projetos paisagísticos adequados em lotes e loteamentos (TUCCI, 2000).

Além das obras, outro fator que contribui para as enchentes é a coleta de lixo ineficiente, que somada ao comportamento indisciplinado dos cidadãos, acaba por entupir bueiros e galerias o que impede o escoamento das águas pluviais.

Semelhantes a maioria das cidades brasileira, a cidade de Cáceres desenvolveu em torno dos recursos hídricos (rio Paraguai e seus afluentes), sob nenhum planejamento ambiental sobre esse recurso.

Diante disso o trabalho procurou discutir sobre as mudanças na utilização do Córrego Sangradouro-MT, no perímetro urbano, que ocorreram desde a criação da cidade de Cáceres até os dias atuais.

METODOLOGIA

- Área de estudo

O córrego Sangradouro, objeto de estudo, possui 13 km de extensão, nasce na serra do Lobo e percorre o perímetro urbano de Cáceres, passando pelos bairros São José, Jardim Celeste, Cidade Alta, Cavalhada e centro, desaguando na margem esquerda do rio Paraguai, na baía dos Malheiros, totalizando uma bacia hidrográfica com área aproximada de 29,25 km². A

vazão máxima prevista para um período de dez anos, na foz do córrego Sangradouro, é de 51,59 m³/s (SOUZA, 2004).

- Procedimentos metodológicos

A metodologia utilizada para atender o objetivo proposto, o trabalho baseou nas propostas de Triviños (1987) e Moreira (2002) que consiste na observação participativa e conversas informais com a população. As conversas informais com antigos moradores dos bairros (centro e cavalhada) da cidade permitiram recordar situações vivenciadas por eles em relação ao Córrego e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Também foi necessário pesquisar sobre as obras de infra-estrutura realizada no Córrego nos arquivos da Prefeitura e Sema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ocupação do Córrego Sangradouro tem seu marco no próprio contexto histórico da cidade de Cáceres, uma vez que o córrego corta a cidade em duas principais localidades (Centro e Cavalhada), porções mais antigas da cidade.

As conversas informais os moradores voltaram ao passado e descreveram como era o córrego quando a cidade foi recém criada. No início da formação da cidade o Córrego Sangradouro era utilizado pela população como via de transporte para chegada de mercadorias, escoamento dos produtos regionais, para lazer e para lavarem roupas.

Conforme relato dos moradores “eram comum ver em suas margens lavadeiras com seus filhos brincando nas águas do córrego”. Os moradores ainda relatam que os barcos entravam pelo córrego para descarregar a mercadoria na rodoviária. Com o passar dos anos a cidade foi desenvolvendo e o córrego deixou de ter essa função e passou a ser utilizado para o

escoamento in-natura dos efluentes domésticos e industriais, trazendo transtorno à população local, ocasionado pelo mau cheiro.

A crescente urbanização tem como conseqüência o comprometimento da qualidade as águas, sendo os principais poluentes os esgotos domésticos e os efluentes industriais (GROVER e KAUR, 1999; MORAES e JORDÃO, 2002). Os problemas com os dejetos no córrego Sangradouro causaram incomodo a população que passou a sofrer com o mau cheiro e a presença de insetos. Para resolver esse transtorno os poderes públicos municipais resolveram canalizar o córrego.

Em 1997 iniciou-se à execução do projeto de canalização do Córrego. Contudo houve manifestação civil pública contraria ao projeto, da possível liderada por ONGs e UNEMAT, culminando no embargo da obra. A manifestação defendia o ecossistema local e a preservação de uma ponte de valor histórico para comunidade cacerense, denominada de “Ponte Branca”.

Porém em 1998, as obras foram retomadas e o do Córrego Sangradouro foi canalizado (1.700m), causando o sepultamento o ecossistema local e a derrubada da “Ponte Branca”. O problema do mau cheiro teoricamente foi resolvido. No entanto, o Córrego continuou a receber os efluentes, mas agora longe dos olhos. Hoje a população sofre com as inundações. O mau planejamento da canalização faz com que em época de chuva ocorra o efeito de contra corrente, onde a altura do nível da água do rio ultrapassa a altura do nível de córrego, causando enchentes à montante da canalização (Figura 01).



Figura 01 - **A** – montante a canalização. **B** – enchente a montante da canalização

Fonte: LEANDRO, 2010.

Além dos danos econômicos, o contato com a água das enchentes pode causar diversas doenças, como leptospirose e as transmitidas por alimentos e água contaminadas a população.

Sendo assim, pode-se dizer que faltou planejamento por parte dos governantes para a construção de infra-estrutura no canal, pois devido à falta de um estudo mais detalhado, a população vem sofrendo com as inundações e a mercê de doenças. Contudo a população também deve fazer sua parte não jogando lixo e esgoto. Os entulhos no canal servem de barreira para o escoamento normal das águas.

Com a finalidade de resolver o problema dos efluentes transportado pelo Córrego Sangradouro para o Rio Paraguai, os poderes públicos em 2007, lançou a obra do “Projeto do Coletor Tronco do Córrego Sangradouro, dos efluentes de esgoto e da estação elevatória da Baía de Cáceres”, que consiste em despouir a baía em seu ponto central.

Contudo na entrevista aberta com a população, pode-se constatar que grande parte da comunidade não tem conhecimento da obra e nem como irá funcionar, os poucos que sabem por alto dizem que concorda com a obra se, realmente ocorrer o tratamento, ato esse meio duvidoso pela população.

Levando em conta que o Córrego deságua no rio Paraguai que possui uma função de produção, pode-se dizer que há um descaso tanto dos poderes públicos que não estão fiscalizando a obra, como da comunidade que se põs alheia as decisões dos poderes públicos em relação ao gerenciamento da bacia.

Os fatos têm demonstrado que as mudanças no canal do córrego são apenas medidas paliativas, que procuram resolver os problemas ambientais do Córrego em curto prazo. A obra de canalização e o excesso de lixo na calha do córrego dificultam o escoamento pluvial, ocasionando graves enchentes. A urbanização e a falta de planejamento da cidade estão causando tantos danos socioeconômicos, como ambientais.

Apesar, deste transtorno regular da enchente, os poderes públicos insistem em canalizar os outros Córregos que cortam a cidade de Cáceres. O problema é que para os governantes esse tipo de obras é viável, até por que raramente se encontram no Brasil estudos que quantificam as perdas econômicas decorrente da inundação.

Além do mais, Tucci (1999) menciona que as prefeituras apenas se preocupam com a inundação quando ele ocorre, e após a calamidade ela se torna esquecida. O autor ressalta ainda que enquanto tiverem programas de auxílio as enchentes, dificilmente as prefeituras irão desenvolver projetos adequados para as redes de drenagens, pois ao decretar calamidade pública, são enviados recursos federais ou estaduais a cidade, e este recurso pode ser gasto sem concorrência pública.

CONCLUSÃO

Nesse caso, a sustentabilidade do Córrego somente irá acontecer quando houver a conciliação entre os poderes públicos e a população. A questão ambiental do Córrego é de interesse de todos, visto que qualquer alteração neste irá afetar toda a população no entorno.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, P. R. de; TUCCI, C. E. M; GOLDENFU, J. Avaliação da eficiência dos pavimentos permeáveis na redução de escoamento superficial. In: **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. Porto Alegre, v. 5, n. 3, p.21-29, set. 2000.

ALMEIDA, J. R.; ARAUJO, G. H. S.; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de áreas degradadas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005

GROVER, I.S.; KAUR, S. Genotoxicity of waste water samples from sewage and industrial effluent detected by the Allium root anaphase aberration and micronucleus assays. **Mutation Research**, Amsterdam , v.426, n.2,1999. p.183-188.

MORAES D.S.L. & JORDÃO B.Q.O. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. **Revista Saúde Pública**, v.36, nº 3, 2002.

MOREIRA, D. A.; **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

SOUZA. C. A. **Dinâmica do Corredor Fluvial do Rio Paraguai entre a Cidade de Cáceres e a Estação Ecológica da Ilha de Taiamã-MT**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

TRIVINOS, A.N. S.; **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ª Ed. São Paulo. Atlas, 1987.

TUCCI, C. E. M. “Aspectos institucionais no controle de inundacoes”. In: **I SEMINARIO DE RECURSOS HIDRICOS DO CENTRO-OESTE**, 1999, Brasilia. Anais eletronicos... Brasilia; DF, 1999. Disponível em: <<http://www.iph.ufrgs.br/corpodocente/tucci/publicacoes/publicacoes.htm>>. Acesso em: 20 fevereiro de 2010.

TUCCI, C.E.M. Controle de Enchentes. In: TUCCI, C.E.M. **Hidrologia Ciência e Aplicação**. ABRH, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1997.

TUCCI, C.E.M. **Impacto da urbanização nas cheias urbanas e na produção de Sedimentos**. Instituto de Pesquisas Hidráulicas, relatório de pesquisa FAPERGS, 1995.

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038

TUCCI, C.E.M. A Necessidade do Planejamento da Drenagem Urbana. In: TUCCI, C.E.M., MARQUES, D.M.L.M. **Avaliação e controle da drenagem urbana**. ABRH, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2000.

TUCCI, Carlos E. M. (org.). **Hidrologia**: ciência e aplicação. Porto Alegre : UFRGS, 1993.

TUCCI, CARLOS E. M.. **Águas urbanas**. *Estud. av.* [online]. 2008, vol.22, n.63. São Paulo. pp. 97-112. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a07.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2010.

CIDADANIA E CULTURA: Uma reflexão sobre os caminhos para uma democracia cultural

Juliano Moreno Kersul de Carvalho²⁸

RESUMO: Este trabalho pretende discutir as relações entre cidadania e cultura buscando uma reflexão sobre os parâmetros jurídicos que deveriam orientar as ações do Estado brasileiro no que diz respeito à política pública de cultura. A pesquisa é bibliográfica, e problematiza a noção de público e privado tecendo um conceito de política cultural através da análise teórica dos conceitos de esfera pública e de processo cultural. Na segunda parte discute o conceito de cidadania no Brasil abrindo um espaço para falar sobre os direitos culturais e seu papel de paradigma em relação às políticas culturais que visam uma democracia cultural. Na terceira parte retoma as duas perspectivas na tentativa de esboçar um desenho teórico de como deveriam se estruturar as ações do Estado para garantir a efetivação dos direitos culturais. Assim conclui que os direitos fundamentais dedicados a cultura trazem elementos que podem orientar o planejamento das políticas públicas nessa área definindo estratégias de participação comunitária e formação de redes que resignifiquem o uso do espaço urbano como lugar de respeito a diversidade cultural e suas manifestações nas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania, Cultura, Democracia Cultural

INTRODUÇÃO

“O mundo todo é nossa casa” não quer dizer que tudo seja igual;
quer dizer que todos nos sentimos estrangeiros em relação a
alguma coisa e alguém.
Carlo Guinzburg.

Uma política cultural sem o alcance de uma cultura política não
promove por si só nem a civilização nem a própria cultura.
Teixeira Coelho.

²⁸Juliano Moreno é bacharel em direito; professor da área de teoria do direito da Faculdade de ciências Jurídicas da UNEMAT, mestre em história pela UFMT, escritor, produtor cultural, Coordenador do projeto “Juriscine” no campus de Cáceres e pesquisador do grupo de pesquisa TEDEPES.

Escrevo este trabalho da perspectiva de um professor de direito que almeja uma democracia cultural que não esteja apenas nas belas intenções expressas no texto constitucional brasileiro, mas viva e integrada à vida de cada pessoa, resultado da organização política e social de nossa realidade para valorização do tempo livre tornado espaço de realização de uma condição humana digna onde seremos escultores do mundo e de nós mesmos. No entanto, qual caminho devemos seguir para concretizar essa visão? Um passo inicial é a definição de bases teóricas que guiem a ação do Estado na efetivação das políticas públicas de cultura. Os direitos fundamentais dedicados a cultura trazem elementos que podem orientar o planejamento nessa área definindo estratégias de participação comunitária e formação de redes que resignifiquem o uso do espaço urbano como lugar de respeito a diversidade cultural e suas manifestações nas cidades valorizando um processo de ação cultural concentrado “na criação e organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos- sujeitos da cultura não seus objetos” (COELHO, 1989, p. 14).

OBJETIVO

Este trabalho pretende discutir as relações entre cidadania e cultura buscando uma reflexão sobre os parâmetros jurídicos que deveriam orientar as ações do Estado brasileiro no que diz respeito à política pública de cultura.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica, problematizo a noção de público e privado tecendo um conceito de política cultural através da análise teórica dos conceitos de esfera pública e de processo cultural utilizando o referencial de Alan Wolfe e Nestor Canclini. Na segunda parte discuto o conceito de cidadania no Brasil abrindo um espaço para falar sobre os direitos culturais e

seu papel de paradigma em relação às políticas culturais que visam uma democracia cultural, a partir da perspectiva do planejamento das ações de política em cultura. Na terceira parte retomo todos os autores trabalhados na tentativa de esboçar um desenho teórico de como deveria se estruturar as ações do Estado para garantir a efetivação dos direitos culturais.

A ESFERA PÚBLICA E A POLÍTICA CULTURAL

Pensar sobre que base deve ser construída uma política para cultura em nosso país, é pensar na sociedade como um todo e não apenas no Estado como articulador unilateral desse processo, muito menos no mercado que responde aos interesses cada vez mais reduzidos das corporações de capital multinacional, ou apenas na sociedade civil que concentra os desejos e necessidades das pessoas consideradas como cidadãos, sujeitos de direito.

O texto de Alan Wolfe “Três Caminhos Para o Desenvolvimento” trata dessa questão dizendo que entre uma idéia de desenvolvimento capitaneada pelo Estado fortemente e outra direcionada pelo mercado, devemos desenvolver uma terceira em que a sociedade civil assuma um peso político maior equilibrando com sua mediação a força de intervenção destes dois campos sociais.

Segundo o texto a sociedade civil se caracteriza por ser:

Flexível, disponível e aberta às pessoas comuns, a vida cotidiana. Falar de sociedade civil é reverter às prioridades da economia política. É afirmar que os seres humanos e seus desejos são capazes de alterar estruturas, de outra forma, determinantes. É abrir possibilidades inesperadas, ao invés de direcionar o foco para derrota inevitável. É acreditar que não somente a mudança se dará, mas também que ela já pode ter se dado – mesmo sem o nosso conhecimento. (WOLFE, 1992, p. 2)

A noção de valorização do humano supõe a valorização de cada pessoa como agente político e que a ação social de cada um é fundamental para uma vida melhor para todos, que pequenas intervenções que no cotidiano se acumulam são mais transformadoras do que grandes rupturas.

Devemos reconhecer que é o momento de equilibrar a capacidade de alteração tecnológica e econômica da modernidade com a capacidade de gerar vínculos sociais das sociedades tradicionais; agindo pautados nessa nova perspectiva vamos realizar a síntese entre uma visão macro-sociológica e uma visão micro-sociológica segundo a qual a sociedade civil é o espaço em que se constroem e se sustentam os poderes do mercado e do Estado, segundo Wolfe “os mercados e os Estados não esgotam o campo de possibilidades quando o desenvolvimento entra em discussão. Nossa dualidade deve se transformar em uma trindade e a sociedade civil não pode mais ser ignorada”. (WOLFE,1992, p.2)

Além de considerarmos a esfera pública como engendrada pelo entrelaçamento destes três espaços sociais, devemos refletir a questão de que não podemos apenas nos isolar num pensamento sobre a nação, essa grande comunidade imaginada, em razão dos fluxos de interação social, cultural e econômica permitidos pelas tecnologias de informação.

Uma política cultural não pode mais se restringir a gerir a fabricação de uma tradição comum de imagens e narrativas que dê substância à nação, interessada em se proteger e resguardar na idéia de uma identidade dura que se justifica na idéia de essência. Outras narrativas disputam o pertencimento das pessoas compondo uma identidade fluída composta de vários processos de identificação que negociam entre si, bens simbólicos de outras culturas que são deslocados e apropriados pela nossa cultura, ou grupos sociais em nosso território que têm a ação orientada por instituições globalizadas que podem tanto ser empresas multinacionais como ONGS.

E não só a dialética entre global e local deve compor está discussão, mas também uma dialética do local que em nossa sociedade é formado por

diferentes grupos sociais, um mosaico de hábitos e fazeres, que não se resumem aos ícones escolhidos pelo Estado Nesse contexto a cultura não surge como uma substância em si, mas como interação, e talvez, seja até melhor usar o termo cultural e defini-lo como uma categoria que:

Abrange o conjunto de processos mediante os quais representamos e instituímos imaginariamente o social, concebemos e administramos as relações com os outros, ou seja, as diferenças; ordenamos sua dispersão e sua incomensurabilidade por meio de uma delimitação que flutua entre a ordem que possibilita o funcionamento de uma sociedade (local e global) e os autores que a abrem ao possível. (CANCLINI, 2003, p.57)

Assim quando falamos de forma ampla de uma política cultural estamos falando da gestão da circulação e produção dos significados que constroem a percepção social na esfera pública, não estamos falando apenas da gestão do Estado sobre as artes, mas sobre as ações de publicidade e propaganda, de educação e das relações entre os mais variados grupos sociais considerados em sua configuração de gênero, étnica, econômica, e de gênero em nosso território. Então falar de um programa de intervenção da esfera pública voltado para o tempo livre como espaço da fruição estética, do fomento a expressão, ou seja, da construção de ações que estimulem os diferentes processos artísticos de invenção, e reinvenção dos significados; é focar em um desses vários aspectos que compõe o cultural.

CIDADANIA E CULTURA

Ser cidadão significa estar vinculado a uma sociedade por um contrato político homogêneo em que todos devem ser pensados e tratados pela administração pública da mesma forma no que diz respeito ao acesso as políticas públicas, num país como o Brasil em que o Estado era expressão da ordem senhorial esse conceito não se torna problemático apenas em função

do neoliberalismo da década de 1980, como pensa Canclini (1995, p.14), mas sempre foi problemático.

Começa pelo fato que mais de 1/3 do século vinte passamos sob o jugo de governos ditatoriais que não reconheciam plenamente os direitos políticos e sociais, hoje temos a consolidação do voto e da representação política, no entanto, a alta participação eleitoral não tem se traduzido em políticas que respondam as necessidades da população. Além do fato da cidadania não ser um processo sedimentado em nosso país, quando ela se realiza, se realiza por baixo, no desconforto da fila, ou, na batida policial.

Talvez melhor do que falar de cidadania, fosse necessário falar de cultura política; ou seja, dos valores que compartilhamos que permitem nosso vínculo e nossa colaboração recíproca uns com os outros , com o Estado, e com o Mercado, afinal, segundo Teixeira Coelho(1999, p.100), “uma política cultural sem o alcance de uma cultura política não promove por si só nem a civilização nem a própria cultura”. Partindo dessa perspectiva todo programa de intervenção na esfera pública seja da sociedade civil ou do Estado tem que ser construído na discussão com aqueles que são o foco da ação; políticas que caem feito pára-quedas sobre a comunidade além de não atenderem eficazmente a demanda não tem legitimidade para construir novas práticas sociais, e se essa orientação vale para totalidade das ações na política pública, mais ainda no que diz respeito à cultura.

Resta perguntar que valores devem servir de horizonte as discussões sobre uma cultura política que colabore com a construção de uma cidadania cultural plena?

A constituição brasileira de 1988 em seu artigo 215 indica esses valores quando afirma que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Segundo Mata-Machado,

Embora a Unesco tenha encomendado a elaboração desse código a um grupo de intelectuais, que se dispuseram a redigir uma Declaração específica sobre a matéria, propomos, de antemão, a seguinte lista de direitos culturais: direito autoral, direito à participação na vida cultural - que engloba os direitos à livre criação, livre fruição (ou acesso), livre difusão e livre participação nas decisões de política cultural - o direito à identidade cultural (ou de proteção do patrimônio cultural) e o direito/dever de cooperação cultural internacional. Além desses, já formulados nos diversos documentos, acrescentamos um outro, ainda em fase de construção: o direito à subjetividade. (MATA-MACHADO, 2004, p.4)

O direito a livre participação da vida cultural tem natureza complexa e se subdivide em direito à livre criação e o direito a fruição. O direito a livre participação da vida cultural tem que estar no cerne de qualquer política pública que tenha o interesse de buscar a construção de uma democracia cultural porque ele estabelece não só a necessidade de promover a equidade de acesso aos bens simbólicos existentes, mas também a necessidade dos Estados suprirem os indivíduos que se situam em seus territórios dos meios suficientes para que eles possam exercer seu talento artístico, e antes disso, tem a função mais importante de garantir o exercício de sua expressão, sua capacidade de gerar significado que humaniza o mundo. Segundo Canclini:

Trabalhar ao mesmo tempo com a coesão sócio-cultural e com as diferenças requer o desenvolvimento de programas para reduzir as desigualdades no acesso à cultura e no seu exercício criativo — que varia conforme o local onde o indivíduo reside, se é homem ou mulher, negro ou índio —, e que ao mesmo tempo se garantam espaços públicos e circuitos comunicacionais em que homens e mulheres, os membros das diversas etnias e faixas etárias possam manifestar o que foi ou é significativo para seu grupo, e busquem sua renovação. Dando-se tais condições, já se terá quase tudo para que consumidores e criadores culturais se transformem em cidadãos. (CANCLINI, 2003, p. 178)

O direito à identidade cultural e o direito-dever de cooperação cultural internacional estão relacionados aos povos estabelecendo a necessidade para os Estados garantirem aos grupos sociais que convivem em seu território a existência de tudo o que compõe seu sistema cultural, ou seja, seu modo de vida, suas tradições, seu patrimônio artístico – cultural, e, além disso, a necessidade de promover o intercâmbio desses modos de ser, pensar, fazer e sentir. No entanto para não cairmos no erro de tornar o processo cultural um arremedo de museu, que serviria apenas aos abutres de plantão. Temos que problematizar a questão da identidade, não a tratando como uma essência, mas como forma social e historicamente construída e que garantir sua existência não pode significar de forma alguma cercear a expressão do que surge em sociedade, caso contrário, apenas repetiremos como farsa os fascismos do século XX.

A busca da garantia dos direitos culturais deve estar na perspectiva de que o mundo deve se organizar para além do trabalho, pois:

Sociedades que não se preparam para o lazer enquanto se mobilizam para sua afirmação (na economia, na ciência, ou na guerra) e que do lazer não sabem desfrutar quando alcançam sua meta inicial, não conseguem sustentar-se e tendem a desestruturar-se por si mesmas ou a menor presença de uma adversidade exterior. E essas sociedades, que se mostram capazes de se organizar sua vida econômica e dela viver autonomamente, mas não conseguem oferecer-se o lazer adequado, tendem a fazer do plano das abstrações (que regulam as relações do indivíduo e do grupo com o mundo, e no qual a lei ocupa lugar de destaque) um bem supremo, com isso levando ao estiolamento as outras dimensões do relacionamento do ser humano consigo mesmo, com o outro e com a vida — dimensões entre as quais figura, em destaque, a esfera das afeições, do sentimento e das emoções. (COELHO, 1999, p.143).

Pensar os processos culturais no viés da cidadania, como garantia dos direitos culturais, é propor aos governos um ser humano múltiplo que

sente e se emociona. O que nos permite pensar que uma democracia que não reconhece esses elementos como importantes se reduz a alimentar gado, e conduzi-lo saudável para o abate no galpão de alguma fábrica em nome da produtividade das empresas, se minimizando na máscara de seus discursos, tentando esconder inutilmente com peneiras, instituições totalitárias obcecadas pela regulação social.

UMA POLÍTICA CULTURAL PARA AS CIDADES

Pensar as cidades como lugar privilegiado da ação cultural é justamente reconhecê-las como espaços em que tem se concentrado a vida social. Isso não significa ignorar o campo e seu forte aspecto cultural, mas apenas tentar desenvolver uma perspectiva política que parta do micro para o macro, valorizando a capacidade de ação social dos indivíduos contra a fabricação do consenso exercida pelos programas governamentais impostos de cima para baixo que acabam ignorando as particularidades sociais, culturais e econômicas dos grupos que se situam nas cidades, em seus bairros, em suas ruas. Assim precisamos desenhar uma estratégia que privilegie os aspectos micro-sociais concentrando-se nas comunidades, estruturando-as em redes como um caminho de conquista de um maior empoderamento na garantia dos direitos culturais para população brasileira.

Mata-Machado ao discutir sobre o direito a participação cultural escreve que:

Mais recentemente, a Declaração do México sobre as Políticas Culturais (1982) introduziu outra dimensão do direito à participação na vida cultural, ao postular a mais ampla participação dos indivíduos e da sociedade no processo de “tomada de decisões que concernem à vida cultural”. Para tanto, recomendou-se “multiplicar as ocasiões de diálogo entre a população e os organismos culturais”, particularmente através da descentralização geográfica e administrativa da política cultural, o que inclui a disseminação territorial dos “locais de recreação e desfrute das belas artes. (MATA-MACHADO, 2004, p.9)

Construir uma proposta de política cultural voltada para as cidades não significa pensá-las de uma forma homogênea, pelo contrário, numa proposta com este foco o reconhecimento da heterogeneidade deve ser seu esqueleto e sustentáculo, pois a base de uma democracia cultural é a pluralidade de sua base exigindo um pensamento multisetorial levando em conta a variedade de necessidades e demandas da população, já que:

Pressupõe-se que a descentralização das políticas culturais, além de geográfica e administrativa, deva ser também sociológica. Historicamente, as políticas culturais têm tido como clientes preferenciais os intelectuais e artistas eruditos; e como público-alvo os estratos privilegiados da população. Salvo exceções, as políticas culturais têm sido instrumento de consagração de um grupo limitado de criadores e fator de distinção de uma classe social cujos membros se consideram mais capacitados para a fruição das artes e das ciências. Ora, se o direito à participação é garantido a todos, indiscriminadamente, segue-se que as políticas públicas têm por obrigação tratar cada cidadão como um agente cultural em potencial, seja ele autor, usuário ou ambas as coisas. Para tanto, faz-se necessário criar instâncias e mecanismos de participação nas decisões, tais como: conselhos, comissões, audiências públicas, ouvidorias, plebiscitos e referendos. (MATA-MACHADO, 2004, p.9)

No entanto é necessário lembrar o que Canclini diz a respeito das cidades :

As políticas culturais serão mais democráticas não ao afirmarem dogmaticamente uma única identidade legítima para cada cidade ou nação, mas quando propiciarem a convivência das múltiplas formas de ser portenho em Buenos Aires, paulistano em São Paulo e chilango na Cidade do México (CANCLINI, 1995, p.138)

Para poder construir programas que valorizem a diferença tanto uma ong, uma prefeitura, e uma empresa precisam de um banco de dados formado por informações de natureza qualitativa e quantitativa que permitam

o reconhecimento e a identificação das variadas formas de fruição da cultura no espaço da cidade como também a variedade de práticas culturais, dessa forma o agente cultural que estiver interessado nessa realidade terá condições de pensar estrategicamente.

A responsabilidade de construção destes bancos de dados deveria ser em princípio dos órgãos governamentais, devido as suas prerrogativas e ao seu alcance. Penso que toda boa gestão de um projeto ou de uma secretária de cultura deve começar pela formação de um banco de dados e de uma rede de informações e consulta que representasse de fato as demandas e necessidades de seu espaço social.

O direito a livre participação da vida cultural além de ser um horizonte político para uma democracia participativa; no que concerne às políticas culturais; expressa a necessidade de pensar o acesso da população a fruição e as condições de produção dos bens culturais. E é nesse momento que encaramos um dos nós da cultura política brasileira no que diz respeito à cultura. Uma política cultural deve ser pensada para todos e não apenas para comunidade local de artistas, todas as pessoas devem ser estimuladas não só a buscar prazer na apreciação da arte clássica e industrial, mas também a produzir elas mesmas o seu quadro , o seu livro , a sua peça de teatro , o seu filme, assim para garantia do direito a livre criação e a fruição que cada um têm diante do Estado e seus governos cabem o desenvolvimento de projetos que visem estruturar em cada setor das cidades brasileiras centros culturais que ao mesmo tempo em que estejam integrados a uma rede tenham autonomia de gestão, quanto mais comunitários forem estes espaços mais vitalidade e capacidade de articulação eles terão. Na impossibilidade de implantação de uma estrutura física devesse pensar a formação de agentes culturais capazes de fomentar a organização dos grupos sociais interessados nas práticas culturais e na sua fruição buscando o envolvimento e a participação de todos. Outra solução seria a utilização da rede escolar

implantada como base organizacional da ação, o problema dessa proposta se encontra na dificuldade de uma política pública de fato intersetorial.

O importante na formação dessa rede de agentes culturais é a criação de um circuito cultural que faça circular por todos os setores da cidade os bens culturais como também permita a qualquer pessoa realizar sua necessidade de expressão artística através do uso compartilhado de equipamentos e materiais essenciais a produção artística.

As formas de expressão que devem ser valorizadas na ação cultural são aquelas que já são desenvolvidas espontaneamente no local como também aquelas que cruzam várias linguagens como o teatro e o vídeo, mas isso não deve significar o abandono das outras artes clássicas e industriais, o processo deve ter um bom senso entre a oferta e a demanda que engendre um equilíbrio lúcido entre o que existe e o que é potencial na população local de determinado setor de uma cidade.

É obvio que nem tudo o que for criado ou produzido terá valor artístico, o valor artístico é resultado de um componente particular de cada sujeito, produzir o artista não deve ser o foco principal de uma política cultural para todos e por todos, o foco principal deve ser sempre a garantia dos direitos culturais de cada cidadão, no entanto, são necessários mecanismos de estímulo àqueles que assumirem para si como fazer e profissão a arte. Os concursos são uma maneira inteligente de estabelecer essa diferenciação, outra maneira é a absorção dos artistas formados pelos projetos como agentes culturais destes mesmos projetos que os formaram, tornando-os parte da rede de centros culturais ou de multiplicadores.

Se pensarmos a formação dessa rede como fundamental para uma estruturação de uma política cultural que parta das comunidades o direito a difusão dos bens culturais estabelece uma das fronteiras que deve ser vencida, pois hoje é através do rádio, da televisão que a maioria das pessoas consome bens culturais; garantir o acesso aos meios de comunicação aos grupos sociais localizados nas cidades é uma das formas mais rápidas e

eficientes de democratização da circulação dos bens culturais. Cada bairro deveria ter garantido o direito de ter sua própria rádio comunitária e sua própria TV integrados a um circuito cultural.

Pensar uma política que inclua os meios de comunicação de massa é um dos grandes desafios culturais do século XXI, pois hoje, muito da esfera pública se dá nesse espaço de troca de mensagens a ponto da própria definição de esfera pública ter-se alterado diante deles, segundo John Keane, citado por Canclini, a esfera pública se define como:

Um tipo particular de relação espacial entre duas ou mais pessoas, normalmente vinculadas por algum meio de comunicação na qual se produzem controvérsias não-violentas, durante um tempo breve ou mais extenso, referentes as relações de poder que operam dentro do seu meio de interação e /ou dentro dos âmbitos mais amplos de estruturas sociais e políticas que os disputantes se situam (CANCLINI , 2003, p. 175)

Concordar com a definição de John Keane é menos importante do que reconhecer o espaço das telecomunicações como uma parte da esfera pública merecendo estratégias de intervenção do Estado na sua fiscalização e democratização mais radicais, não devemos apenas receber mas também emitir mensagens. Essas mídias deveriam ser de fácil implantação quando comunitárias e sem fins lucrativos. O monopólio das telecomunicações em nosso país não é o foco deste trabalho, mas posso dizer que esse monopólio é um dos grandes responsáveis pelo entravamento da circulação dos bens culturais brasileiros.

Segundo Canclini:

As indústrias culturais são hoje o principal recurso para se fomentar o conhecimento recíproco e a coesão entre os múltiplos organismos e grupos em que se fragmentam as grandes cidades. A possibilidade de se reconstruir um imaginário comum para as experiências urbanas deve combinar o enraizamento territorial dos bairros ou grupos

com a participação solidária na informação e com o desenvolvimento cultural proporcionado pelos meios de comunicação de massa, na medida que estes tornem presentes os interesses públicos. A cidadania já não se constitui apenas em relação a movimentos sociais locais, mas, também em processos de comunicação de massa. (CANCLINI, 1995, p.138)

Outra questão que não pode fugir a nossa perspectiva, é que falar de difusão é novamente tocar um nervo central da produção cultural brasileira, a distribuição. Temos menos livrarias que editoras, os cinemas são devorados pelas igrejas evangélicas se concentrando apenas nos centros de alto consumo das cidades, os cinemas de bairro desapareceram praticamente. Então para garantir o direito ao acesso a essa informação é necessária uma política de estímulo à implantação destes aparelhos culturais tanto pelo mercado como pela sociedade civil organizada valorizando sua presença tanto nas periferias urbanas como nos chamados centros históricos.

Agora chega o momento de pensar o mais espinhoso, o nó górdio das políticas culturais, a questão da identidade cultural, considero neste texto que ela “surge, na atual concepção das ciências sociais, não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra”. (CANCLINI, 1995, p.148)

Se encararmos com seriedade a construção de uma sociedade democrática, só podemos aceitar o Estado e seus aparelhos como instrumentos de garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos em seu território, dessa forma, não é justo, e nem ético que ele assuma para si como expressão os valores e interesses culturais de uma elite econômica, política, ou intelectual. É violentadora a tentativa de reduzir um território onde convivem tantos processos culturais diferentes. Sim, devemos construir uma unidade política, mas ela não pode ser lastreada na caricatura e redução que o poder induz ao utilizar a cultura como instrumento de persuasão e coesão social. A igualdade que se busca na luta política da realização de um Estado

de fato democrático, é a igualdade de acesso às políticas públicas geradas na tentativa de diminuir a desigualdade entre os indivíduos em sociedade, no entanto, quando se fala de cultura, a diversidade deve ser assumida como elemento fundamental da ação, e do planejamento estratégico dos governos, o respeito às várias narrativas identitárias existentes numa sociedade é um elemento fundamental as políticas democráticas.

Então temos que tratar numa política cultural para cidades a questão do direito à identidade cultural tendo em vista que:

No quadro atual, marcado pela fragmentação das identidades coletivas e pelo enfraquecimento dos Estados nacionais, esse princípio adquiriu uma importância capital. A chamada identidade nacional, em nome da qual foram praticados verdadeiros atos de genocídio, não é - e nunca poderia ter sido vista como tal - um bloco monolítico. Não é, também, um conjunto maior do que suas partes. Cada subcultura constitui, por si mesma, um todo independente. Por mais complexo que isso possa parecer - e de fato o é - a identidade nacional deve ser encarada como um todo, composto de todos. (MATA-MACHADO, 2004. p.10)

Essa visão exige um mapeamento competente dos hábitos culturais e das manifestações artísticas de cada bairro seguido de um olhar fino para o que precisa de fomento para recuperar sua vitalidade, pois não se resgata nada, como também a atenção necessária ao que está surgindo e precisa de fomento para se desenvolver.

Diante daquilo que não faz mais sentido social algum para as comunidades o Estado deve ter uma ação mais voltada para o estudo e a documentação, afinal é necessário encarar que o homem não tem natureza, mas apenas história, ou seja, não há uma essência, mas estruturas sociais que mudam mais lentamente, estruturas de longa duração que convergem e tomam formas sociais que parecem permanentes. Assim a preocupação com o registro, com a documentação, e com o a pesquisa deveria ter mais realce do que uma política centrada apenas na conservação, principalmente no que

diz respeito ao patrimônio edificado, pois, o importante não é tornar presente a base de pauladas uma tradição morta, o importante é que cada um tenha possibilidades de ter noção da trajetória cultural do grupo social em que está inserido, que cada um que deseje possa dialogar com esses elementos e incorporá-los na medida dos seus interesses as suas práticas culturais.

Tratar com cuidado essa questão é necessário para que o Estado não caia nos vícios de um regionalismo tolo ou nos erros de um nacionalismo oportunista, devemos ter sempre a dimensão que ao Estado cabe garantir os direitos culturais e não promover os valores culturais apenas de um determinado grupo como metonímia de uma sociedade inteira.

Penso que um sistema integrado de centros culturais bem equipados com profissionais capacitados para atender os usuários efetivando políticas que tem a perspectiva da ação cultural que respeitem a singularidade de cada local seja a melhor forma de garantir o direito à identidade cultural dos indivíduos, ou seja, garantir sua relação de pertencimento e identificação com os bens culturais que compõe o processo cultural de seu grupo social.

CONCLUSÃO

As palavras acesso e ação acabam por condensar um horizonte para a reflexão sobre a garantia dos direitos culturais pela política pública brasileira. Penso que o Estado e os outros espaços que compõe a esfera pública devem deixar de agir como médicos de pronto-socorro no que diz respeito à cultura, tentando salvar vidas já no seu último suspiro, mantendo-as vivas na UTI apesar do coma. A satisfação da necessidade de estruturar um sistema cultural capaz de fazer circular os bens simbólicos produzidos no território nacional, permitindo ainda que cada cidadão tenha alcance aos meios de produção da sua forma de expressão cultural respeitando as singularidades e anseios de cada local não deve ser encarada como utópica, mas como uma realidade possível. Assim, pensar em ações do Estado que possam permitir ao homem um melhor uso do seu tempo livre é traçar um

mapa para o futuro que é construído a cada dia, a cada passo. A exclusão social do acesso aos bens simbólicos, na sua fruição e produção, é um elemento que define radicalmente a manutenção das desigualdades sociais e todas suas monstruosas crias.

REFERÊNCIAS

BRANT, Leonardo (Org.). **Políticas Culturais, Vol. 1**; Barueri-SP: Ed. Manole, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma Teoria Geral da Política.** ; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais e globalização**; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**; São Paulo: Iluminuras, 1997.

COELHO, Teixeira. **Usos da Cultura: Políticas de ação cultural**; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?**; São Paulo: Brasiliense, 1989.

DAMATTA, Roberto. **A casa & A rua (Espaço, cidadania , mulher e morte no Brasil)** São Paulo: Ed. Rocco,1997.

FEATHERSTONE, Mike. (Org). **Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e modernidade**; Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp ,2003.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. **Direitos humanos e Direitos culturais.**Belo Horizonte :Fundação João Pinheiro, 2004.

OLIVEIRA, Juarez de (org.). **Constituição Federal de 1988.** São Paulo: editora Juarez de Oliveira, 2010.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: análise da percepção dos professores e alunos do ensino médio

Márcia Luzia de Souza²⁹

Tânia Paula da Silva³⁰

RESUMO: Atualmente, as questões ambientais estão sendo discutidas em virtude da necessidade de mudanças em relação à degradação do ambiente. A educação, nesse sentido, deve ser ressaltada como elemento para a transformação das sociedades, viabilizando o desenvolvimento de uma nova ética distinta, daquela norteadora de uma sociedade de consumo. Assim sendo, este trabalho teve como objetivo de estudo a percepção de professores e de alunos do Ensino Médio, na modalidade EJA, da Escola Estadual Prof. Dr. José Rodrigues Fontes, em relação a Educação Ambiental. Deste modo, o estudo tornou possível conhecer e refletir sobre as concepções de meio ambiente e educação ambiental desenvolvida na escola. Nesta pesquisa, optou-se por um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, e teve como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário semi-estruturado com a finalidade de analisar as percepções e práticas pedagógicas de ensino dos professores e alunos acerca da temática ambiental. Chegou-se a conclusão que a educação ambiental tem sido apresentada e debatida de forma transversal e interdisciplinar pelos professores da instituição pesquisada, os quais têm a preocupação de despertar o espírito crítico dos alunos sobre as questões ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Espaço Escolar; Educação Ambiental; Conscientização/Sensibilização.

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem sido discutida intensamente nas últimas décadas, mas em quase todos os discursos está diretamente associada à preservação da natureza. Muitos indivíduos, ao pensar a Educação Ambiental, relacionam-na somente a essa, não percebendo muitas vezes a amplitude de seu significado e esquecendo que o próprio homem é a

²⁹ Profa. da Rede Pública e Privada de Cáceres/MT.

³⁰ Profa. Ms. do Depto. de Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres. Email: tanggela@bol.com.br

natureza, uma vez que se transforma, sofrendo ação do meio, de si mesmo e do outro.

Assim sendo, a Educação Ambiental deve ser vista como a própria educação. Com isso, não apenas direcionada para o ensino formal, mas também com olhares para o ensino não-formal, sendo assim capaz de se tornar instrumento de tomada de consciência para ações que levem para além da práxis pedagógica.

Diante deste contexto, o ambiente não pode ser considerado um objeto de cada disciplina, isolado de outros fatores. Ele deve ser abordado como uma dimensão que sustenta todas as atividades e impulsiona os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos. “A Educação Ambiental tem sido identificada como transdisciplinar, isto é, deve permear todas as disciplinas do currículo escolar” (SATO, 2002).

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar a percepção dos professores e alunos do EJA, Ensino Médio, da Escola Estadual Prof. Dr. José Rodrigues Fontes a respeito do Meio Ambiente e da Educação Ambiental. Ressaltamos que, o trabalho tem como objetivo não só analisar a percepção dos alunos e professores sobre a educação ambiental, como também conscientizar/sensibilizar, propondo ações para o desenvolvimento da Educação Ambiental no espaço escolar.

A temática que esta pesquisa se propôs desenvolver determinou a escolha de um estudo descritivo, com uma abordagem qualitativa no tratamento metodológico dos dados em estudo. Portanto, para o desenvolvimento do presente estudo tornou-se necessário realizar levantamento bibliográfico, dando ênfase aos trabalhos desenvolvidos sobre o tema; visitas *in loco* nas dependências da escola e no seu entorno e aplicação de questionário semi-estruturado para levantar dados referentes a forma como a educação ambiental vem sendo trabalhada/estudada e qual a percepção dos alunos e professores em relação ao meio ambiente.

Acredita-se que tais análises possam vir a contribuir para a discussão em torno da interface entre o Ensino e a Educação Ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Concepções de Educação Ambiental

Sato (2002) descreve que o primeiro conceito de Educação Ambiental apareceu em 1971 pela International Union for Conservation of Nature (IUCN), conceito internacional que enfatizava aspectos ecológicos de conservação, mas as conferências de Estocolmo (1972) e de Tbilisi (1977) procuraram ampliar tal definição:

A Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e classificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhorar da qualidade de vida (SATO, 2002, p. 23-24).

Segundo Reigota (1998) a Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Este autor registra ainda que,

[...] a Educação Ambiental deve ser entendida como uma educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (REIGOTA, 1998, p.10).

Para Pádua e Tabanez (1998) a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, que são condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

A Lei nº 9795, de 27 de Abril de 1999 que dispõe sobre educação ambiental, estabelece que:

[...] entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade [...].

Com base nestas definições podemos dizer que a Educação Ambiental (EA) é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornem aptos a agir e resolver problemas ambientais, presentes e futuros.

Neste sentido, a educação ambiental busca a conscientização e a mudança de comportamento da população em relação a natureza, ou seja, os recursos naturais, estimulando maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente.

Assim a educação ambiental é vista por Guimarães como:

Uma proposta que procura resgatar o lado humanizador do indivíduo, buscando, através de suas relações, estar em constante harmonia com o meio. Dessa forma o processo de interação entre homem e meio deve ser constante, desencadeando ações de ordem política, econômica e social que melhorem ou conservem este meio (GUIMARÃES, 1995, p. 26).

Portanto, deve-se compreender a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade, com uma política voltada à conscientização da sociedade em respeito à natureza, vivendo assim de maneira harmoniosa.

Enfim, a educação ambiental tem uma missão que vai além da educação e do conhecimento do meio ambiente em que vivemos. Ela precisa buscar um novo ideário comportamental, construir um novo conceito de mundo, permeado pela coerência nas atitudes, com uma postura ética e uma consciência política, que permitam um bem-estar coletivo (DIAS, 2002).

O Despertar da Educação Ambiental nas Escolas

Assim como as questões de ordem global, a educação ambiental começou a ganhar destaque a partir das décadas de 1960 e 1970 quando, com o desenfreado avanço tecnológico, o homem começou a exceder os limites de uso dos recursos naturais, preocupando a classe científica e as organizações ambientalistas. Inúmeras atividades podem ser realizadas para que seja feita uma efetiva conscientização e para que as pessoas envolvidas percebam que sua contribuição faz a diferença em cada projeto ambiental.

Neste sentido, Pádua e Tabanez (1998), acreditam que é fundamental que a preocupação com a temática ambiental esteja inserida em todos os segmentos da sociedade para que esta participe e apóie a conservação e valorização dessas áreas. E mais que isso, na condição de residentes possam participar no que diz respeito ao seu futuro e conseqüentemente na melhoria da qualidade de vida.

Em relação ao ambiente escolar Reigota (2002) afirma que, a Educação Ambiental nas escolas ganhou visibilidade a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, a qual propôs um novo padrão de

desenvolvimento, conciliando métodos de práticas ambientais, justiça social e eficiência econômica.

Ainda de acordo com o referido autor, os recém-chegados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo Ministério da Educação e da Cultura (MEC), trazem para o debate a discussão acerca de uma nova proposta pedagógica para a construção de currículos com ênfase nas questões ambientais, tratadas de forma interdisciplinar e como tema transversal.

O texto dos PCNs reitera que o ensino de Educação Ambiental deve considerar as esferas local e global, favorecendo tanto a compreensão dos problemas ambientais em termos macros (político, econômico, social e cultural) como em termos regionais. Desse modo, os conteúdos de Educação Ambiental se integram ao conteúdo escolar a partir de uma relação de transversalidade, de modo a impregnar a prática educativa, exigindo do professor uma readaptação dos conteúdos abordados na sua disciplina, o que condiz com resoluções do Conselho Federal de Educação e de conferências nacionais e internacionais, que reconhecem a Educação Ambiental como uma temática a ser inserida no currículo de modo diferenciado, não se configurando como uma nova disciplina.

No entanto,

A mudança de paradigma sugerida provoca reflexões acerca sua aplicabilidade, uma vez que tais Parâmetros foram pensados e elaborados sem a participação ativa dos professores. Além disso, viabilizar novas ações implica um (re)pensar acerca das ações educativas que até então vêm sendo efetuadas (REIGOTA, 2002, p. 42).

Corroborando com esta análise Monteiro (2002, p. 85) afirma que:

Não basta mudar a forma de condução das aulas, inserir ou retirar conteúdos contidos no currículo escolar para mudar a prática pedagógica. É necessário romper com velhos paradigmas, o que implica rever um conjunto de conceitos, concepções e atitudes que, em conjunto, alicerçam o cotidiano das interações educativas.

Neste sentido, observamos que logo após a inserção das questões ambientais no contexto escolar, inúmeras ações foram e vêm sendo pensadas e implementadas. Neste contexto, a escola, portanto, é percebida como um solo fértil para a difusão das referidas questões.

A escola, detentora de um importante papel na sociedade, não poderá se ausentar na execução de suas responsabilidades. Haverá de promover a discussão das questões ambientais em seu cotidiano, oportunizando em suas interações educativas a vivência de valores que levem a um pensar coletivo, na tentativa de distanciar-se de temáticas que privilegiam o espaço para a competitividade, sempre tão arraigado à perspectiva tradicional de educação. (GUIMARÃES, 2003, p. 69).

Ainda em relação ao papel da instituição escolar nesse processo, Ribes (2000, p. 76) destaca que o “O papel da escola como agente de educação é fundamental na elaboração de uma relação saudável que traga benefícios para ela como instituição, para todos os seus componentes humanos, mas também para o meio ambiente como um todo, local e global”.

Dessa forma, podemos perceber que a escola vem sendo, ao longo dos anos, convidada a (re)pensar seu papel na sociedade, visto que a sociedade, longe de ser estática, está em constante transformação. Portanto, o espaço escolar pode oferecer, aos sujeitos envolvidos no fazer pedagógico diário, a interlocução com os pressupostos da Educação Ambiental, como forma de contribuir para a reflexão acerca do modo de vida na sociedade contemporânea.

Guimarães (2003, p. 30) acredita que:

Várias são as possibilidades de intervenção sobre os problemas ecológicos que afetam nossa sociedade. Elas vão desde uma visão tecnicista tipicamente moderna, que acredita na capacidade ilimitada da ciência de resolver todos os problemas, até outra que procura entender esses problemas intrínsecos ao modo de vida de homens e mulheres e que, em função disso, obriga-nos a reavaliar nossos modelos de pensar e agir em um mundo cada vez mais interligado.

Dentro desta perspectiva é possível pensar que uma das possibilidades de intervenção sobre os problemas ecológicos, conforme apontou Guimarães, é oportunizar o diálogo acerca de tais questões na escola, visto que ela é um importante meio para a difusão e a construção de informações. A escola estaria, assim, oportunizando um (re)pensar acerca de suas ações, a fim de viabilizar mudanças que tendam para um modo de vida pautado por princípios ambientais.

Portanto, acredita-se que a escola tem um papel fundamental no contexto ecológico local e planetário contemporâneo, uma vez que é considerada, por excelência, o *lócus* central para as interações sociais.

Educação Ambiental e Formação dos Professores

O desenvolvimento de um trabalho que enfatize as questões sociais na perspectiva da cidadania requer uma discussão sobre a questão da formação dos educadores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Com isso, a relação entre os valores construídos pelos docentes durante a sua vida e prática educacional e pelos alunos no seu dia-a-dia, é importante para a valorização e respeito das individualidades dos mesmos.

Na visão de Moreira (1999, p. 87):

Os educadores do próximo século não poderão ignorar as duras questões que as escolas terão de enfrentar, referentes a multiculturalismo, raça, poder, identidade, significado, ética e trabalho. Tais questões estão a exigir a redefinição do

sentido e dos propósitos da escolarização, bem como do que significa ensinar e aprender em um mundo ao mesmo tempo mais globalizado e mais diversificado.

Nesta perspectiva, torna-se necessário enfatizar a importância da preparação dos docentes para atender às exigências do mundo atual sob os vários aspectos: sociais, econômicos, culturais, políticos.

A atuação do docente no processo educacional é fundamental para o rompimento de práticas defasadas que ainda se encontram no contexto escolar. Porém, quanto a modificação destas práticas, Oliveira (2000, p. 101) destaca a necessidade de “repensar o papel do professor enquanto transmissor de conhecimentos definidos e abstratos, para uma nova ação reflexiva e criativa, de um saber mais dinâmico e interativo”.

Cada professor pode contribuir para que haja a interação da sua disciplina com as questões ambientais, levando-se em consideração a realidade atual e a urgência de formação de uma consciência sensível à garantia da sobrevivência da humanidade.

A formação de professores é importante para que se consiga uma aprendizagem escolar de melhor qualidade. Contudo, o investimento na formação continuada desses profissionais, uma jornada de trabalho adequada, bem como a melhoria dos salários são considerados também elementos necessários para a valorização do seu trabalho.

A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA RODRIGUES FONTES

A Escola Prof. José Rodrigues Fontes busca, através de sua proposta educacional, garantir uma educação de qualidade para seus alunos de modo que os mesmos possam ter um aprendizado significativo e consigam com isso, exercer o seu papel de cidadão crítico, ativo, participativo e solidário. Reconhece também que os educandos precisam resgatar valores básicos e essenciais à vida humana que vem ao longo do

tempo sendo esquecidos como o respeito, a amizade, a solidariedade, dentre outros.

Neste sentido, ao analisar a proposta pedagógica como um todo, foi possível constatar que existe a preocupação da instituição em incluir o tema “Meio Ambiente” no currículo de modo que seja trabalhado como tema transversal e interdisciplinar no cotidiano escolar. Os objetivos de cada disciplina são tratados de forma conjunta e envolve a integração dos temas transversais como abordagem que perpassa as diversas áreas do conhecimento.

Portanto, na Escola Estadual Rodrigues Fontes, a educação ambiental, de acordo com a Coordenadora e a direção, vem sendo trabalhada de forma integrada com os professores, e estes têm buscado trabalhar a interdisciplinaridade do tema com os alunos. Os trabalhos de educação ambiental vêm sendo desenvolvidos tanto na sala de aula como em projetos que visam à conservação, formas de evitar o desperdício, na manutenção da limpeza e de higienização.

Percebe-se então, que a proposta pedagógica da escola pesquisada está adequada às novas exigências curriculares, atendendo desta forma as atuais demandas da sociedade. Conforme os PCNs (1998, p. 187) “cabe à escola também garantir situações em que os alunos possam pôr em prática sua capacidade de atuação”.

Neste sentido, verificamos que a escola participa todo ano do mutirão de limpeza de resíduos sólidos no rio Paraguai conhecido como “Limpar para Preservar” e da “Jornada de conscientização e ações para preservação do Rio Paraguai”, ambos eventos organizados pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Cáceres, e também de aulas práticas de campo às margens do rio Paraguai e na baía Malheiros.

Nota-se assim, que a escola vem atuando como colaboradora na transformação da consciência dos indivíduos quanto às questões ambientais, pois verificamos mudanças de posturas, comprometimento e sensibilização

por parte de todos os envolvidos no processo educacional diante da realidade ora ocasionada pela degradação dos recursos naturais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES E ALUNOS

Segundo Rosa (2000), a percepção ambiental pode ser considerada como a “forma que o indivíduo ou grupo social, vê, compreende e se comunica com o Ambiente”, sendo que esta maneira de reagir diante do Ambiente passa por um emaranhado de complexas relações, resultantes da junção de manifestações psicológicas (conscientes e inconscientes), ideologias contidas nos valores culturais da sociedade vigente, como também da bagagem cultural que nos foi passada por nossos antecedentes e que são apenas modificadas ou são acrescentados outros pensamentos.

Assim, a nosso ver, é imprescindível a identificação da percepção dos envolvidos no processo de educação ambiental no espaço escolar. Por isto, nesse trabalho, procuramos verificar a percepção dos professores e alunos do EJA, Ensino Médio, da Escola Estadual Prof. Dr. José Rodrigues Fontes, a respeito do meio ambiente e da educação ambiental, tendo em vista a relevância da participação dos atores sociais envolvidos no processo.

Os Professores

No questionário aplicado aos professores a primeira questão referia-se ao entendimento dos mesmos sobre meio ambiente. “*O que você entende por meio ambiente?*”. O objetivo desta questão era verificar se o professor possuía algum conceito formado sobre o Meio Ambiente, mesmo que não seja aquele corretamente aceito pelos ambientalistas.

Deste modo, pode-se verificar que na visão da maioria dos professores o meio ambiente é o meio em que vivemos, ou seja, que estamos inseridos no dia-a-dia, com todos os fatores bióticos e abióticos existentes na natureza.

Algumas respostas dos professores (sic):

- *“O meio em que vivemos, a natureza e todos os outros meios social, cultural, político e econômico”;*
- *“É o ambiente no qual estamos inseridos no dia-a-dia”;*
- *“Todos os fatores bióticos e abióticos existentes na natureza”;*
- *“É o conjunto de fatores naturais, culturais e sociais interdependentes”.*

É interessante notarmos que, estes professores em suas análises sobre o meio ambiente expressam um sentido muito amplo do meio, mas incluem o homem, o que de certo modo, enuncia uma visão sócio-ambiental de meio ambiente, ou seja, conciliam o meio com todos seus atributos naturais sem desprezar os aspectos sociais e culturais.

Em outra abordagem, questionamos os professores a respeito da existência de uma política de educação ambiental na escola pesquisada. Todos os professores entrevistados foram unânimes em afirmar que a escola desenvolve um projeto de educação ambiental, sendo este desenvolvido como tema transversal e de forma interdisciplinar. A idéia é fazer com que os conceitos sobre Meio Ambiente e Educação Ambiental sejam tratados de forma conjunta nas diversas áreas do conhecimento.

Para Guimarães (2003, p.59), “a abordagem interdisciplinar objetiva superar a fragmentação do conhecimento”. Nesse sentido, é um importante enfoque a ser perseguido pelos educadores, para que, assim, a fragmentação vá sendo substituída por uma análise mais completa, que leva em conta vários aspectos e possibilita “uma reflexão mais ampla sobre questões da própria sobrevivência da humanidade e do planeta”

Ainda, segundo os professores, a política educacional da escola está voltada para atender o aluno como um todo, nos seus diversos aspectos de formação, visando construir valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências voltadas para a compreensão da realidade social e ambiental. Neste sentido, os professores têm tentado contribuir para que não haja um

distanciamento entre a discussão que acontece na sala de aula sobre as questões ambientais e sociais e aquela que normalmente ocorre no dia-a-dia dos alunos.

Na atualidade, segundo os professores, os trabalhos de educação ambiental vêm sendo desenvolvidos tanto na sala de aula como em projetos que visam à conservação, formas de evitar o desperdício, na manutenção da limpeza e de higienização do espaço escolar e da comunidade de forma geral.

Quando perguntamos aos professores se em suas aulas são tratados os assuntos pertinentes à Educação Ambiental, a maioria apontou que sim, que relacionam o conteúdo das aulas com o tema educação ambiental. Mas, afirmaram também que o tema é tratado de forma mais abrangente nas seguintes situações: quando o aluno levanta questões de natureza ecológica ou em datas comemorativas ao meio ambiente. Ainda em relação a essa questão, os professores afirmaram que utilizam algumas metodologias para tratar de temas ambientais na sala de aula, entre elas: aulas expositivas, leituras e análises de textos, exercícios escritos, aulas de campo, documentários, etc.

Por fim, questionamos os professores se de alguma forma, os problemas ambientais da escola têm merecido a atenção dos mesmos. Segundo eles, cotidianamente, a comunidade escolar, vivencia problemas ambientais na escola, no bairro e na cidade, portanto, não tem como não dar atenção a esta problemática. Assim sendo, os professores, em sua maioria, tem trabalhado a educação ambiental de forma coletiva, buscando construir valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e da sociedade de forma geral.

Os Alunos

Através da pesquisa, foi possível evidenciar que para a maioria dos alunos da Escola Estadual Prof. Dr. José Rodrigues Fontes, meio ambiente refere-se somente a natureza, ou seja, ao estudo dos aspectos físicos e/ou ambiente natural. Vejamos algumas respostas:

- *“Todos os lugares que há natureza, como florestas, grama, árvore, plantas, etc”;*

- *“É a natureza em si, ou seja, tudo o que existe nela, animais, plantas, rios, mares, etc”;*

- *“Meio ambiente é o lugar onde vivemos, está mais relacionado à ecologia, a natureza”.*

Foi possível observar nas respostas dessa questão que grande parte dos alunos não insere o ser humano no Ambiente. Este como integrante do processo a ponto de conseguir alterar tudo o que está ao seu redor. Portanto, a concepção da maioria dos alunos foi de um Ambiente onde o ser humano está ausente.

Todavia, no grupo pesquisado há aqueles que têm definições bem formuladas concernentes ao Meio Ambiente, tais como:

- *“Meio ambiente é o lugar onde vivemos juntamente com outros seres. Ou seja, é o conjunto de fatores que envolve: ar, água, animais, elementos minerais e clima que influenciam nesta constante luta pela sobrevivência humana”.*

- *“É o espaço onde nós vivemos, juntamente com os animais e vegetais, nele há uma relação entre todos os seres bióticos e abióticos”.*

Para estes alunos o meio ambiente tem sentido amplo, mas em suas falas ressaltam a participação do homem como parte deste meio.

Enfocando a questão da discussão de meio ambiente no espaço escolar, verificamos que 83% dos alunos responderam afirmativamente, ou

seja, a questão ambiental é contemplada cotidianamente e em várias disciplinas.

Dentre as maiores preocupações com o ambiente escolar, os alunos se referiram a questão do lixo e, num segundo plano, o desmatamento das árvores no pátio escolar.

- *“Ocorrem lixos pelo chão, desmatamentos porque existiam muitas árvores aqui na escola e agora não há mais”;*

- *“Falta de preservação das plantas, há lixos nos lugares desapropriados”*

- *“O problema mais evidente é o relacionado ao lixo, por haver muitos estudantes e muitas lanchonetes à volta, então o lixo é jogado na maioria das vezes no pátio mesmo”;*

- *“Os problemas que ocorrem são relacionados ao lixo em todos os espaços da escola, seja, no pátio, nas salas, no banheiro. Tem também a questão das árvores que existiam em nossa escola e que foram cortadas e não plantaram outra em seu lugar”.*

Apesar da preocupação com o lixo na ambiente escolar esses alunos, em suas respostas a questão, pouco questionam os seus valores consumistas e também não tem o hábito de jogar o lixo no cesto ou separá-los de forma seletiva. No entanto, todos eles têm consciência que a questão do lixo é das mais preocupantes no ambiente escolar e diz respeito a cada um de nós.

- *“Falta consciência nos alunos com relação ao ambiente escolar, ou seja, se cada um jogasse o lixo no lixo a escola não estaria tão suja”;*

- *“O problema maior é de alguns alunos que não se importa com o fato de jogar lixo no chão, eles não percebem que isso pode causar várias doenças em nós e que isso prejudica a nossa escola”.*

- *“Falta de conscientização pessoal dos alunos para contribuir com a limpeza do próprio ambiente onde estuda tendo esta consciência mudará o planeta. Coleta de lixo separando por tipo ex: plástico, papel, etc”.*

Quando questionados sobre o que fazer para diminuir os problemas ambientais no espaço escolar são unânimes em afirmar que é necessário conscientizar/sensibilizar os alunos de maneira interdisciplinar para que os mesmos colaborem não jogando lixo no chão e não depredem o patrimônio escolar, pois segundo os próprios alunos *“se cada um fizesse a sua parte, nós e a escola não teríamos tantos problemas ambientais”*. Neste sentido, eles afirmam que: *“A nossa escola tem que ser tratada com amor e carinho, pois é nela que passamos boa parte do nosso tempo”*.

Portanto, os alunos sugerem que a escola promova mais palestra, seminários, oficinas e vídeos que conscientizem/sensibilizem os mesmos sobre o quanto o ser humano está poluindo e destruindo o meio ambiente e, conseqüentemente, o espaço escolar e de vivência.

Assim sendo, é possível concluir que a educação ambiental, desenvolvida no contexto escolar do EJA, Ensino Médio, na instituição pesquisada, não é um mito, no entanto, precisa de mais empenho dos atores envolvidos para que se torne efetiva.

Sugestão de Práticas de Educação Ambiental nas Escolas

Entendemos a Educação Ambiental como um instrumento de capacitação, conscientização e sensibilização para a temática ambiental. Neste sentido, sugerimos a seguir uma lista de ações/atividades que poderão ser aplicadas nas escolas e que auxiliarão no desenvolvimento de atitudes ecologicamente corretas. A idéia é contribuir na formação de uma consciência ambiental crítica, gerando uma mudança de comportamento e de atitude por parte da comunidade escolar:

- ▶ Implantação de coleta seletiva de lixo na escola e no bairro;
- ▶ Implantação de Oficina de Reciclagem Artesanal de Papel;
- ▶ Promoção de Oficinas de arte com material de sucata, desenhos, colagens, modelagens;

- ▶ Elaboração de cartilhas e murais ecológicos;
- ▶ Promoção de gincanas, seminários e concursos (redação, pintura, escultura, poesia, teatro de marionetes);
- ▶ Produção de material audiovisual (jornal, vídeos, músicas, etc).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados da pesquisa, é possível concluir que os profissionais da Escola Prof. Dr. José Rodrigues Fontes reconhecem a importância de trabalhar a Educação Ambiental no cotidiano escolar como prática que leve os indivíduos a compreenderem as questões ambientais evidenciadas durante os últimos tempos e se posicionarem como cidadãos críticos e reflexivos diante desta situação. Neste sentido, foi possível verificar que o tema Meio Ambiente é trabalhado de forma transversal e interdisciplinar pelas diversas áreas do conhecimento. E mais, que a escola tem desenvolvido e participado de projetos que envolvem os alunos nesta problemática.

Deste modo, verificou-se que os alunos do EJA, Ensino Médio, da instituição pesquisada, têm bons conhecimentos sobre alguns assuntos pertinentes ao meio ambiente e a educação ambiental. No entanto, ainda existe por parte deles dificuldades para por em prática o que aprendem no ambiente escolar. Segundo eles, há ainda uma minoria no grupo de alunos que não tem consciência de suas atitudes perante o ambiente escolar e a sociedade. Assim sendo, eles desenvolvem ações predatórias contra o espaço escolar e a comunidade local/bairro.

Neste sentido, verificamos que a escola e seus profissionais vêm trabalhando para mudar este quadro, na tentativa de contribuir para que os alunos se tornem cidadãos mais críticos, dinâmicos, afetivos, e que lutem por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável, a começar pelo espaço escolar.

Portanto, a nosso ver, a escola, por meio de seus professores, vem atuando como colaboradora na transformação da consciência dos indivíduos quanto às questões ambientais. Assim, a escola vem possibilitando aos alunos reflexão para que as mudanças ocorram e, através dela, a transformação do educando na sua forma de pensar e agir sobre o meio ambiente.

Dessa forma, tendo certeza de que o processo educativo é indispensável para a superação do quadro atual, espera-se que este estudo, embora não tenha caráter de generalização, seus resultados possam contribuir de forma significativa para futuras pesquisas nesta área do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente, saúde. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Lei nº 9795 de 27 de Abril de 1999: institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1999.

DIAS, Genebaldo Freire. **Iniciação à Temática Ambiental**. São Paulo: Gaia, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: um consenso em debate**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas-SP: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MONTEIRO, Roselane Soares. **Educação Ambiental em Mato Grosso**. Brasília: Ministério da Educação e Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org). **Currículo: Políticas e Práticas**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.

PADUA, S. M. e TABANEZ, M.F. **Educação Ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. Brasília: Ipê- Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 1998.

RIBES, Eva L. Escola e Meio Ambiente: um intercâmbio produtivo. In: LAMPERT, E. **Educação Brasileira: desafios e perspectivas para o século XXI**. Porto Alegre: Sulina, 2000.

ROSA, Luciene Gonçalves. **Educação Ambiental um caminho viável**. Paraíba: Ed. da UEPB, 2000.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

**GESTÃO AMBIENTAL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS: MEDIDAS
IMPORTANTES PARA USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS
NATURAIS NO CÓRREGO DAS PITAS – MT**

Leila Nalis Paiva da Silva³¹

Célia Alves de Souza³²

Nádia Micheli Bindandi³³

RESUMO: A ocupação e uso do solo no entorno de bacias hidrográficas provocam mudanças, o que prejudica e altera o meio natural. As atividades humanas relacionadas à urbanização, a agropecuária contribuem para o aceleração erosivo nas margens dos rios. Tendo em vista, a importância dos recursos hídricos o estudo teve como objetivo identificar as alterações que ocorrem no córrego das Pitas, com o propósito ao planejamento e gestão ambiental. A sub-bacia localiza-se nas coordenadas geográficas de 15° 17' 04" e 15° 49' 50" sul e 58° 14' 30" e 58° 33' 26" oeste entre os municípios de Araputanga, Indiavaí, Mirassol D' Oeste, São José dos Quatro Marcos e Porto Esperidião. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: levantamento bibliográfico; delimitação da área, mapeamento por meio de cartas topográficas nas escalas de 1: 1.000.000, 1972 do DSG e mapas temáticos do SEPLAN na escala de 1:250.000 nos períodos de 1986-1998. O processo de ocupação no sudoeste do Estado de Mato Grosso trouxe várias mudanças no setor econômico e político. Nesse sentido, o econômico e social devem atribuir novas discussões que visam o uso dos recursos naturais em práticas menos impactantes e contemplando em alternativas ambientais sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Córrego das Pitas, Degradação, Gestão de Bacias Hidrográficas.

INTRODUÇÃO

A gestão ambiental é uma atividade que visa à formulação de princípios e diretrizes; estruturação de sistemas gerenciais e tomadas de

³¹ Prof^a. Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado de Mato – UNEMAT. leilanalisa@hotmail.com

³² Prof^a. Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. celiaalves@globocom.com

³³ Professora da rede pública da cidade de Cáceres – MT.

decisões; tendo como meta promover de forma coordenada e direcionada: o uso, proteção, conservação e monitoramento dos recursos naturais e sócio-econômicos em um determinado espaço geográfico, com objetivo de subsidiar o desenvolvimento sustentável (LANNA, 1995).

Os problemas ocasionados pela degradação ambiental aumentam devido o desenvolvimento econômico/social, e com os avanços do conhecimento científico os seres humanos adotam práticas que comprometem e provocam mudanças no meio natural.

As transformações no espaço/tempo neste meio físico são mudanças que ocorrem em bacias hidrográficas, onde à quantidade de sedimentos dos materiais transportados pelo escoamento superficial são depositados ao longo do perfil longitudinal acumulando e transformando esse canal de drenagem. Outro fator que contribui para tais mudanças está voltado ao processo da erosão marginal, interferindo na dinâmica natural dos rios.

O monitoramento de bacias hidrográficas contribui para verificar os problemas ocasionados pela erosão marginal, o acúmulo de sedimentos, que aceleram o assoreamento dos rios, provoca enchentes, diminui a quantidade e altera a qualidade da água. Assim, identificar e discutir sobre as mudanças que ocorre devido o uso dos recursos naturais subsidia propostas e medidas de recuperação e conservação do meio natural.

O estudo desenvolvido teve por objetivos, avaliar o uso da sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas, bem como, integrar, elaborar mapas temáticos para possíveis medidas de planejamento e gestão ambiental.

As mudanças são resultantes das atividades humanas realizadas fora da área dos canais, mas que modificam o comportamento da descarga e da carga sólida do rio. Tais atividades estendem-se para a bacia hidrográfica e estão ligadas ao uso da terra, como a remoção da vegetação, desmatamentos, relacionados às práticas agrícolas indevidas, construções de prédios e a urbanização (GUERRA, 2003).

Essa relação interdependente do homem sobre os recursos naturais faz com que haja mudanças significativas na geomorfologia fluvial. As transformações ocorrem com as interligações dos fatores bióticos, abióticos, físicos devido à ocupação e o uso do solo em áreas correspondente de uma bacia hidrográfica, alterando a dinâmica e regime fluvial das águas.

MATERIAL E MÉTODOS

A sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas localiza-se entre as coordenadas geográficas $15^{\circ} 17' 04''$ e $15^{\circ} 49' 50''$ latitude e $58^{\circ} 14' 30''$ e $58^{\circ} 33' 26''$ de longitude, com extensão territorial de 475 km². Encontra-se nos limites dessa sub-bacia hidrográfica os municípios de Araputanga, Indiavaí, Glória D' Oeste, Mirassol D' Oeste, São José dos Quatro Marcos e Porto Esperidião (Figura 01).

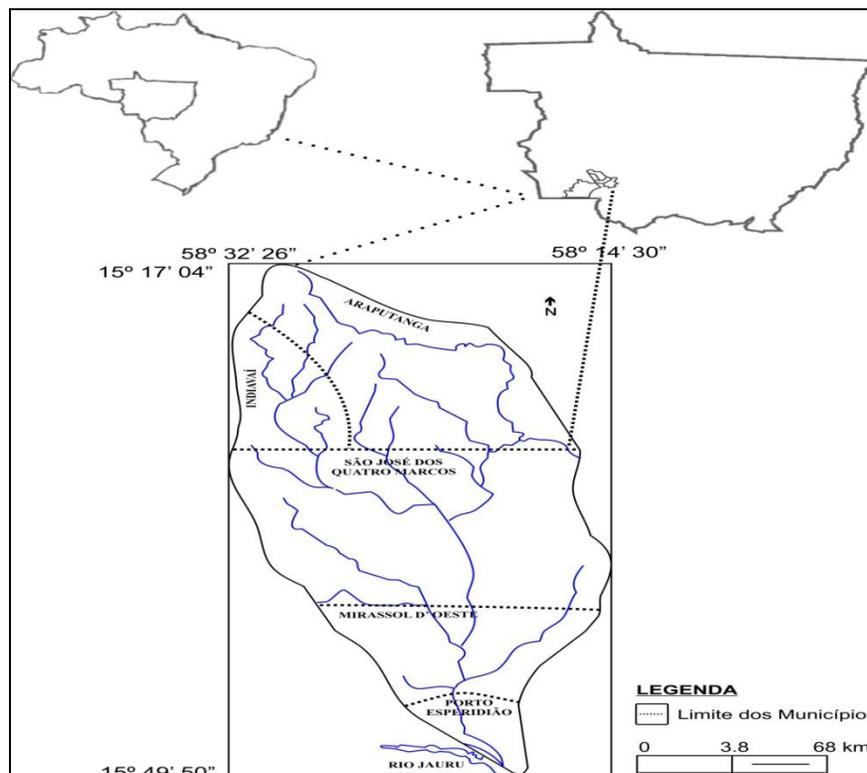


Figura 01 - Localização da sub-bacia hidrográfica do Córrego das Pitas no sudoeste do Estado de Mato Grosso

A unidade de análise adotada é a sub-bacia hidrográfica córrego das Pitas, afluente da margem esquerda do rio Jauru. Foram escolhidos os anos de 1986 e 1998 pelas seguintes razões:

- 1986 – Expressa intensificação da ocupação do solo, na sub-bacia hidrográfica.
- 1998 - Ocorre à diminuição da população nas áreas rurais, porém percebe mudanças quanto ao uso do solo e vários impactos ambientais.

Para execução desse estudo, alguns procedimentos foram necessários:

► Realizou-se levantamento bibliográfico referente à sub-bacia hidrográfica do Córrego das Pitas, como ainda identificando-se o uso do solo decorrente a agricultura, pecuária e a urbanização dos municípios que se encontram nesta sub-bacia hidrográfica no período de pesquisa.

► Delimitou-se a sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas, destacando o canal principal e seus afluentes, utilizando cartas topográficas na escala de 1:100.000, 1972 do DSG.

Procurou-se traçar uma linha divisora de águas que separa a sub-bacia hidrográfica, considerando as vizinhas.

Ao se traçar o divisor de água considerou-se: (CHRISTOFOLETTI, 1980).

- a) O divisor de água não corta nenhum curso d' água;
- b) Os pontos mais altos (pontos cotados) geralmente fazem parte do divisor de água;
- c) Os divisores de água devem passar igualmente afastados quando estiver entre duas curvas de mesmo nível;
- d) O divisor de água deve cortar as curvas de nível o mais perpendicular possível.

► Para verificar a espaço temporal quanto ao uso e ocupação da sub-bacia hidrográfica e a intensificação dos diferentes tipos de uso, realizou consulta à bibliografia existente sobre a ocupação da região; mapeamento temporal, utilizando mapas temáticos da SEPLAN na escala de 1: 250.000

nos períodos de 1986-1998, efetuando análise comparativa dos mapas de ocupação da área; e trabalho de campo na área de estudo, para complementar as informações adquiridas nos mapas.

► **Elaboração dos mapas**

- Na confecção dos mapas de uso de solo, delimitou cada tipo de uso, utilizando papel vegetal;
- Para calcular a área dos vários tipos de uso ocupação do solo, usou papel milimetrado em vegetal, onde 1 cm^2 equivale a $1,0 \times 1,0 = 1,0 \text{ km}^2$.
- A arte final dos mapas foi realizada no Corel Draw.

RESULTADOS ESPERADOS

Hidrografia

O Córrego das Pitas, sendo um canal de 4ª ordem, de acordo com classificação de Strahler (1952), compreende aproximadamente a área de 475 km², possui suas nascentes na Chapada dos Parecis, em altitude entorno de 580 m, percorre distância de 95 km de extensão, desaguando na margem esquerda do rio Jauru, apresenta cinco afluentes principais: o córrego Figueira, Barreirão, Grande, Água Clara e Porto (Figuras 2).

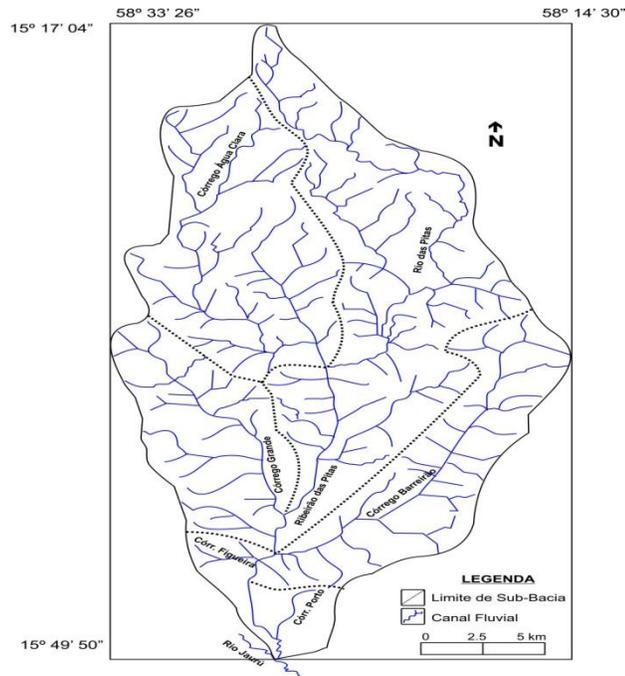


Figura 2 – Sub-Bacia Hidrográfica do Córrego das Pitas

Mudanças Temporo-espacial na Sub-Bacia Hidrográfica do Córrego das Pitas

Algumas são atividades desenvolvidas na sub-bacia hidrográfica Córrego das Pitas tais como: agrícolas, a pecuária e a urbanização, contribuindo para aumentar o desmatamento. A análise comparativa possibilitou diagnosticar as modificações no uso do solo em 12 anos (1986 a 1998), em trechos dos municípios de Araputanga, Indiavaí, Mirassol D' Oeste, Porto Esperidião e São José dos Quatro Marcos.

As mudanças visualizadas neste mapeamento estão vinculadas principalmente substituição significativa de porções de vegetação (cerrado, campo e cerrado, floresta e mata ciliar) ainda existente em 1986, por pastagem e atividades agrícolas.

Em 1986, nos trechos estudados na sub-bacia hidrográfica, registra ocorrência de floresta subcaducifólia. No município de Araputanga possui cerca área de 11.25 km², desta floresta e registra que 122.5 km²

desmatadas. No município de Indiavaí a presença da floresta aparece com 16.25 km² de área preservada, enquanto em área de floresta desmatada registra com 28.75km². No município de Mirassol D' Oeste a floresta subcaducifólia possui cerca de 2.5 km² preservada, 3.75 km² da floresta desmatada para diversos fins para atividades humanas. São José dos Quatro Marcos possui cerca de 66.25 km² de floresta subcaducifólia e 120.00 km² de floresta desmatada (Figura 3).

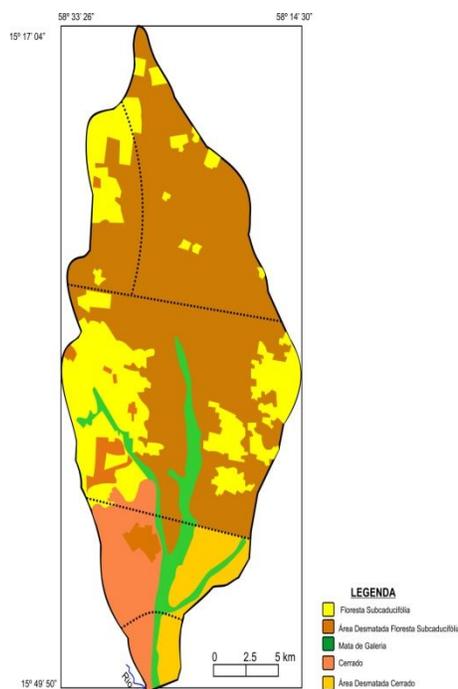


Figura 3 – Mapa do uso do solo da sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas 1986

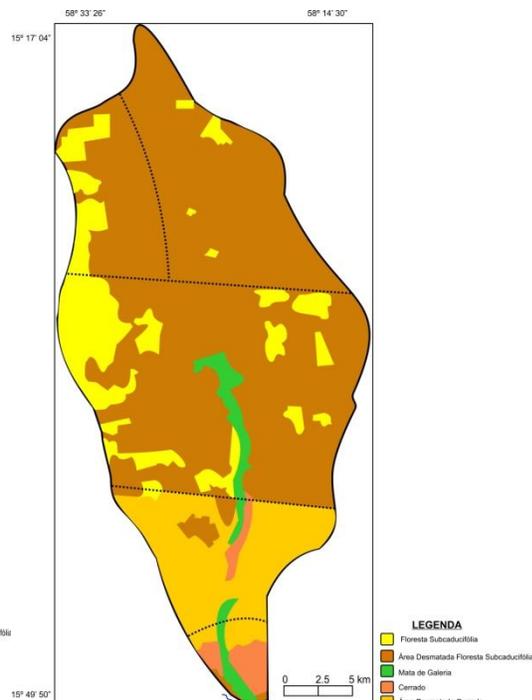


Figura 4 – Mapa do uso do solo da sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas 1998

No trecho do município Mirassol D'Oeste encontrado dentro da sub-bacia possui aproximadamente 12.5 km² de mata galeria em Porto Esperidião possui 5.00 km² e São José dos Quatro Marcos registra a ocorrência de 16.25 km² de mata galeria.

Nos segmentos estudados na sub-bacia hidrográfica, o município de Mirassol D' Oeste possui cerca de 31.25 km² de cerrado preservado e

desmatado 25 km² e o município de Porto Esperidião registra a ocorrência de 5.00 km² preservada e 8.75 km² de cerrado desmatado.

Em 1998, registra o aumento do uso do solo destinado atividades pecuárias, agricultura e expansão urbana, nos trechos dos municípios de Araputanga, Indiavaí, Mirassol D' Oeste Porto Esperidião e São José dos Quatro Marcos, localizados na sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas, diminuindo a extensão de área preservada (cerrado, mata galeria e florestas) em relação a 1986 (Figura 4).

O município de Araputanga possui 6.25 km² de floresta subcaducifólia preservada e registra-se 127.5 km² de floresta desmatada. O município Indiavaí possui cerca de 10.65km² de floresta conservada, porém registra aproximadamente 34.35 km² desmatada. O município de Mirassol D' Oeste possui cerca de 1.25 km² floresta subcaducifólia conservada e 5 km² de floresta desmatada. O município de São José dos Quatro Marcos possui 18.75 km² de floresta conservada e cerca 180km² de floresta desmatada.

O município de Mirassol D' Oeste possui 1.25 km² de mata de galeria, no município de Porto Esperidião possui cerca de 3.0 km² e o município de São José dos Quatro Marcos possui 3.75 km² de mata de galeria.

O município de Mirassol D' Oeste possui cerca de 2.5 km² de cerrado conservado e 65 km² desmatado. O município do Porto Esperidião possui cerca de 4 km² de cerrado preservado e 11.75 km² do desmatado.

Análise Mudanças Temporo - Espacial na Sub-Bacia Hidrográfica do Córrego das Pitas

Analisando os mapas da ocupação e uso do solo nos períodos de 1986 a 1998 na escala 1:250.000 do DSG SEPLAN, pode-se perceber que houveram mudanças no espaço-temporal, quanto ao uso do solo, na sub-bacia hidrográfica do Córrego das Pitas.

No município de Araputanga, a área preservada em 1986 à presença de 11.25 km² de florestas subcaducifólia. Em 1998, registra a ocorrência de

6.25 km² de floresta, diminuindo assim, 5 km². Em 1986 a área desmatada correspondia à 122.5 km², em 1998 passa para 127.5 km², aumentando cerca de 5 km² de florestas desmatadas, devido as práticas agropecuárias e a expansão urbana da região (Quadro 01).

A floresta subcaducifólia corresponde à área de 16.25 km², no município de Indiavaí em 1986. Em 1998 a área de floresta diminui para 10.65 km², com redução estimada de cerca de 5.6 km² de área em 12 anos. Em relação à área desmatada em 1986, possuía 28.75 km² e passa para 34.35 km² no ano de 1998, tendo um aumento aproximadamente 5.6 km² em desmatamento de florestas. Possivelmente os desmatamentos da área estejam associados às atividades relacionadas à agricultura, pecuária e o crescimento populacional.

Em 1986, o município de Mirassol D'Oeste possui cerca de 2.5 km² de florestas subcaducifólia e 3.75 km² de floresta desmatada. Em 1998, a floresta subcaducifólia possui cerca de com 1.25 km² preservada, aumentando cerca de 5km² de área desmatada, registrando assim, a diminuição de 1.25 km² de floresta nos últimos anos.

Esse município em 1986 possuía cerca de 31.25 km² de cerrado preservada e 25 km² de cerrado desmatado. Em 1998 área de cerrado preservado é de 2.5 km², enquanto a área de cerrado desmatado aumenta para 65 km². O desmatamento do cerrado nos últimos 12 anos corresponde à área aproximada de 33.75 km². Em 1986, a mata de galeria possuía cerca de 12.5 km², diminuindo em 1998 para 1.25 km². O desmatamento da mata de galeria corresponde cerca de 11.25 km² nos últimos anos (Quadro 01).

A soma da área total preservada em 1986 é de 46.25 km², diminuindo em 1998 para 5 km² de área conservada. Em relação à área total desmatada (cerrado e floresta subcaducifólia) em 1986 corresponde há 28.75 km² e passa em 1998, para 81.25 km², parte da vegetação ciliar foi retirada, percebe que não se cumpriu à legislação quanto à preservação desse recurso. Essa quantidade de florestas, mata de galerias e cerrados

desmatados está diretamente ligada à ocupação e uso do solo nas práticas agropecuárias, expansão urbana.

No município de Porto Esperidião, na sub-bacia hidrográfica não registra ocorrência de floresta subcaducifólia, Em 1986, possuía cerca de 5 km² de cerrado preservado e 8.75 km² desmatado. Em 1998 a área de cerrado preservado 4.0 km² e desmatado aproximadamente 11.75 km². Em 1986, possuía 5 km² de área de mata de galeria em 1998, essa área diminuiu para 3 km², com perda 2km² da mata.

Quadro 01 - Dados referentes ao uso do solo nas áreas correspondente a bacia hidrográfica do Rio das Pitãs no período de 1986 a 1998

Municípios	USO DO SOLO 1986 A 1998 km ²									
	Mata de Galeria km ²		Área Desmatada Floresta Subcaducifólia km ²		Cerrado km ²	Área Desmatada Cerrado km ²		Floresta Subcaducifólia km ²		
	1986	1998	1986	1998	1986	1998	1986	1998	1986	1998
Araputanga	-	-	122.5	127.5	-	-	-	-	11.25	6.25
Indiavaí	-	-	28.75	34.35	-	-	-	-	16.25	10.65
Mirassol D' Oeste	12.5	1.25	3.75	5.00	31.25	2.50	25,00	65.00	2.50	1.25
Porto Esperidião	5.00	3.00	-	-	5.00	4.00	8.75	11.75	-	-
São José dos Quatro Marcos	16.25	3.75	120.00	180.00	-	-	-	-	66.25	18.75

Na sub-bacia hidrográfica do município de Porto Esperidião, em 1986, registra cerca de 10 km² de área preservada, porém em 1998 encontra-se com 7 km², perdeu 3 km² da área nos últimos anos. Em 1986, área total

desmatada registra cerca de 8.75 km² e em 1998, 13.75 km², aumentando 5.0 km².

No município de São José dos Quatro Marcos em 1986 possuía cerca de 66 km² de florestas subcaducifólia, apresentava cerca de 120 km² de floresta desmatada. Em 1998, aparece cerca de 18.75 km² de florestas subcaducifólia com 180 km² de área desmatada, cresceu nos últimos anos 60 km² da extensão. Em 1986, registra 16.25 km² de mata de galeria em 1998 para 3.75 km², diminuindo 12.5 km², em 12 anos. Em 1986, aparece cerca de 82.5 km² de áreas preservadas (mata de galeria e florestas subcaducifólia) em 1998 essa área reduz para 22.75 km² de conservação. Enquanto as áreas desmatadas 1986 eram de 120 km² aumentando em 1998 para 192.5 km². Os desmatamentos podem estar associados práticas agropecuárias e a crescente urbanização.

Sendo assim, a ocupação e o uso do solo no espaço-temporal na sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitãs no período de 1986 a 1998 tiveram mudanças significativas nos perímetros urbanos e rurais. Essa retirada da vegetação dos municípios, na sub-bacia hidrográfica, são destinadas principalmente ao uso de práticas na agricultura, criação de animais e o crescimento urbano, em 1986 registrava cerca de 308.75 km² de área desmatada (cerrado, floresta e mata de galeria), em 1998 passa 449.35 km² de área desmatada (Figura 5).

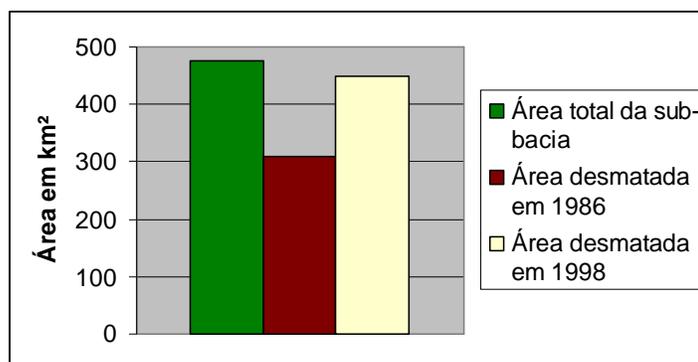


Figura 5 - Área da sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas e área desmatada em 1986 e 1998

A ocupação da sub-bacia ocorreu nas últimas décadas, sobretudo em função de programas governamentais de ocupação da região Centro-Oeste que levaram as mudanças significativas na dinâmica populacional, bem como na economia. A implantação de eixos rodoviários, como a BR 070, MT 174 e 175, tornou-se um marco definitivo facilitando a ocupação populacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área preservada no ano de 1986 era de 166.25 km², em 1998 passou para 51.40 km², uma proporção baixa em relação à área total. Perdendo nos últimos anos 114.85 km² da vegetação natural, e aumentando para 130.60 km² de florestas, mata de galerias e cerrados desmatados.

A falta de planejamento no uso dos recursos naturais, e a exploração imediatista (desmatamento de encostas e nascentes, queimadas) geraram muitas conseqüências ambientais, dentre elas os problemas de erosão do solo e assoreamentos em partes da Bacia Hidrográfica do Rio Jauru.

A discussão sobre a importância dos recursos hídricos, propostas de gestão, bem como criar uma base de dados cartográfica e teórica da sub-bacia hidrográfica do córrego das Pitas é para garantir a preservação deste recurso natural.

O uso inadequado desse recurso hídrico provoca mudanças no regime hidrológico, como assoreamentos dos rios, enchentes, diminuindo a quantidade e alterando a qualidade da água, comprometendo o funcionamento fluvial do córrego das Pitas e da bacia hidrográfica do rio Jauru. O Código Florestal determina o uso dos recursos hídricos e entorno das atividades humanas (agropecuárias, comércio e dentre outros) a 50 metros de distância da nascente.

De acordo com a Política Nacional dos Recursos Hídricos a integração da gestão das águas e a ambiental visa atender em situações de escassez o

uso prioritário da água para o consumo humano e dos animais. Devendo a gestão proporcionar sempre o uso múltiplo das águas.

Monitorar a nascente e as margens ao longo do perfil longitudinal deste córrego, para propor medidas de recuperação, verificar o grau de erosão, bem como coletar amostras de sedimentos (fundos e suspensão) para identificar os materiais que estão sendo transportados e depositados no leito do rio, averiguar a quantidade e qualidade da água, Com intuito de abordar os problemas e as soluções para conservação destes recursos naturais.

REFERÊNCIAS

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Geomorfologia**. 2ª edição. São Paulo: Edgard Blucher, 1980.

GUERRA, A. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.

LANNA, A. E. L. **Gerenciamento de bacia hidrográfica: aspectos conceituais e metodológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995. (coleção meio ambiente).

SEPLAN. **Zoneamento socioeconômico-ecológico: Levantamento de reconhecimento de baixa intensidade dos solos do Estado de Mato Grosso**. Nível Compilatório. Cuiabá-MT, 2000.

STRAHLER, Arthur N. **Hypsometric (área-altitude) analysis of erosional topography**. Geol. Soc. America Bulletin, 1952 p 63.

O PROBLEMA DO LIXO URBANO E O MARKETING NA QUALIDADE DE VIDA

Marcos dos Santos³⁴

RESUMO: Este artigo trata da questão dos resíduos sólidos no ambiente urbano e do marketing na qualidade de vida da população. Constitui-se de um estudo descritivo realizado através de pesquisa de campo, realizada por método de observação direta, e bibliográfica. Os dados demonstram que a produção de resíduos sólidos no ambiente urbano vem aumentando significativamente no município de Cáceres/MT, sendo que o tratamento final dos resíduos sólidos não atende a demanda de geração. Conclui-se que os órgãos e gestores competentes devem articular ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento para tratar de forma integrada e adequada a coleta, transporte, tratamento e destinação final do lixo no espaço urbano, pois a qualidade de vida da população depende também de ações desta natureza.

PALAVRAS-CHAVE: Lixo Urbano – Qualidade de vida – Cáceres/MT

INTRODUÇÃO

Analisando as questões do espaço urbano podemos dentre várias destacar o problema do “lixo urbano”, que em muitos casos, nasce dentro dos lares, dos comércios, das fábricas, das ruas e avenidas e que quando se juntam começam a desencadear conseqüências, além do simples mal cheiro ou incômodo visível.

Assim sendo, neste trabalho, poderá ser percebido que desde os primórdios da raça humana o lixo já fazia parte do processo de evolução e que continua até ao dias atuais. Segundo Mattos (2005) tudo que caçavam, pescavam, extraíam, tinha aquilo que se aproveitava para saciar a fome do grupo no interior das cavernas e também já aparecia o que era descartado, sem utilidade, indesejado e que deveria ser jogado fora, depositado muitas vezes em uma distância próxima de onde estavam, mas que não chegava ao

³⁴ Prof. do Departamento de Geografia da Unemat. Email: marcos_santos_ms23@hotmail.com

incômodo grave, porque a quantidade não era em grandes dimensões. Com o aumento desses povos e a fixação deles em aldeias, cidades e já falando dos grandes impérios e civilizações do passado, cresce a produção desse lixo descartado e começa a surgir um grande acúmulo que para amenizar, ele era queimado ou enterrado, começando então o lixo a se tornar um problema urbano. Neste sentido, Baasch (1995, p. 48) afirma que:

[...] os problemas com o manejo dos resíduos existem desde que os seres humanos passaram a se congregarem em tribos, vilas e comunidades e o acúmulo de resíduos tornou-se uma consequência da vida.

Na atualidade, isso tem se agravado muito mais. O grande e crescente número de habitantes em todos os países, o aumento na expectativa de vida na maioria dos continentes, a melhoria na qualidade de vida baseada no aumento da renda *per-capita*, a industrialização que vem acelerando o processo de urbanização, o capitalismo com o auxílio da mídia que cada vez mais tem influenciado, tornando as pessoas consumistas, tudo isso sendo somado, vem como consequência a produção de lixo no espaço urbano e que em muitos casos, está custando até a vida de pessoas por esse material não estar sendo tratado da forma correta.

Na maioria das grandes cidades onde a produção desses descartados é maior, freqüentemente assistimos pelo noticiário a reportagem de fatos lastimáveis provocados pelas enchentes ou pela contaminação de recursos hídricos que na maioria são utilizados para o abastecimento da própria casa. Neste sentido Modesto Filho (2010, p. 13) afirma que:

[...] as dificuldades de manutenção de um sistema de coleta de lixo e destinação final eficientes estão atreladas às dificuldades financeiras, à falta de gerenciamento das administrações municipais, à precariedade de informações à população sobre a importância dos cuidados no manejo e tratamento dos resíduos sólidos produzidos, assim com a carência de recursos humanos.

Em outras situações nos deparamos com pessoas que até o momento não obtiveram o sucesso desejado na vida e acabaram se conformando em deixá-la passar, sobrevivendo do lixo. Quando esse é um modo de trabalho, embora honesto, mas informal, sem o mínimo de segurança ou qualidade para sua própria vida. Cada vez crescendo a proliferação de baratas, ratos, moscas, escorpiões e até pernilongos, com tanto lixo descartado, contribuindo para o surgimento de doenças, causando mal estar nas pessoas, não só por viver em contato com esse lixo ou insetos, mas também pela poluição do ar e visual.

Exposto tudo isso, onde está a total qualidade de vida? Para se inserir no marketing da qualidade de vida o cidadão deve analisar suas atitudes, suas práticas diárias, quanto à preservação do ambiente urbano. Seja parte de uma sociedade civil ou organizada, todos nós temos uma parcela de contribuição na preservação ou na destruição desse ambiente.

Qualidade de vida é, quando o cidadão pode desfrutar de todos os benefícios que sua classe social lhe permite usufruir, mas ao mesmo tempo não causar danos à natureza que possa oferecer risco para sua própria saúde e até mesmo à vida. Cabe a cada um lutar, se conscientizar de que estamos inseridos plenamente na esfera natural e que quanto mais preservar a natureza como um todo, mais se estará preservando a vida humana.

RESÍDUOS SÓLIDOS E A SOCIEDADE

Muito tem se falado sobre a preservação ambiental. Pessoas, entidades, ONGs, que lutam, não medem esforços por essa causa. Mas os que temos visto são seguidas catástrofes ecológicas provocadas por um pequeno grupo que na obceção pelo dinheiro, deixam de lado a qualidade de vida de milhares, milhões de seres humanos, chegando a nem se preocupar com sua própria geração futura que não terá o privilégio de conhecer as maravilhas naturais que seus antepassados desfrutaram.

Hoje, a sociedade quando se sente incomodada com o resto daquilo que utilizou tem por costume ensacolar ou encaixotar e depositar a qualquer hora do dia ou da noite em uma calçada de uma rua ou avenida, seja de um bairro central ou de periferia, seja asfaltado ou não e passam a pensar que a partir daquele momento aquela produção indesejada não é mais de sua responsabilidade. A única preocupação são com as promoções nos supermercados, nas lojas de calçados ou de roupas para que possam continuar com o consumismo desenfreado. E como consequência desse consumo, quanto mais se consome, mais lixo é produzido, como por exemplo: caixas de papelão, plástico, papel, garrafas pet, papel picado dentre outros, conforme podemos verificar na foto abaixo.



Figura 01 – Lixo no perímetro urbano de Cáceres/MT
Fonte: SANTOS, 2009

Esse caso em específico e que não é diferente dos demais, grande quantidade de papel, sacola plástica e caixas foram depositadas. Ao longo do dia e esse material começa a ser levado pelo vento natural ou provocado pelo vai e vem dos carros, espalhando-os para todos os lados e principalmente levado para dentro dos bueiros. E como fica a preocupação com a qualidade de vida? Esse material descartado, despejado e indesejado,

saiu da natureza como um bem valioso e estará retornando para os lixões sem nenhum valor. Toda a urbanização realizada pelo poder público se perde, descaracterizando totalmente o ato de preocupação com a limpeza ou higiene pública, parecendo até uma terra ou “cidade liberal”, onde empresas privadas ocupam o espaço público e a partir daí começam a praticar ações que fogem dos padrões naturais de postura ou de ordem.

Se houvesse de fato a preocupação com a separação de todo esse lixo composto por papel, com destino certo, que seria a reciclagem, a cada 50 quilos desse material, uma árvore deixaria de ser cortada. Estaria diminuindo o volume de lixo jogado nos aterros sanitários ou em lixões, como ocorre na maioria dos municípios brasileiros. Podendo ainda garantir uma vida útil maior aos aterros sanitários, reduzindo também as áreas ocupadas para o depósito de lixo a céu aberto, ou seja, à poluição ambiental.

Muitas vezes nos deparamos com situações onde o próprio proprietário do comércio ou morador, encaixota todo o lixo gerado durante o dia e simplesmente joga, deposita em um terreno baldio desprovido de muro ou edificação, pensando que essa história já teve fim. Não se preocupando em momento algum com a questão da estética, da saúde pública, poluição, etc. Alguns, pensando em amenizar um pouco, acabam queimando esse material, poluindo ainda mais o ambiente. Na maioria dos casos o que temos visto são calçadas abarrotadas de lixo, desde o amanhecer até ao anoitecer, de terrenos que nos confundem, até nos faz pensar que são áreas utilizadas pelo poder público para ser um depósito de lixo urbano, conforme nos mostra a foto 02:



Figura 02 – Lixo nas calçadas da cidade de Cáceres/MT
Fonte: SANTOS, 2009

Nesse caso, percebemos outro agravante que é a produção do chorume. Uma substância líquida, formada pela decomposição da matéria orgânica, altamente contaminada, que estará escoando para os bueiros, podendo atingir também o lençol freático. Nessa decomposição também é produzido o gás metano (CH₄) que contribui para o aquecimento global.

Outro fator preocupante que vem tirando a paz de milhões de brasileiros são os freqüentes alagamentos ocorridos nas áreas urbanas. Pois com as fortes chuvas e com o calçamento em concreto e o asfalto, isso tem impossibilitado a impermeabilização da água. E não podemos tirar um pouco da responsabilidade, os bueiros estarem na maioria assoreados, por terra, sacolas plásticas, garrafas pet, latas de alumínio, animais mortos e outros objetos que nos surpreende, ou seja, lixo.

Exemplo típico disso está na próxima foto, onde aparece grande volume de lixo dentro da boca-de-lobo colocando em risco todo o fluxo de vazão de água durante uma chuva. Esse caso não é típico somente nessa

cidade. Isso tem acontecido em muitas outras, onde nem o poder público nem a sociedade têm conscientização suficiente para não permitirem isso.



Figura 02 – Lixo nas calçadas da cidade de Cáceres/MT
Fonte: SANTOS, 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Lixo”, segundo os dicionários, é algo sem utilidade, repugnante, etc. Mas hoje, sabemos que não podemos fazer essa mesma atribuição para todo e qualquer tipo de lixo, pois a maioria deles podem ser reaproveitados, sendo muitas vezes matéria-prima para uma nova confecção de produtos. Pois, 50 quilos de alumínio reciclado equivalem a 250 quilos de bauxita. O material separado corretamente e reciclado é repassado à associações de recicladores, que revendem esse material para empresas. Isso garante a elas uma renda mensal, que permite uma vida mais digna, melhora o aspecto visual da cidade, pois as ruas ficariam mais limpas e bonitas. Podendo até falar em desenvolvimento sustentável, ou seja, o homem estaria se desenvolvendo nos mais variados aspectos: econômico, social, populacional

e não estaria causando danos ao meio ambiente natural nem mesmo ao ambiente social. Isso contribui com uma mudança de comportamento que pode deixar o planeta mais limpo e melhor, ou seja, podemos ajudar o mundo com o simples ato de separar e reciclar o lixo.

Além dessas vantagens, cenas como as exibidas em fotos anteriores não seriam mais vistas, pois não só o solo está sendo contaminado, mas também o lençól freático que recebe o chorume. Grandes áreas que são desmatadas para serem utilizadas para o aterro sanitário sem nenhum controle. Com a queima do lixo, o fogo acaba se espalhando pela vegetação do cerrado, aumentando ainda mais os impáctos. Com as chuvas, a enchurrada se mistura com o chorume e contamina todos os recursos hídricos à jusante. Até mesmo o gado leiteiro sofre com o problema. Eles são atraídos pelo lixo orgânico (restos de repolho, tomate, cenoura, alface e alimentos-sal) e acabam se alimentando desse mateiral. Com isso, como fica a qualidade dessa carne e desse leite comercializados na cidade?

Como fica a qualidade de vida? Sem percebermos, muitas vezes sofremos um mal que nós mesmos somos os causadores. E o poder público, fiscalizador, que é o responsável em coibir tal falha da sociedade, acaba sendo conivente. Aproveitando de atitudes daqueles que apenas retiram os descartados de dentro dos seus domínios e depositam em um lugar qualquer acaba fazendo o mesmo. Resta-nos passar a ter a consciência dessa problemática que nos rodeia, ensinando outro padrão de comportamento as crianças e cobrando dos gestores públicos aquilo que lhe compete executar. Promovendo a construção de uma sociedade mais responsável e ecologicamente sustentável.

REFERÊNCIAS

BAASCH, Sandra S. N. **Um Sistema de Suporte Multicriterio Aplicado na Gestão de Resíduos Sólidos nos Municípios Catarinenses**. Tese de Doutorado em Engenharia da Produção. Florianópolis/SC: UFSC, 1995.

BEZERRA, D. O. S. **Resíduos Sólidos: uma questão sócio-econômica-cultural.** Cáceres, 1997.

MODESTO FILHO, Paulo. **Resíduos Sólidos Urbanos: elementos para uma reflexão.** 2010. (Mimeo).

MATTOS, Geraldo. **Dicionário Junior de Língua Portuguesa.** 3ª Ed. São Paulo: FTD, 2005.

PCNs, Parâmetros Curriculares Nacionais. **Introdução.** Secretaria de Educação Fundamental. 2ª Ed. RJ. DP&A, 2000.

_____. **História e Geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. 2ª Ed. RJ. DP&A, 2000.

SISINNO, Cristina L. S.; OLIVEIRA, Rosália M. de. **Resíduos Sólidos, Ambiente e Saúde: uma visão multidisciplinar.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.

VERDUM, Roberto (Org.) **Ambiente e Lugar no Urbano.** Porto Alegre: UFRS, 2000.

CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL ENTORNO DO CORRÉGO DO FONTES, ENTRE A RUA PEDRO ALEXANDRINO E A RUA DA MARAVILHA – CÁCERES MT: SUBSÍDIO PARA GESTÃO

Célia Alves de Sousa³⁵

José Carlos de Oliveira Soares³⁶

Elisângela do Nascimento Cintra³⁷

RESUMO: A temática ambiental, especialmente no que se refere a proteção dos recursos hídricos faz presente e necessário nas discussões do homem moderno. Dessa forma o objetivo desta pesquisa foi de avaliar a degradação do canal Fontes e identificar a situação atual no entorno, identificando assim, o percentual de vulnerabilidade deste canal em decorrência da retirada da cobertura vegetal original. O trecho estudado está localizado entre as ruas Pedro Alexandrino e das Maravilhas, na divisa entre os bairros Cavalhada e Vila Irene na cidade de Cáceres-MT. A metodologia utilizada teve por base os fundamentos do Geossistema e se operacionalizou através de pesquisa de campo, onde procedeu-se caracterização do entorno, levantamento dos aspectos fitogeográficos e quantificação do número de indivíduos por m². Os resultados demonstram que a urbanização tem pressionado o canal especialmente na margem esquerda, provocando deposição de sedimentos e lixo ao longo do canal.

PALAVRAS CHAVE: canal fluvial, cobertura vegetal, urbano, pressão antrópica

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida no córrego Fontes entre as ruas Pedro Alexandria e Primavera, Perímetro urbano de Cáceres, Tendo como objetivo avaliar de degradação do canal e cobertura vegetal no entorno.

³⁵ Professora do Departamento de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso.
Email: celiaalvesgeo@globo.com

³⁶ Professor do Departamento de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso.
Email: zecarlosgeo@hotmail.com.br

³⁷ Graduada em Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso

Interpretando a bacia como sistema hidrogeomorfológico Coelho Neto (1996) afirma que alterações significativas na composição ambiental de certa porção da bacia poderão afetar as outras áreas situadas a jusante, resultando na transferência de impactos para outras unidades de bacia.

O processo de urbanização pode alterar a dinâmica de uma bacia hidrográfica ou trecho dessa bacia. As mudanças que ocorrem com o desenvolvimento urbano em bacia hidrográfica, podem alterar o equilíbrio e estabelecer novas condições de equilíbrio. No período de implantação da cidade os solos ficam expostos e sujeitos à erosão. A realidade brasileira mostra que o período de construção de uma cidade pode durar décadas.

Os impactos indiretos das atividades humanas na bacia hidrográfica pela urbanização envolvem desmatamento e mudanças das margens; alteração no índice e frequência da precipitação; mudanças na rede de canais; transferências de águas entre bacias; criação de superfícies impermeáveis; modificação da estrutura e propriedades físicas do solo e exposição de superfícies do solo nu, especialmente nos locais de construção, alterando, assim, os aspectos morfológicos e hidrológicos da bacia hidrográfica (Wolman, 1967).

O processo de urbanização (ruas não pavimentadas, terrenos nus, área em construção) torna o solo propício ao escoamento superficial, erosão do solo e deposição de sedimentos nos rios. Além do entulhamento dos rios, devido ao lançamento de dejetos, detritos e resíduos químicos, o aumento da descarga induzido pela urbanização promove remobilização de sedimentos e erosão no próprio canal (Odemerho, 1988).

A ausência de um sistema eficiente de coleta de lixo e falta de consciência ambiental da população, faz com que o resíduo seja lançado indiscriminadamente e extensivamente dentro dos córregos urbanos. Esses depósitos de lixo não somente oferecem considerável resistência hidráulica ao fluxo, mas, também, reduzem a velocidade do córrego, promovendo

alagamento nas partes anteriores aos depósitos, empoçamento e sedimentação (Odemerho, 1988), induzindo a rápida agradação do canal.

Para Ebisemiju (1989), a diminuição na capacidade do canal fluvial com a urbanização, é atribuída à diminuição substancial na profundidade e aumento da largura do leito, como resultado da rápida taxa de agradação (deposição de sedimentos), induzida, também, pela baixa competência do rio e a presença de depósito de lixo nos canais fluviais. Os sedimentos elevados pelo escoamento superficial são espalhados lateralmente e também crescem verticalmente, promovendo, assim, inundações locais, alagamentos e sedimentação.

Quanto à necessidade de planejamento no uso do solo urbano, Christofolletti (1996) procura mostrar a importância de planejar a ocupação de áreas urbanas ou em processos de urbanização, evitando, assim, problemas de ordens ambiental, social e econômica. O planejamento contribui para minimizar a atuação dos processos erosivos nas margens, evitando, assim, que grande quantidade de sedimentos chegue aos canais fluviais, além de diminuir outros impactos ocasionados pelo uso inadequado do solo urbano.

METODOLOGIA

Área de estudo

O córrego dos Fontes encontra-se na cidade de Cáceres-MT, o estudo foi realizado entre rua Pedro Alexandrino de Lacerda e rua das Maravilhas.

Para realização do estudo alguns procedimentos

Revisão bibliográfica

Revisão bibliográfica sobre a temática e da área de estudo.

Trabalho de campo

Observação e descrição das características atuais do córrego Fontes;

Identificação das espécies vegetais arbóreas presentes no entorno do córrego e quantificação do número de indivíduos arbóreas por m² na área de entorno próxima do córrego e em área próxima deste que ainda guarda todos os aspectos da vegetação original.

Trabalho de gabinete

Verificação da densidade média de vegetação por m², para ter concluído a densidade média de vegetação ideal que teria condições de oferecer 100 % (cem por cento) de proteção ao córrego à partir da mata ciliar, cujo parâmetro é o Código Florestal, Lei nº 4.771/65. Para proceder essa análise, considerou-se o procedimento metodológico utilizado por Soares (2009, p. 55 e 56), que subdivide-se em duas etapas:

a) Identificação do número de indivíduos arbóreas por m² para identificar o índice percentual real que atualmente a vegetação tem oferecido de proteção ao córrego. Esta atividade considerou a fórmula de densidade [ind./m²] assim descrita:

$$\rho = \frac{n^{\circ} \text{ ind.}}{\text{área}}$$

Onde: ρ = densidade média da vegetação; n^o ind = número de indivíduos; área = área em m².

Para quantificar o número de indivíduos por área, considerou-se apenas as unidades arbóreas lenhosas com ramificações que sobressaíssem do caule a partir de 50 cm do nível do solo (SOARES, 2009 apud YAMAMOTO et al, 2005).

b) Cálculo da porcentagem propiciado pela cobertura vegetal ao córrego. Neste sentido, para chegar a essa porcentagem, adotou-se o seguinte procedimento matemático do autor acima descrito:

Onde:

PRP= porcentagem real de proteção

VR= densidade média de vegetação real do entorno

LPI= limite de densidade de vegetação ideal.

O limite de densidade média de vegetação ideal, é obtido da densidade média de vegetação, por m^2 , em área da mesma unidade de paisagem no entorno que, num raio de 30 m^2 , ainda guarda todas as características da vegetação original, sendo esta, então, a densidade média de vegetação necessária para guardar 100% de proteção da nascente, à partir do componente arbóreo. A densidade média de vegetação num raio de 30 m^2 é obtido pelo número de indivíduos num raio de 30 m^2 , dividido pela respectiva área.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características do Córrego Fontes

O córrego Fontes trata-se de córrego urbano com varias alterações ao longo do seu percurso, a mata ciliar foi retirada, ficando pequenas espécies esparsas. No entorno foram construídos residências, comércios e ruas (Figura 1).



Figura 01– Córrego Fontes entre as ruas Pedro Alexandrino e Maravilha

Na margem esquerda, para utilização das áreas de inundação são colocados aterros e posteriormente são realizadas as construções e vias de acesso, tornando as áreas impermeáveis, dificultando a infiltração. Próximo do córrego na margem direita existe valas (buracos) que foram cavados para retirar argila para abastecer cerâmicas. Na atualidade são utilizados para depósitos de lixo (restos de construções, domésticos e animais mortos, dentre outros), podendo contaminar o córrego.

Pelo fato de ser córrego urbano o seu entorno possui ruas e quintais de residências. No período chuvoso ocorre escoamento superficial, contribuindo para aumento da carga de sedimentos no leito. A carga de sedimentos que chegam ao canal contribui para diminuir a sua profundidade, sendo necessário o procedimento de dragagem. Porém os sedimentos são deixados próximo do leito e estes retornam para a calha no próximo período chuvoso (Figura 2).



Figura 02 – Uso das margens ao longo do córrego

O leito possui desnível acentuado, no primeiro patamar existem árvores esparsas e capim. Observa a atuação de processos erosivos como

ravinas e sulcos e isso contribui para aumentar a carga de sedimentos na calha devido o escoamento superficial. No segundo patamar ou, seja o leito de vazante, possui uma espécie de capim, que dificulta o escoamento da água.

Observa-se ao longo do trecho estudo, na calha do córrego, a presença de resíduos sólidos (lixos, restos de construções e animais mortos, dentre outros). Esgotos domésticos são lançados diretamente no canal, sem nenhum tratamento (Figura 03).



Figura 03 – Degradação do canal, lançamento de esgoto e água empoçada no canal

Cobertura vegetal

A respeito da vegetação, no entorno do Canal do Fontes reconhece-se que esta é do tipo Floresta Estacional Semi-decidual Aluvial (Floresta Tropical Subcaducifólia). Segundo Soares (2009) apud PCBAP (1997), regionalmente, esta fitofisionomia pode ser reconhecida como Mata ciliar ou de galeria. No conjunto desta fitofisionomia, estão presentes os seguintes tipos arbóreos, característicos da vegetação original.

As espécies encontradas no entorno do córrego são típicas da área de cerrado, porém, hoje encontram-se bastante esparsas e localizadas em pequenos fragmentos apenas à margem direita do córrego. Na margem esquerda, devido o processo de urbanização, atualmente não se encontra qualquer indivíduo de qualquer espécie da vegetação original.

No que diz respeito a proteção que a mata ciliar pode oferecer ao córrego, pode-se dizer que na margem direita ainda se encontram pequenos fragmentos da vegetação original. Nessa área, ocorre em média 0,6 indivíduos de vegetação arbórea por m². Em área próxima, que num raio de 30 m² ainda guarda todas as características da vegetação original contou-se 65 unidades arbóreas. Dessa forma, considerando o Código florestal/ 65 e as fórmulas indicadas na metodologia deste trabalho, seria necessária a ocorrência de 2,16 indivíduos/m² para que o córrego tivesse 100% (cem por cento) de proteção.

No entanto, o que ocorre de fato é que totalizando 0,6 indivíduo/ m², pode-se dizer que o índice real de proteção na margem direita do córrego corresponde apenas 27 % de possibilidade dessa proteção acontecer.

Faz-se importante ressaltar ainda que os dados do quadro 02 apontam aspectos da vegetação na margem direita do córrego. Na margem esquerda, tendo em vista a pressão provocada pelo processo de urbanização, onde se verifica a existência de rua e construções à margem do córrego, não se observou nenhum fragmento ou qualquer unidade arbórea remanescente da vegetação original, assim, pode-se dizer que esta margem encontra-se totalmente, ou, 100% (cem por cento) desprotegida pela mata ciliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana tem provocado o avanço das populações sobre os curso d água e isso tem provocado o desaparecimento de córregos ou tornado inviável o seu uso devido a contaminação provocada sobre suas águas.

O trecho do Canal do Fontes, localizado entre as Pedro Alexandrino Lacerda e rua das Maravilhas, na divisa entre os bairros Cavalhada e Vila Irene, não foge à esta realidade. No local, observam-se impactos provocados pela atividade humana como deposição de lixo, soterramento do canal

através de deposição proveniente do alargamento da rua do entorno, interferência na calha para dragagem e retirada da mata ciliar.

No trecho estudado, as duas margens encontram-se impactadas, porém, é na margem direita que se evidencia a maior pressão humana sobre o córrego. Ao longo prazo, esse processo pode tornar-se mais agudo e deixar como conseqüência a total descaracterização do canal.

Com base nestes apontamentos, ressaltamos algumas alternativas para o uso e conservação do canal no trecho estudado, quais sejam:

- Arborização através do plantio direto de mudas ao longo da margem esquerda do canal com espécies da vegetação original que já se encontram inventariadas neste trabalho. Esse processo poderá ser feito seguindo espaçamento por m² da vegetação original, conforme diagnóstico apontado nesta pesquisa, envolvendo os moradores do entorno e com incentivo e participação do poder público;

- Participação efetiva da população do entorno na recuperação e proteção da vegetação do entorno. Para isso, através sensibilização que culminaria com campanha de plantio de mudas, cada família adotaria pelo menos uma muda que seria adotada e cuidada até o seu crescimento total.

Sabe-se que atividades desta natureza não acontecem sem o envolvimento de poder público e comunidade, dessa forma, tanto para este córrego quanto para outros canais urbanos, vimos como necessário pensar em políticas que possam redirecionar o uso desses canais pela comunidade. Tudo isso não acontece sem pensar em Educação Ambiental, cujo fomento está nas escolas localizadas em cada ponto da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHRISTOFOLETTI, A. Planejamento ambiental IN: CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. **Degradação Ambiental**/ in: Geomorfologia e Meio Ambiente A. J. T. Guerra e S. C. Cunha. (orgs) Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro 337-379. 1996.

COELHO NETTO, A. L. (*Hidrologia na Interface com a Geomorfologia*. In GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B., **Geomorfologia: Uma atualização de Bases e Conceitos**. Editora Bertrand, 93-148. 1995.

EBISEMIJU F. S. **The Response of Headwater Stream Channels to Urbanization in the Humid Tropics**. *Hidrological Processes*, Vol. 3. Inglaterra. 1989.

ODEMERHO F. **O Limited Downstream Response of Stream Channel Size to Urbanization in a Humid Tropical Basin**. *Professional Geographer*. V. 4, Number 3. Nigeria. 1992.

SOARES, J. C. O. **Estudo de Nascentes: Subsídio à Políticas de Gestão da Sub-bacia Hidrográfica do Córrego Caeté no Sudoeste de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso, 2009.

WOLMAN, M. G. **A Cycle of Sedimentation and Erosion in Urban River Channels**. *Geografiska Annaler*. 49 series A., 385-395p. 1967.

OCUPAÇÃO NA MARGEM ESQUERDA DA BAÍA TRÊS BOCAS NO MUNICÍPIO DE CÁCERES – MT

Eliane Maria da Silva³⁸

Célia Alves de Souza³⁹

RESUMO: A pesquisa foi desenvolvida na baía de Três Bocas, na área de expansão urbana de Cáceres, tendo como objetivo avaliar as mudanças ocorridas na margem esquerda devido o processo de ocupação. Realizaram-se os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica e leituras de obras sobre a temática. Para identificação das mudanças ocorridas na área, escolheu três trechos ao longo perfil longitudinal, delimitando 3 parcelas de 20 m², efetuou a contagem das árvores presentes, também foi realizado entrevista informal com antigos moradores da cidade de Cáceres. Segundo moradores antigos a ocupação desta margem esquerda do rio Paraguai, no trecho da baía de três bocas se deu juntamente com a urbanização da cidade de Cáceres, registra-se a construção de casas e clubes ao longo do perfil longitudinal, a densidade de vegetação varia de 0,01 a 0,19 indivíduos por parcelas.

PALAVRAS-CHAVE: baía Três Bocas, ocupação, vegetação.

INTRODUÇÃO

A pesquisa foi desenvolvida na baía de Três Bocas, na área de expansão urbana de Cáceres, tendo como objetivo avaliar as mudanças ocorridas na margem esquerda da baía, devido o processo de ocupação. A baía constitui área deprimida, contendo água, delineando formas semicirculares conectada ao rio Paraguai.

³⁸ Graduada em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso

³⁹ Professora do Departamento de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso.
Email: celiaalvesgeo@globocom

A importância deste local para a população cacerense, que motivou a realizar esta pesquisa, procurando identificar as reais causas da degradação e desta forma alertar a população de como podemos contribuir para diminuir a degradação desta margem.

A drenagem fluvial é composta por um conjunto de canais de escoamento interligados que formam a bacia de drenagem, definida como a área drenada por um determinado rio ou por um sistema fluvial. A quantidade de água que atinge os cursos fluviais está na dependência do tamanho da área ocupada pela bacia, da precipitação total e do regime, e das perdas devido à evaporação e a infiltração (CRISTOFOLETTI, 1980).

Na bacia Platina do rio Paraguai, drenando a porção sul e sudoeste do Estado. Os rios integrantes deste sistema caracterizam-se por possuir escoamento lento, correndo sobre aluviões recentes e sofrendo constantes divagações. O rio Paraguai é navegável em todo seu curso e os seus principais afluentes são: os rios Jauru, Sepotuba, Cuiabá e tributários da planície pantaneira (RADAMBRASIL, 1982).

O rio Paraguai percorre uma extensão de 2.693 km² em território brasileiro, neste percurso, existem quatro longos trechos. O Paraguai Superior corresponde à zona das nascentes ou das serras e, sendo assim caracterizar-se por apresentar um curso mais tormentoso, com diversas corredeiras. Por isso o Alto Paraguai corresponde ao trecho em que o rio desenvolve seu curso através da imensa bacia de recepção. Num total de 1.262 Km², desde a confluência do rio Jauru até o rio Apa, o desnível apresentado nesta planície é de apenas 32 metros, com máximo de 125 e mínimo de 83 metros (RADAMBRASIL, 1982).

O município de Cáceres encontra-se no Pantanal norte, possui área aproximada de 24.395 km². A fundação da Vila Maria do Paraguai, mais tarde denominada Cáceres, ocorreu em 1772, durante a administração do 4^o governador da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, com o propósito de impedir a evasão de imposto, considerada um ponto estratégico para escoamento do ouro através do rio Paraguai, cuja jazida encontrava-se na capital do Estado, Vila Bela da Santíssima Trindade. Na década de 70, o Governo Federal redefiniu o

desenvolvimento da região Centro-Oeste, a fim de modernizar e incentivar a economia regional. A região foi definida, pelo governo, como área de “integração regional”, o que promoveu várias mudanças no município de Cáceres, decorrentes da implementação de alguns projetos, tais como: a construção da ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai e a pavimentação da BR 364 e BR 070. Na década de 90, foram discutidas algumas políticas voltadas para o desenvolvimento regional de Cáceres, tais como: o projeto da hidrovia Paraguai-Paraná e implementação do turismo (Pantanal e rio Paraguai) (SOUZA et. al. ,2009).

Atualmente o que se observa em áreas urbanas, é o descaso que a população e os políticos demonstram ter, com a importância da mata ciliar, pois ao lado dos córregos, reservatórios e lagos urbanos em geral temos avenidas e ruas, e não florestas conservadas. Na zona rural, o uso das áreas naturais e do solo para a agricultura, pecuária, loteamentos e construção de hidrelétricas contribuíram para a redução da vegetação original nas margens dos corpos d’água, chegando em muitos casos a ausência total da mata ciliar (BARBOSA, 1989).

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

A área de estudo é a baía Três Bocas trata-se de um braço do Rio Paraguai, o trabalho foi desenvolvido na margem esquerda da baía no perímetro urbano de Cáceres (Figura 01).

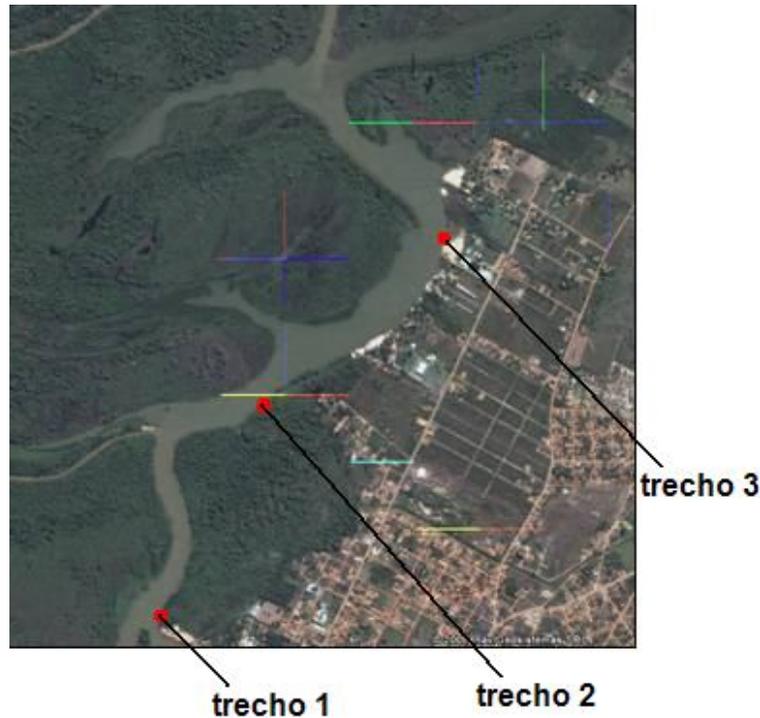


Figura 01 – Área de estudo baía Três Bocas em Cáceres Mato Grosso

Procedimentos Metodológicos

- **Levantamentos bibliográficos e fichamentos**

Revisão bibliográfica e leituras de obras sobre a temática e da área de estudo, além de consultas e levantamentos nos sites na Internet e em arquivos públicos, que venha contribuir para o presente estudo.

- **Mudanças na cobertura vegetal da margem**

Para verificar as espécies vegetais que ocorrem na área de estudo, foram consultadas pesquisas realizadas anteriores, nos trabalhos de pesquisa de Castrillon e Bezerra (2003).

Para identificar as mudanças ocorridas na área, escolheu três trechos ao longo perfil longitudinal. Delimitou-se áreas de 20 m², efetuou a contagem das árvores presentes nesta área demarcada, foi analisado as características de cada ambiente.

O estudo da vegetação buscou avaliar os seguintes aspectos:

- Identificação das espécies vegetais arbóreas presentes ao longo da margem esquerda do rio Paraguai.
- A densidade média da vegetação ainda existente na margem esquerda do rio, relacionando esta informação com a legislação pertinente (Código Florestal, Lei nº. 4.771/65). Para proceder essa análise, considerou-se a fórmula de densidade [ind./m²],

$$\rho = \frac{\text{n}^\circ \text{ ind.}}{\text{área}}$$

Onde:

ρ = densidade média da vegetação;

n^o ind = número de indivíduos;

área = área em m²

Para quantificar o número de indivíduos por área, considerou-se apenas unidades arbóreas lenhosas com ramificações que sobressaíssem do caule a partir de 50 cm do nível do solo (YAMAMOTO et al, 2005).

- **Uso e ocupação da margem**

A identificação do uso atual da margem foi realizada através de trabalho de campo, e conversa informal com antigos moradores da cidade de Cáceres.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A baía Três Bocas trata-se de braço do Rio Paraguai, com predominância de margem côncava e convexa. Na margem direita a preservação é visível, devido à presença de vegetação mais densa. Na margem esquerda, pode se considerar como área de expansão urbana de Cáceres. A presença de residências, chácaras, e clubes são grandes nesta margem, porém ainda existindo áreas conservadas.

Processo de ocupação da área (margem esquerda)

Contexto histórico

Contextualizando a expansão urbana de Cáceres, por volta do ano de 1876 a vegetação ciliar predominava principalmente em toda a margem esquerda do rio, (Figura 2). No entanto, com o desenvolvimento da cidade as mudanças foram acontecendo gradativamente, e toda essa área em que predominava o verde da vegetação aos poucos vai dando lugar às ruas, casas, comerciais, entre outros elementos que foi assim definindo a paisagem da cidade de Cáceres (Figura 3).

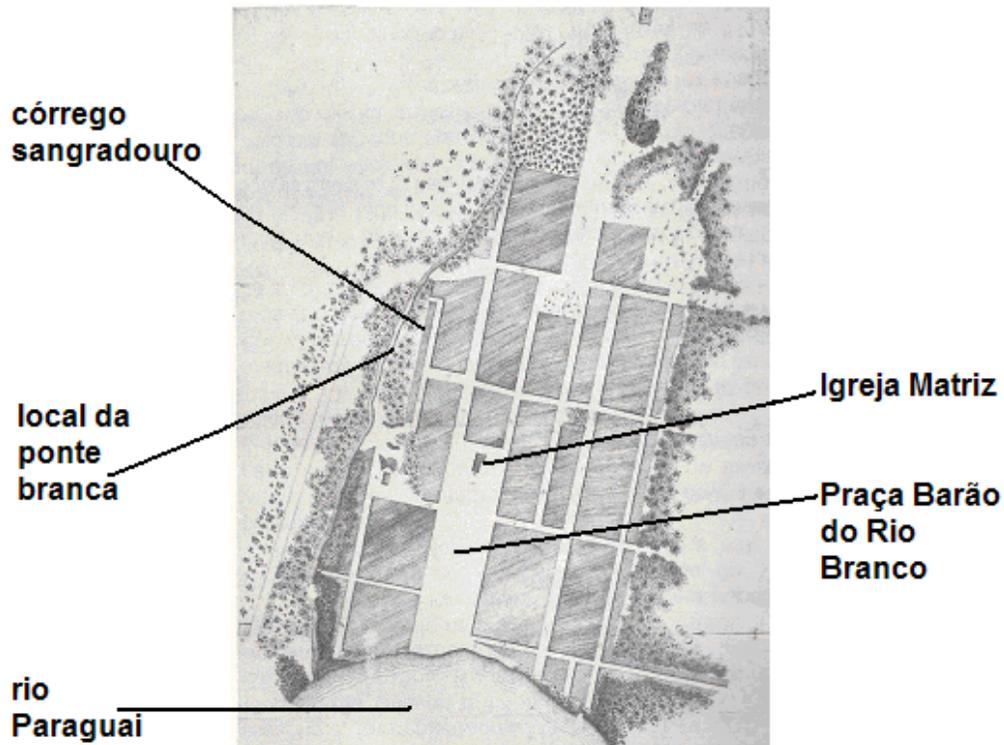


Figura 02 - Planta de Cáceres em 1876 (seção de iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)

Embora todas essas mudanças sejam inevitáveis, não se faz aqui críticas ao desenvolvimento da cidade, e sim uma preocupação com o modo

em que a ocupação vem sendo realizada, e os impactos que estas trazem tanto ao meio ambiente quanto ao homem.

Buscando referenciar os dados dessas mudanças, Arruda (2002) faz um levantamento dos noticiários do jornal: A Razão, que faz a descrição criteriosa de como os políticos administrava e determinava suas ações por volta do ano de 1930.

Assim, em 27 de setembro de 1929 o jornal “A Razão”, publicou:

Está assentada sobre uma planície a nossa querida cidade de Cáceres. Devia ser, portanto uma cidade absolutamente geométrica (...) O traçado primitivo começado pelos fundadores da cidade e continuado pelos seus primeiros habitantes, vem sendo desprezado. A cidade tem crescido extraordinariamente, em pouco mais de meio século tornou-se quase três vezes maior. Nós temos leis e posturas municipais, porém não sabemos compreender que elas são decretadas em benefício geral e por isso nós todos temos restrita obrigação de ns submeter ao que elas prescrevem. Em vez de cumpri-las, parece que sentimos prazer em desprezar as leis e desprestigiar a autoridade. Conseqüência: a nossa cidade está saindo um aleijão, vai dar o que fazer e custar caríssimo (...).

Nessa época, segundo Arruda (2002) toda a população era submetida às normas do Código de Postura, porém o desprezo a essas leis era nítido, traduzindo com isso uma falta de civilização:

[...] os jornais idealizavam (uma São Luiz de Cáceres), direcionando os poderes públicos e os cidadãos para uma convivência harmônica com ela, e, nesse sentido, eles mapeiam a cidade, mostrando os lugares marcados por sua estabilidade, isto é, lugares que expressam uma funcionalidade como a praça, o porto, a igreja, etc. Os investimentos realçam, de forma sutil, a importância desses lugares, para os quais reivindicam constantemente melhorias.

Contudo, o espaço urbano não pode ser entendido como um lugar de espaços controlados, pois são as vivências multiformes que tecem os lugares da cidade.

Segundo moradores antigos a ocupação desta margem esquerda do rio Paraguai teve início da década de 60, no trecho da baía de três bocas se deu juntamente com a expansão da urbanização da cidade de Cáceres, ou seja, por encontrar na área central à medida que a cidade crescia, expandia-se a urbanização.

Nos trechos na baía mais distante do centro era ocupado pela população carente, com a construção dos clubes sociais o local passou ser mais valorizado, fazendo com que a infra-estrutura fosse melhorada, com isso a área passou a ser mais freqüentada e valorizada, atraindo pessoas que possui maior poder aquisitivo. O alto valor oferecido por essas terras atraía os moradores mais carentes que aos poucos foram deixando o local.

Com todo esse crescimento essa região da cidade passou a ter os cuidados dos políticos, que passaram a investir em infra-estrutura do local, valorizando ainda mais os terrenos ali existentes.

Segundo moradores antigos a baía Três Bocas era coberto por mata, porém com a expansão as pessoas foram descobrindo o local, principalmente para a prática da pesca, com isso aos poucos as áreas começaram a ser modificadas. A presença de pessoas fez com que a área recebesse um olhar diferente, incluindo certo interesse social e econômico.

Na atualidade observa-se é que o padrão de vida das pessoas que residem nesta margem é outro. A existência de chácaras e casarões aumentou, e somente um pequeno número de residências simples ainda resiste às mudanças.

Mais especificamente no trecho 1 o que se nota são mudanças freqüentes, pois segundo descrição dos moradores do local, antigamente era de uma mata fechada, totalmente preservada. No entanto, com a implantação do Festival Internacional de Pesca, visando explorar os recursos

naturais de Cáceres para proporcionar giro de dinheiro e com isso melhorar a economia, o uso do local passou a ser cada vez mais intenso. Com a prática desta atividade o local vem passando por constantes mudanças, a mini-praia que antes era freqüentada pela população para lazer de final de semana, agora é totalmente tomada pelas águas na época da cheia, ou na seca é simplesmente abandonada, não tendo como ser utilizada.

O fato da margem no 1 ponto ser utilizada para largada dos barcos fez com que a corrente de água aumentasse nessa área contribuindo para a erosão desta margem, além do que o uso de dragas é feito com freqüência para aumentar o fluxo de água e permitir acesso aos barcos.

No segundo trecho, que está localizado no centro da margem, se observa a existência das chácaras e grandes residências particulares, que descrita pelos moradores, estas foram aumentando a medida que a cidade crescia, ou seja após a melhoria nas ruas, iluminação, entre outros fatores.

No terceiro trecho localizam-se os clubes, que segundo a própria histórica dos mesmos o mais antigo possui 31 anos de existência. Neste trecho, descrito também pelos moradores como área antigamente preservada, hoje o que se observa é uma margem totalmente modificada, as espécies vegetais existentes foram introduzidas. A retirada da vegetação ocorreu pelo fato do homem ver a necessidade de instalar praias artificiais, visando ampliar a área de recreação do clube.

Contudo, segundo os moradores a margem ainda passa por constantes mudanças devido às atividades que vem sendo praticadas no local. Assim, como também o crescente número de pescadores ribeirinhos, e a instalação de clubes sociais, chácaras e residências particulares.

Se contextualizarmos historicamente a ocupação urbana de Cáceres, pode-se aqui registrar, segundo Mendes, (1973) que por volta dos anos 1930, Cáceres era cidade que se limitava ao centro, e toda a área ao redor era denominada área rural. A área de estudo aqui definida era formada por

chácaras e toda a margem do rio era vegetação densa. E o bairro aos arredores, era de cerrado.

Essa paisagem foi modificando a medida que a população crescia e a infra-estrutura melhorava, dando acesso à regiões ainda não exploradas. Com isso, a vegetação foi perdendo espaço para as casas, asfaltos, postes de iluminação, enfim para a ocupação do homem.

Importante acontecimento para alavancar, o interesse do homem em ocupar este local foi a construção do late Clube, que estrategicamente foi escolhido esta área por estar próxima ao centro da cidade e se localizar a margem do rio. Após a fundação do clube as mudanças passaram a ser cada vez mais intensas.

O late Clube de Cáceres foi fundado em 1º de janeiro de 1978 como sociedades civil, cultural, esportiva recreativa, de incentivos não econômicos. Desde o início Cáceres late Clube teve como principais objetivos desenvolver a educação física em todas as modalidades, e educação social e cívica, a cultura, a pesca amadora e as atividades esportivas aquáticas através de atividades que proporcionem também a confraternização entre os sócios.

Uso atual na baía Três Bocas

A diversidade da flora encontrada na margem esquerda do rio Paraguai, na baía Três bocas, é resultado da junção de elementos como o clima, relevo, recursos hídricos.

Castrillon, (2003), encontra-se 18 espécies de árvores, destacando: O Sarã - *Sapium obovatum Kl*, cujo fruto é utilizado como alimento dos peixes durante a época de cheia; laranjinha *Pouteria glomerata Mig. Realdk*, que dá um fruto utilizado pelos peixes como alimento e muito procurado como isca de pacu; falso-ingá *Zygia inaequalis H.B.K. Pitt.*, planta parecida com o ingá. Tem potencial ornamental e na produção de mel de abelha; cachuá ou veludo *Trichilia catigua A. Juss* e uma árvore com potencial ornamental que

pode medir até 8 m de altura; e Cambará *Vochysia divergens Pohl*, suas flores amarelas. Uma parte deste fragmento é formado por um cambarazal.

O uso da baía acontece de diversas formas, visto que a área encontra-se próximo do centro da cidade de Cáceres, com isso o acesso é mais fácil. Deste modo, as pessoas mais carentes que não possuem conduções, nem mesmo barco para descerem o rio para pescar, se utilizam da margem da baía Três Bocas para pescarem. Para facilitar o acesso são retiradas algumas espécies de vegetais, e conseqüentemente contribuindo para o aumento da erosão marginal, visto que a retirada das espécies vegetais aceleram esse processo. Outro fator que vale ressaltar é a retirada da vegetação nativa para construção de residências e área de lazer (clubes sociais).

Trecho 1

No trecho o barranco definido, encontra-se na margem côncava, o terreno possui pequena declividade, pois próximo da margem possui pequena elevação, adentrando na planície de inundação verifica-se pequeno desnível esse nível propicia a formação de abaciamentos, dando origem as áreas alagadas.

A água na área de planície não é parada observou a presença de nascentes com vários pontos de borbulhamento, além de pequenos canais fluviais. A presença das nascentes pode estar relacionada ao posicionamento do lençol freático, essa área de planície fluvial.

Quanto a condição ambiental da área existe várias trilhas, formada pelos pescadores de barranco em uma área de 20x20 m, conta-se 77 (setenta e sete) unidades, além da presença de pequenos arbustos e a vegetação rasteira, a densidade de vegetação é de 0,19 unidades/m² que em alguns pontos foram retiradas para a formação dos caminhos que facilitam o acesso dos pescadores à margem do rio.

Por estar próximo da cidade, esta área é de fácil acesso, sendo alvo para pessoas que utilizam o local para praticar a pesca, essa atividade garante a alimentação (consume e vende pescado) das famílias carentes e também é forma de recreação. O intenso uso destas áreas resultou na retirada da vegetação rasteira, e também de algumas árvores, fato visivelmente notado pelos caminhos formados pelos pescadores, e pela grande presença de restos de troncos e muitas árvores secas.

Diante dessas mudanças é notável um contraste em relação à margem direita, que mantém suas características que permanece preservada, apresentando vegetação mais densa. Além da presença da vegetação rasteira que surge na época da cheia.

Trecho 2

O segundo trecho encontra-se na margem convexa, apresenta características de áreas de deposição, sendo fácil identificar pela presença de áreas onde a vegetação foi retirada, registra-se a construção de casas e clubes. As árvores deste local são porte maiores, em uma área de 20x20 m, foram encontradas apenas 6 (seis) unidades, com densidade de vegetação de 0,01 unidades/m², além do que podemos verificar que muitas destas árvores estão morrendo.

Pelo fato dessas árvores serem de maiores porte a maioria foram cortadas pela população, para serem utilizadas para construção de cercas e madeiramento para telhados e até mesmo para queimá-las. Neste trecho as chácaras localizadas em área de preservação permanente são fechadas por cercas de arame farpado ou por muro (alvenaria).

Trecho 3

O terceiro trecho encontra-se na margem convexa, por ser área de deposição, sem erosão marginal, possibilitou a construção de praias artificiais. Atualmente, observa-se o intenso uso do local, isso é facilmente

identificado, pela presença de residências e clubes próximos à margem do rio, na área que deveria ser de preservação permanente.

Nesta área as poucas árvores que foram encontradas, registra-se em área de 20x20 m, 17 unidades, não existe a presença de pequenos arbustos e a vegetação rasteira a densidade é de 0,04 unidades/m², vale mencionar que os indivíduos quantificados alguns são vegetação intrusivas que não faz parte da flora local.

Na área construída, encontramos muro de arrimo, que é visivelmente identificado sua função de dique de contenção de água fluvial no período de cheias, quando eleva o nível da água do rio. Na parte elevada, acima do muro foram construídas as sedes dos clubes, casas, postes de iluminação, bancos e mesas de cimento, o solo é coberto por grama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização do local pela população foram os principais fatores responsáveis pela aceleração das mudanças ocorridas na margem da Baía três Bocas. A ocupação do homem contribuiu para a devastação das espécies vegetais, pois foram retiradas espécies vegetais nativas que protegiam a margem do rio. As trilhas feitas pelos pescadores foram se estendendo cada vez mais, possibilitando assim o aumento da erosão marginal.

Com um olhar mais atento às mudanças ocorridas, foi possível identificar que o desenvolvimento da cidade e o aumento no número da população foram elementos primordiais para a devastação da vegetação, já que à medida que a população crescia, exigia-se uma maior área para abrigar todos. No entanto, vale ressaltar que é necessário que haja um planejamento adequado para que a depredação não venha a prejudicar o próprio desenvolvimento da cidade e conseqüentemente a qualidade de vida do homem.

Após essa análise é inevitável dizer que essas mudanças só ocorrem porque há interesses políticos e capitalistas, não se preocupando com as conseqüências dessas ações para a própria sociedade, pois as respostas da natureza são drásticas, se enxergarmos a sua importância para a existência do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ARRUDA, Adson de. **Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres, nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)**. Cuiabá-MT, 2003.

BARBOSA, Luiz Mauro. **Simpósio sobre mata ciliar. Anais** – Fundação CARGILL, Campinas, 1989.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **Um esboço sobre a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859 – 1889)**. Cuiabá:KCM, 2006.
CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Geomorfologia**. São Paulo, Edgard Blucher, 2ª ed, 1980.

CONAMA (2005) **Resolução nº 357. Conselho Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente**. Brasil.

MENDES, Natalino F. **História de Cáceres**. Tomo I. Cáceres, 1973.

RADAMBRASIL. **Levantamento dos recursos naturais**. Cuiabá - Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia. Secretária Geral. Projeto RADAMBRASIL. 1982. Folha SD 21,448.

SOUZA, C.A; LANI, J.L. & SOUSA, J.B. **Questões Ambientais- Pantanal Mato- grossense**. 1ª Ed. Editora Unemat, Cáceres-MT, 2009.

**OCUPAÇÃO DA MARGEM ESQUERDA DO RIO PARAGUAI: TRECHO
URBANO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES – SUDOESTE
MATOGROSSENSE**

Gustavo Roberto dos Santos Leandro⁴⁰

Célia Alves de Souza⁴¹

RESUMO: O rio Paraguai nasce na Chapada dos Parecis com extensão de 2.693 km, tem como afluentes os rio Jauru, Sepotuba e Cabaçal no Mato Grosso. A bacia hidrográfica do rio Paraguai abrange uma área aproximada de 368.000 Km². O presente trabalho teve como objetivo conhecer as atuais condições de ocupação da margem esquerda do rio Paraguai na área urbana do município de Cáceres – MT. Para tanto, foram realizados os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica relacionada à área de estudo e sobre a temática, trabalho de campo para observação e descrição. A urbanização da cidade foi iniciada especificamente na baía do Malheiros. Na atualidade observa-se a degradação da margem esquerda onde a cidade faz contato direto com o rio, representada sob a forma de impermeabilização do solo até o barranco do rio, retirada da mata ciliar em substituição por espécies ornamentais e frutíferas, construções permanentes, tais como: comércios, residências, áreas de recreação, área portuária, além do lançamento de resíduos sólidos e esgoto sem tratamento no rio. Observam-se ainda obras de engenharia, como muros de arrimo em todo o trecho estudado para a contenção da erosão marginal. Concluiu-se que essa ocupação inadequada tem aumentado nas áreas de preservação permanente (Lei n°4.771).

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação, degradação ambiental, Sudoeste de Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O referido trabalho teve como objetivo a identificação das atuais condições de ocupação/uso da margem esquerda do rio Paraguai no perímetro urbano de Cáceres, Mato Grosso. A fundação de Cáceres de acordo com Ferreira (2001) teve como propósito a “defesa do Reino”

⁴⁰ Graduando em Geografia pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

⁴¹ Professora do Departamento de Geografia – Universidade do Estado de Mato Grosso.
Email: celiaalvesgeo@globocom

evitando assim o contrabando de ouro que vinha do Vale do Guaporé. O núcleo funcionava como um posto fiscal. Atualmente a margem esquerda na zona urbana encontra-se descaracterizada devido às construções permanentes (residências, comércios, indústria e atividade portuária).

A bacia de drenagem interage fatores físicos, biológicos, econômicos e sociais. Sob o ponto de vista de auto-ajuste, pode-se deduzir que as bacias hidrográficas integraram uma visão de conjunto do comportamento das condições naturais e das atividades humanas (CUNHA e GUERRA, 1998).

Schumm (1977) considera o sistema fluvial como qualquer sistema físico ou histórico. O primeiro se refere ao funcionamento do sistema, enquanto que o segundo parâmetro age mais diretamente como tendências evolutivas. Significa que as mudanças que se processam no sistema ocorrem ao longo de variações da escala temporal. Sendo assim o sistema fluvial é um sistema físico com uma história.

Os rios para Cunha (1998) podem ser definidos como corpos de água em movimento que se concentram em um canal, e suas margens vêm sendo o centro preferido para a habitação humana, pois estes fornecem o suprimento através de suas águas para a fertilização dos campos para cultivo, geração de energia e para recreação.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de estudo

A área de estudo corresponde a margem esquerda do rio Paraguai, no perímetro urbano de Cáceres - Mato Grosso, Brasil. Encontra-se entre as coordenadas geográficas 16°00'00" a 16°06'00"- Latitude Sul e 57°38'00" a 57°44'00"- Longitude Oeste (**Figura 01**).

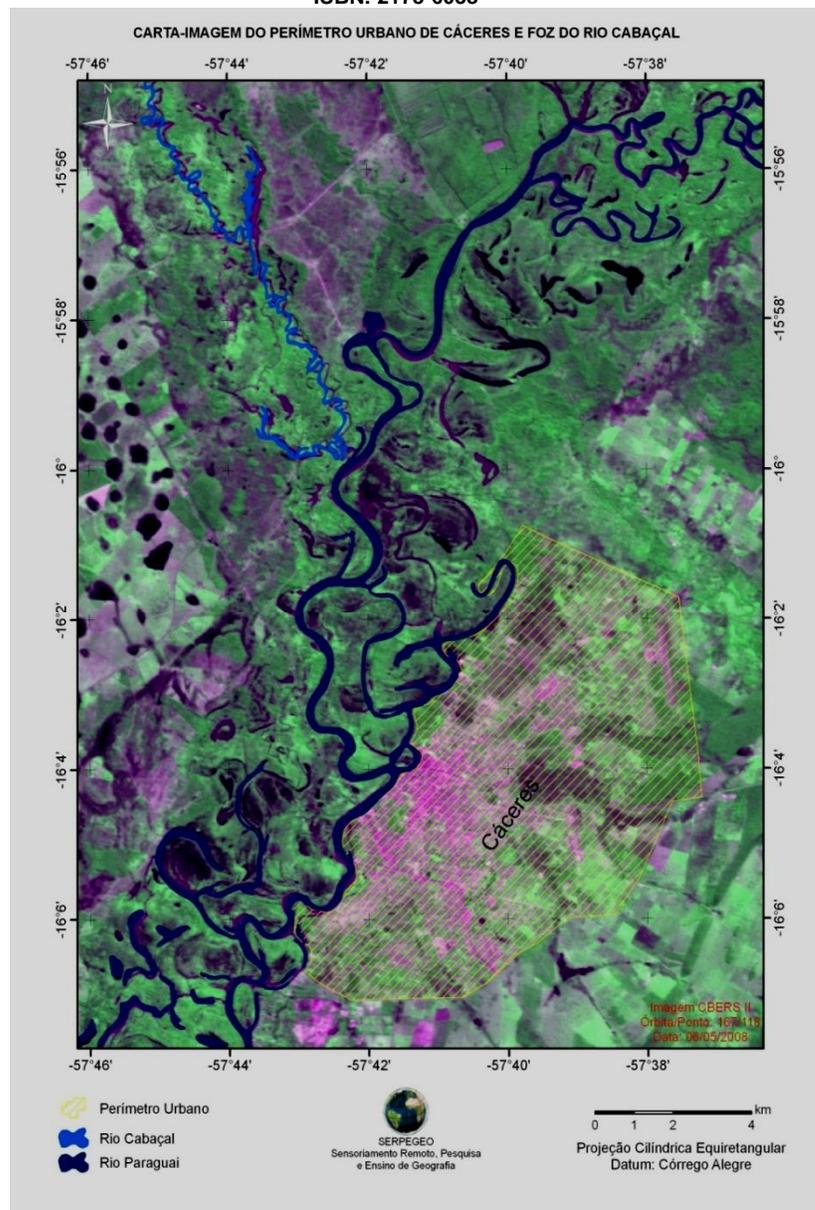


Figura 01: Localização da área de estudo.
Fonte: COCHEV, 2010.

Procedimentos metodológicos

- ✓ Revisão teórica e conceitual de obras relacionados à área de estudo e a temática.
- ✓ Trabalho de Campo

O trabalho de campo para a observação da margem esquerda do rio Paraguai no perímetro urbano da cidade de Cáceres, Mato Grosso verificando as diversas formas de ocupação e utilização da margem.

RESULTADOS

Rio Paraguai

A bacia hidrográfica do rio Paraguai abrange uma extensão territorial de 1.095.000 km² correspondente a áreas do sul e sudoeste mato-grossense, Mato Grosso do Sul (região Centro - Oeste do Brasil) e países sul-americanos (ANA, 2004).

Estudos realizados por Souza et al (2000) afirmam que o rio Paraguai é o principal canal de escoamento da bacia do Alto Pantanal. Sendo considerado como um sistema de precoce desenvolvimento apresenta uma estabilidade temporária. A baixa declividade do canal faz com que a água escoe lentamente, próximo de 1 a 5 cm/s tendo como consequência um intervalo maior entre o enchimento e o esvaziamento do rio Paraguai e seus tributários.

O rio Paraguai na região de Cáceres caracteriza-se como um segmento bem definido (canal e planície fluvial). Percorre a Depressão do Paraguai com altitudes que giram em torno de 98-280 m (SOUZA, 2004).

De acordo com Souza et al (2000) o rio Paraguai possui uma dinâmica própria, em termos de escoamento de fluxo, o que trás como efeito seu gradiente suave e uma planície de inundação que reserva parte do volume de água. A vazão oscila segundo a quantidade de chuvas em cada ano, com mudanças significativas, com cheias de Outubro a Março e estiagem de Abril a Setembro.

O rio Paraguai apresenta uma variedade de formas geomorfológicas. As formas deprimidas são representadas por pequenas lagoas, baias (meandros abandonados) ou por antigos leitos de rio. Com relação às

pequenas elevações do terreno, destacam-se os depósitos de sedimentos, diques marginais e ilhas fluviais.

Contextualização histórica sobre a ocupação do município de Cáceres

A transição da capital da Capitania para Vila Bela da Santíssima Trindade fez com que surgisse um fluxo permanente entre Cuiabá e Vila, favorecendo a implantação de núcleos nesse percurso, dentre eles Cáceres (SIQUEIRA, 1990).

A organização espacial do município de Cáceres esta ligada a forma de colonização e a maneira de ocupação territorial. As cidades planejadas surgiam a partir de núcleos formados próximos a garimpos de ouro e diamante ou as margens de cursos d'água **(Figura 02)**.

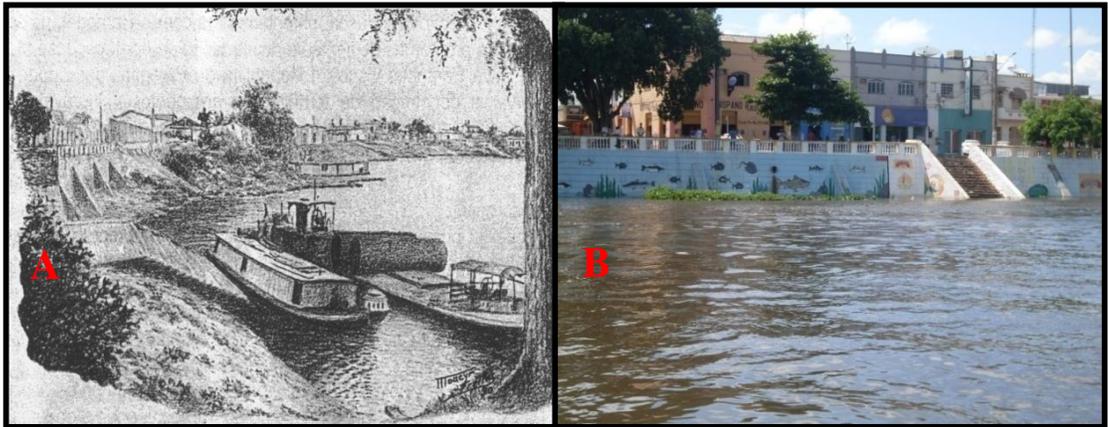


Figura 02: A) Antigo porto de Cáceres - MT, em 1900 B) Área central da cidade: observa-se muro de arrimo para contenção da margem.
Fonte: NUDHEO – (Núcleo de Documentação Histórica – UNEMAT (S/D)).
LEANDRO, 2010.

Os colonizadores chegaram até a região pelo rio Paraguai. Os habitantes locais, povo Bororo, ficaram conhecidos pelos bandeirantes paulistas como indígenas Cabaçais.

A Lei Provincial nº 03 de 30 de Maio de 1874 eleva Vila Maria do Paraguay a cidade com a denominação de São Luis de Cáceres. Nos

primeiros vinte anos do século XX, São Luis de Cáceres possuía importante papel na geopolítica de Mato Grosso, porque é neste momento da história que surgem os grandes casarões comerciais de importação e exportação (SIQUEIRA, 1990; ALVES, 1985). Alterou-se por meio do decreto-lei nº208 o nome do município de São Luis de Cáceres para Cáceres em 26 de Outubro de 1938.

Nas décadas de 60 e 70 o município de Cáceres destaca-se como pólo colonizador. O governador José Esteve de Lacerda inaugura a ponte Marechal Rondon sobre o rio Paraguai o que facilitou a ocupação do extremo oeste mato-grossense.

De acordo com Mendes (1998) a cidade possuía uma economia agropastoril na área rural e no perímetro urbano destacava-se o comércio, tendo como ponto central, “o coração da cidade” o porto. O processo de urbanização e expansão da cidade de Cáceres teve início no centro histórico avançando pela margem esquerda do rio Paraguai.

A cidade esta situada a margem esquerda do rio Paraguai, com altitude média de 118 m acima do nível do mar, possui clima tropical úmido típico da região pantaneira. Cáceres localiza-se a 209 km da capital de Mato Grosso, Cuiabá. Cerca de 74,6 % da população vive na zona urbana. Sua área territorial corresponde a 24.712,9 Km², e sua densidade demográfica é de 3,47 hab/Km² estando acima da média do Estado que é de 2,77 hab/Km² (GRANDO, 2002).

De acordo com dados do IBGE (2000), o município de Cáceres conta com um contingente populacional de 84.175 hab., apresenta como distritos: Bezerro Branco, Caramujo e Horizonte D’oeste.

Evolução da navegação e da ocupação das margens do rio Paraguai

Documentos etnográficos sobre a região mostram que a navegação no rio Paraguai teve início através de canoas de pequeno porte feitas de

troncos de árvores, movidas a remo, utilizadas pelos índios para se locomoverem (SOUZA, 1986). A partir do século XVI tiveram início o desenvolvimento da navegação e a ocupação das margens do rio Paraguai, sendo que algumas expedições espanholas navegaram pelo rio Paraguai com embarcações de maior porte.

No século XVIII foi intensificada a ocupação nas margens graças à abertura de fazendas; surgimento de núcleos urbanos como o povoado de Cáceres em 1772 e também pela abertura da navegação no rio Paraguai, para o escoamento do ouro da capital do Estado, Vila Bela da Santíssima Trindade e carne bovina das fazendas ribeirinhas (MENDES, 1992).

Em meados do século XIX e início do XX observa-se, nas margens do rio Paraguai, o desenvolvimento da pecuária extensiva e da agricultura de subsistência, instalação de grandes fazendas de charqueadas, com exportação de carne e couro para a Bélgica e, também, aumento da exploração da poaia (*Cephaelis Ipecacuanha*) (IBGE, 1958).

A navegação no local é intensa, pois diferentes tipos de embarcações são encontrados em seu leito, tais como canoas a remo, barcos a motor, lanchas, barcos de passeio e comboios. De acordo com levantamento realizado nos ancoradouros, além de entrevistas com barqueiros, a cidade de Cáceres possui 60 canoas, 371 barcos a motor; 52 lanchas, 23 barcos de passeio com capacidade para 10 a 36 pessoas e 45 comboios/ano, sendo que cada comboio possui 6 chatas e 1 rebocador, destinados ao transporte de soja em grãos. O elevado número de embarcações, principalmente os barcos a motor, as lanchas e barcos de passeio, geram ondas que promovem a remoção de sedimentos das margens.

O rio Paraguai e os canais secundários (braços) percorrem 13 km de extensão no perímetro urbano de Cáceres. O processo de urbanização e expansão de Cáceres teve início na baía do Malheiros avançando pela margem esquerda do rio Paraguai. Atualmente, no perímetro urbano, a margem está totalmente ocupada por atividades humanas. Na baía do late

foram construídos clubes, casas de veraneio. No canal secundário (baía dos Malheiros) que percorre na área central de Cáceres, são desenvolvidas várias atividades socioeconômicas (Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, ancoradouros, bares, restaurantes, comércios, praça de eventos). No segmento do Paraguai encontra-se o bairro São Miguel e área portuária.

A Praça Barão do Rio Branco é uma das principais áreas públicas do município, onde se encontra a Igreja Matriz de Cáceres e o Marco do Jauru, monumento tombado pelo IPHAN. Inúmeros eventos são realizados no local como a Festa de São Luis de Cáceres e o FIP (Festival Internacional de Pesca). No entorno da praça são encontrados antigas construções que na atualidade são utilizadas em sua maioria como estabelecimentos comerciais (restaurantes, serviços públicos e privados, entre outros). Abaixo da Praça Barão do Rio Branco são encontradas embarcações de pequeno a grande porte como barcos-hoteis, restaurantes flutuantes e embarcações de passeio.

O Bairro São Miguel encontra-se totalmente urbanizado e impermeabilizado com ruas asfaltadas. Inúmeras embarcações utilizam o local como ancoradouro. Nesse trecho há vários casarões dos séculos XVIII e XIX e construções com aspectos contemporâneos. Na margem foi construído muro de arrimo para conter a erosão. A água captada para o abastecimento da cidade é retirada do rio Paraguai no local estando sob a responsabilidade da Prefeitura.

O Porto de Cáceres é responsável pelo transporte de grãos cultivados no Norte e Sudoeste do Estado. O transporte da produção via fluvial é feito por comboios de chatas. Para a construção dos ancoradouros parte do leito foi aterrado. A atividade portuária conta com dois terminais sendo um público e outro privado, ambos administrados pela Companhia Docas de Mato Grosso. Próximo ao Porto foi construído sobre o rio Paraguai a Ponte Marechal Rondon. No entorno a vegetação foi parcialmente retirada ocorrendo no local pesca de barranco.

Abaixo da Ponte Marechal Rondon percebe-se conflito social: por um lado mansões, pousadas e restaurantes, por outro lado a população de baixa renda ainda resiste com suas residências e também realizando atividades subsistência de pesca amadora na margem do rio Paraguai. A pesca é feita em barranco, cevas em flutuante ou em embarcações de pequeno porte.



Fig. 03: A) Pesca amadora em barranco o que descaracteriza a margem B) Casa de alto padrão com cava em flutuante.
Fonte: LEANDRO (2009 e 2010).

Atividade Portuária na Cidade de Cáceres, Mato Grosso

Na área portuária, encontram-se os ancoradouros da Portobrás e do Grupo Ceval que embarcam, principalmente, cargas de soja e milho em grãos. Esses ancoradouros foram instalados na parte íngreme, sendo que uma parte do leito foi aterrada para efetuar a ligação entre o ancoradouro e o rio Paraguai. A atividade portuária na cidade de Cáceres, conta com dois terminais sendo um público e outro privado, ambos administrados pela Companhia Docas de Mato Grosso.

Os caminhões que transportam os grãos produzidos no Norte de Mato Grosso por via terrestre até o município de Cáceres ocupam as vias públicas do Bairro São Miguel na entrada dos Terminais Portuários a margem esquerda do rio Paraguai.

A atividade portuária acarreta problemas ambientais ocasionados pelo descarregamento, armazenamento e carregamento dos grãos nas barcaças. Com a queda de grãos no leito do rio ocorre a alteração dos hábitos alimentares dos peixes, alterando a cadeia de reprodução. Essa área acaba sendo caracterizada como ceva, pois os moradores encontram grande quantidade de peixes atraídos pelos grãos de soja aumentando a pesca predatória. Todo o processo de transporte dos grãos é feito mecanicamente (BARBOSA, 2008).

Um dos principais grãos cultivados no Estado é a soja, sendo os maiores produtores Lucas do Rio Verde, Sorriso, Diamantino, Tangará da Serra e Região de Cáceres. A produção dessas cidades e regiões passa pelo Terminal Portuário de Cáceres tendo como principal destino Gravelal – BO para a produção de óleo de soja e farelo.

Atividade pesqueira nas margens do rio Paraguai

A margem esquerda do rio Paraguai esta sendo ocupada por inúmeras atividades antrópicas tais como comércios, indústrias e pesca com acampamentos, cevas de barranco e flutuantes.

As cevas são construções edificadas de forma artesanal tendo como objetivo principal atrair peixes por meio de alimentos (iscas) para o local onde é construído, geralmente próximo a residências. A escolha dos locais para a construção das cevas ocorre de forma empírica, de acordo com o conhecimento popular adquirido pelos pescadores. Em geral as cevas são instaladas próximas a árvores frutíferas. As iscas mais usadas nas cevas são o milho, a soja e a mandioca. Os materiais utilizados na confecção das cevas são: barbantes, cordas, arames, baldes e canos de PVC.

As cevas de barranco descaracterizam os locais onde são construídas, pois a vegetação nativa é retirada, ocorre depósito de lixo e queimadas. Os pesqueiros construídos na margem dão novas características ao ambiente. Da mesma forma que as cevas de barranco ocorrem o

desmatamento da área, deposição de lixo, utiliza-se ainda como forma de limpeza do local as queimadas. Esse tipo de construção apresenta certa infra-estrutura. As cevas e os pesqueiros são demarcados por placas que identificam a denominação e o nome do proprietário do local.

Turismo no corredor fluvial do rio Paraguai em Cáceres

O corredor fluvial possui potencial turístico e recreativo em razão de sua biodiversidade, com áreas inundadas, baías, lagoas, ilhas e praias, dentre outros. Há uma diversidade de espécies gramíneas e vegetação arbórea de pequeno e médio porte nas margens, enquanto que na calha do rio e nas baías existem várias espécies de vegetação flutuante, dentre as quais se destaca a vitória-régia (*Victoria amazonica*) (**Figura 04**).



Figura 04: A) Campo de vitória-régias B) Vegetação de médio porte, margem direita, período de cheia.
Fonte: LEANDRO, 2010.

Além das espécies vegetais, encontram-se várias espécies animais como aves, peixes, mamíferos e répteis, além de antigas fazendas e sítios arqueológicos. A cidade de Cáceres enriquece tal potencial, em razão do centro histórico (SOUZA, 2004).

As praias, encontradas em alguns segmentos do rio Paraguai, surgem durante o período de estiagem. Seu tamanho pode variar de um ano para

outro, devido à quantidade de sedimentos transportados e depositados. Ali a população instala acampamentos nos finais de semana e feriados.

No corredor fluvial, existem várias formas de turismo como o de massa, praticado pela população urbana da cidade de Cáceres e outras cidades vizinhas, que freqüentam as praias na condição de banhistas ou pescadores. Outras formas de turismo encontradas são: o turismo pesqueiro, o turismo de contemplação e contato com a natureza (recursos hídricos, fauna, flora), o turismo cultural e o ecoturismo.

Devido a algumas de suas características, Cáceres é conhecida internacionalmente. O Festival Internacional de Pesca, realizado na cidade, é considerado o maior do mundo (Guinness Book). Soma-se a isto a valorização da cultura local, como as festas de São Luiz, São Gonçalo, cururu e o siriri ao ritmo da viola de cocho, a conservação das construções históricas e os casarões antigos tombados como patrimônio histórico. Cáceres possui uma rede hoteleira, com destaque para a comida pantaneira (SOUZA, 2004).

Na margem esquerda da cidade são vários os casarões dos séculos XVIII, XIX e XX o que garante a Cáceres um amplo patrimônio histórico. Cáceres possui, de acordo com informações dadas pelos funcionários do Museu Histórico de Cáceres 42 imóveis tombados pelo Patrimônio Estadual, um pelo IPHAN que é o Marco do Jauru, atualmente localizado em frente à Igreja Matriz na Praça Barão do Rio Branco.

CONCLUSÃO

Concluiu-se que essa ocupação inadequada tem aumentado nas áreas de preservação permanente ao longo do rio Paraguai (Lei nº4.771). Na margem esquerda foram identificadas novas construções permanentes principalmente imóveis residenciais e comerciais. A margem direita esta sendo utilizada para fins pesqueiros (observou-se cevas em flutuante e em barranco).

REFERÊNCIAS

ALVES, G. L. **Mato Grosso e a História, 1870 – 1929**. São Paulo - SP. 1985.

ANA/ GEF/ PNUMA/ OEA. **Programa de Ações Estratégicas para o gerenciamento Integrado do Pantanal e Bacia do Alto Paraguai**. Relatório Final/ Agência Nacional de Águas – ANA (et al). Brasília – DF, 2004.

BARBOSA, A. **Rio Paraguai, na cidade de Cáceres – MT: Uso e ocupação da margem esquerda no perímetro urbano**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Universidade do Estado de Mato Grosso. Cáceres – MT, 2008.

CUNHA, S. B. Bacias hidrográficas. In: CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. (org.) **Geomorfologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1998.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e Seus Municípios**. Secretaria de Estado de Educação, Cuiabá – MT, 2001.

GRANDO, B. S. **Cultura e dança em Mato Grosso: Catira, Curussé, Folia de reis, Siriri, Cururu, São Gonçalo, Rasqueado e dança Cabocla na região de Cáceres**. Centro de Texto. Cuiabá – MT, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Enciclopédia das cidades brasileiras**. Rio de Janeiro – RJ: IBGE, 1958.

MENDES, N. F. **Efemérides Cacerenses**. 2ed. Brasília – DF:Centro Gráfico do Senado Federal, 1992.

MENDES, N. F. **Memória Cacerense**. Cáceres – MT, 1998.

SCHUMM, S. A. **The fluvial system**. Wiley, Chishester, 1977.

SIQUEIRA, E. M. **Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá – MT, 1990.

SOUZA, C. A. Sousa, J. B. ,CUNHA, S. B. **Considerações preliminares sobre impacto das “chatas” nas margens do rio Paraguai – MT**. Bauru – SP: Revista Ciência Geográfica, Ano VI, V. 3, n. 17, 2000.

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE REVERSÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL E SUA CONCRETA EFETIVIDADE NAS SOCIEDADES CAPITALISTAS

Evelin Mara Cáceres Dan⁴²

RESUMO: O presente artigo busca refletir sobre a possibilidade de se alcançar os objetivos da política urbana quais sejam a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, do cumprimento da função social da propriedade urbana e a garantia das condições dignas de vida à partir do que preleciona as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) na lógica da produção e reprodução capitalista no espaço urbano. O referido Estatuto, em princípio, conteria importantes instrumentos que poderiam ser alvitados, ao se pensar na necessidade de ordenação da ocupação urbana. Assim o mesmo institucionalizou as diretrizes gerais para a uniformização das políticas públicas urbanas no país, ratificando de forma expressiva o papel do Plano Diretor como instrumento cabível para promover o ordenamento da ocupação do solo urbano e a sustentabilidade da qualidade de vida de nossas cidades. Contudo, o presente estudo ratifica a necessidade de se fazer uma análise crítica diante da suposição de mudança da sociedade pela edição e aplicação de boas leis, idealismo este amplamente dominante entre os juristas, vez que oculta as insolúveis contradições de luta de classes bem como a utilização da máquina pública estatal em favorecimento da elite dominante.

PALAVRAS-CHAVE: urbanização, Estatuto da Cidade, ocupação urbana

INTRODUÇÃO

42 Professora Especialista do Depto. de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso.
E-mail: evelind@hotmail.com

A urbanização, na sua atual concepção, constitui-se como um fenômeno tipicamente moderno que se manifestou à partir do século XIX tendo sua formação vinculada à industrialização nas sociedades capitalistas.

Assim, as atividades industriais, que se concentravam essencialmente nas cidades, acabam por atrair um exército de desassistidos que busca melhoria nas condições de vida e em consequência disso abandonam a segurança do “campo” para tornarem-se trabalhadores marginalizados.

Constata-se que a evolução das cidades prescindiu da adoção de políticas de igualdade e moradia para estes trabalhadores que acabam por ocupar espaços desqualificados e ali permanecem no esquecimento.

Na obra clássica de Engels intitulada de *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, tendo sido publicada em 1845, se expõe as situações precárias e dilacerantes que atingiam os bairros operários da época. Assim, restou evidenciado o surgimento de cortiços insalubres, barulhentos, fétidos, inseguros, abastecidos por água contaminada e sem infra-estrutura alguma.

Nesse sentido Ronaldo Coutinho pondera que “Entretanto, como o proletariado foi durante muito tempo a exclusiva vítima da degradação ambiental, esta questão foi acobertada por um silêncio histórico. Nas três últimas décadas do século XX, quando a chamada “crise ambiental” também atinge os interesses de ponderável parcela da burguesia, ela ganha espaço crescente nos meios de comunicação, na academia e na própria opinião pública, gerando inclusive o aparecimento de uma alentada literatura especializada e organizações de toda a espécie que buscam ampliar o debate das questões ambientais e assumem variadas estratégias políticas na luta contra o declínio da qualidade de vida do planeta. (2009, p. 4-5).

Assim, a discussão da ocupação urbana, então, além de refletir sobre os diagnósticos de crescimento desordenado, instrumentos técnicos de ordenação da cidade e controle, perpassa também pela discussão da

enorme desigualdade social existente nas cidades, bem como sobre as formas que a sociedade organizada e o Poder Público estão utilizando para “amenizar” a crise urbana instalada e bastante incômoda.

É nessa perspectiva que se inicia a preocupação com a formulação de uma nova ordem urbana pois a degradação ambiental transpôs a periferia e os cortiços.

Tornou-se bastante recorrente na produção acadêmica, na mídia e nos debates políticos a atribuição ao desordenamento da ocupação do solo urbano como responsável das crises urbanas e também a postulação de que o diagnóstico mais eficaz para solucionar essa crise seria a utilização do Plano Diretor para a efetivação da ordenação do espaço urbano, ganhando assim maior intensidade com o advento da Lei nº 10.257-2001, mais conhecido como Estatuto da Cidade.

Nesse sentido Ronaldo Coutinho assevera que “não há, em tese, dúvida sobre a intenção e o mérito do Estatuto da Cidade, na medida em que a referida Lei assenta na premissa de que a noção jurídica de propriedade privada hoje não comporta mais em si mesma os pressupostos de uma visão unívoca e absoluta, eis que há expressiva parcela de juristas de acordo com a noção de que a propriedade, como bem de produção, não deve ser simplesmente puro objeto de apropriação privada, mas sim, deve reverter à coletividade os benefícios de sua funcionalidade. Em princípio, portanto os instrumentos urbanísticos referidos no Estatuto da Cidade representariam o arcabouço jurídico de garantia do direito difuso à cidade, entendido este como a construção de uma cidadania participativa e democrática”.(2007, p. 19)

O referido Estatuto, em princípio, conteria importantes instrumentos que poderiam ser alvitrados, ao se pensar na necessidade de ordenação da ocupação urbana. Assim o mesmo institucionalizou as diretrizes gerais para a uniformização das políticas públicas urbanas no país, ratificando de forma expressiva o papel do Plano Diretor como instrumento cabível para promover

o ordenamento da ocupação do solo urbano e a sustentabilidade da qualidade de vida de nossas cidades.

Assim, dispõe o seu artigo 2º que “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, a infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.”

Contudo o que é ignorado por essas diretrizes, contempladas pelo Estatuto da Cidade, é a lógica da produção e reprodução capitalista do espaço.

Nesse diapasão, o espaço urbano torna-se espaço global do capital na medida em que sua utilização se dá de forma seletiva vindo a atender as necessidades de acumulação capitalista, vez que até mesmo as legislações de regulamentação da política urbana estão comprometidas com a especulação financeira, sendo este um elemento que vêm caracterizando a nível espacial, a estratificação existente.

Como assinala Ronaldo Coutinho: “A contradição entre o processo de produção social e sua apropriação privada é o componente fundamental para o entendimento da reprodução espacial, na medida em que, numa sociedade alicerçada sobre a troca, a apropriação do espaço, ele próprio produzido, como qualquer outra mercadoria, atende as necessidades da acumulação através das mudanças, readaptações de usos e funções dos lugares que também se reproduzem, a partir de mecanismos e estratégias da reprodução, num determinado momento da história do capitalismo, que se estende cada vez mais ao espaço global, criam novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas. Com maior intensidade, o espaço produzido, enquanto mercadoria, entra na esfera da circulação, atraindo

capitais que migram de um setor da economia para outro, de modo a viabilizar a reprodução.” (2007, p. 21)

As políticas de desenvolvimento urbano promovidas pelo Poder Público passam necessariamente por “filtros” que atendem as classes dominantes, seja por meio da sua capacidade de mobilização ou por sua hegemonia econômica, restando evidente que os instrumentos utilizados pelo Estado para tal efetivação do desenvolvimento não volta-se a população mais carente.

Insurge-se ao arrepio dos interesses da maioria esse tipo de configuração espacial. E precisamos recorrer à Milton Santos para dizer que “Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados;” (2007, p.41)

Fato é que a transformação e a produção do espaço construído são determinados pela dinâmica da acumulação capitalista. Também é razoável admitir que os instrumentos legais e institutos jurídicos apregoados pelo Estatuto da Cidade criam algumas alternativas no sentido de atenuação das precárias condições de vida da maior parte da população brasileira justamente por preverem a participação popular nas gestão democrática à que os Municípios devem implementar. Contudo, referidas constatações merecem uma análise mais crítica pois a suposição da possibilidade de mudança da sociedade pela edição e aplicação de boas leis, idealismo este amplamente dominante entre os juristas, oculta as insolúveis contradições de luta de classes bem como a utilização da máquina pública estatal em favorecimento e atendimento dos interesses de uma elite dominante.

Disto provém a triste constatação de que o Direito no modo de produção capitalista, instrumentaliza o desenvolvimento das relações de mercado.

OBJETIVO

O presente texto tem como objetivo refletir sobre a possibilidade de se alcançar os objetivos da política urbana quais sejam a garantia do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, do cumprimento da função social da propriedade urbana e a garantia das condições dignas de vida à partir do que preleciona as diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) na lógica da produção e reprodução capitalista no espaço urbano. Em princípio, o Estatuto da Cidade conteria importantes instrumentos que poderiam ser alvitados, ao se pensar na necessidade de ordenação da ocupação urbana. Assim o mesmo institucionalizou as diretrizes gerais para a uniformização das políticas públicas urbanas no país, ratificando de forma expressiva o papel do Plano Diretor como instrumento cabível para promover o ordenamento da ocupação do solo urbano e a sustentabilidade da qualidade de vida de nossas cidades. Entretanto restará demonstrado que a criação de normas gerais de ordem pública bem como os instrumentos e institutos aventados pelas mesmas não se mostrarão eficazes na solução das contradições que impregnam a realidade social.

METODOLOGIA

A pesquisa utilizada para a produção do presente texto é de ordem qualitativa, onde houve a utilização de métodos dialético contemporâneo, dedutivo analítico ou formal, histórico e estruturalista. Por fim, é de se dizer, que a pesquisa bibliográfica sobre o tema alicerça nosso estudo, ampliando os conhecimentos sobre o assunto e constituindo importante instrumento às nossas conclusões.

RESULTADOS

Inúmeros estudiosos vem aventando para a possibilidade de o Plano Diretor ser um instrumento viável na resolução dos conflitos decorrentes da desordenação da ocupação urbana se calcado no debate e na participação do conjunto da sociedade a quem em seus objetivos os planos de desenvolvimento urbano pretenderiam beneficiar. Esse debate ganhou maior intensidade com o advento da Lei nº 10.257-2001, mais conhecido como Estatuto da Cidade.

Cumpra ponderar que a produção do espaço se realiza sob a égide da propriedade privada do solo urbano. Isso acaba por revelar o modo pelo qual seu uso se dá sendo evidente que na sociedade capitalista o respectivo uso do solo urbano estará sendo determinado pelo processo de troca que se efetua no mercado. Em consequência devemos admitir que os instrumentos legais e institutos jurídicos apregoados pelo Estatuto da Cidade criam algumas alternativas no sentido de atenuação das iníquas condições de vida do exército de desassistidos nas cidades vez que de algum modo há previsão da participação popular na formulação dos Planos Diretores dos Municípios, possibilitando as classes sociais mais baixas integrar-se na gestão. Porém não se mostrarão eficazes na solução das contradições que impregnam a realidade social justamente porque o Direito concebido no modo de produção capitalista viabiliza o desenvolvimento das relações de mercado, tornando-se instrumento essencial na preservação da ordem a ser utilizado pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação urbana não é somente desordenada, mas iníqua, efetivada sob o domínio da “segregação residencial”, por força da qual as populações carentes e de baixa renda são ejetadas para a periferia do espaço urbano, onde vivem em condições dilacerantes, agravadas pela ausência de uma política de transporte de massa, recebendo as áreas de

assentamento da população abastada e da classe média maiores benefícios da ação do Estado.

Conclui-se que a criação de normas gerais de ordem pública bem como os instrumentos e institutos aventados pelas mesmas não se mostrarão eficazes na solução das contradições que impregnam a realidade social. Pois a suposição da possibilidade de mudança da sociedade pela edição e aplicação de boas leis, idealismo este amplamente dominante entre os juristas, oculta as insolúveis contradições de luta de classes bem como a utilização da máquina pública estatal em favorecimento e atendimento dos interesses de uma elite dominante.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

COUTINHO, Ronaldo. A mitologia da Cidade Sustentável no Capitalismo. In: COUTINHO, Ronaldo. BONIZZATO, Luigi (coord). **Direito da Cidade: novas concepções sobre as relações jurídicas no espaço social urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2007.

COUTINHO, Ronaldo. Direito Ambiental das Cidades: Questões Teórico- Metodológicas. In: COUTINHO, Ronaldo. ROCCO, Rogério (orgs). **O Direito Ambiental das Cidades**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2 ed. 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do Homem**. São Paulo, 5 ed., Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038

RESUMOS SIMPLES

ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR EM CÁCERES/MT: um projeto em construção

Tânia Paula da Silva

Email: tanggela@bol.com.br

RESUMO: O processo de urbanização é um fato irreversível no Brasil, afinal a dinâmica da evolução social humana, cria a necessidade de se ocupar cada vez mais os espaços gerando o crescimento constante dos núcleos urbanos. O processo histórico da evolução urbana no município de Cáceres ocorreu sem um planejamento técnico adequado, gerando uma série de problemas urbanos. Uma das formas para promover o crescimento e desenvolvimento com o menor impacto socioambiental possível é a elaboração de um Plano Diretor, que discipline e ordene a ocupação do espaço, o que efetivamente contribuirá para uma melhor qualidade de vida de seus habitantes, afinal, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 182, O Plano Diretor é o instrumento básico da Política de desenvolvimento e de expansão urbana obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes. Ressalta-se que o Plano Diretor não é um produto final e, sim, um instrumento de trabalho, e que o processo de planejamento é mais importante que o próprio Plano afinal a ocupação do meio urbano está intrinsecamente ligada na formação cultural e social dos responsáveis pela mesma, e quando se trata de uma cultura limitada em conhecimentos técnicos e voltada a acatar as imposições do capital, a ocupação do meio urbano obedece aos interesses imediatistas e financeiros quando na verdade deveria submeter-se a um planejamento técnico imparcial a estes tipos de interesses voltados a evitar ou minimizar os efeitos negativos da urbanização.

PALAVRAS-CHAVE: Cáceres, fragmentação, produção.

**A BACIA HIDROGRÁFICA DO CÓRREGO CACHOEIRINHA, AFLUENTE
DA MARGEM ESQUERDA DO RIO DAS MORTES - MT**

Marciel Henrique da Silva

Rosivaldo Ferreira Mendes

Célia Alves de Souza

RESUMO: Bacia hidrográfica é uma unidade geomorfológica delimitada a partir do relevo, abrangendo características físicas, químicas, sociais e biológicas (Tundisi 1999). O cálculo da densidade de drenagem é importante na análise das bacias hidrográficas porque apresenta relação inversa com o comprimento dos rios. À medida que aumenta o valor numérico da densidade há diminuição quase proporcional do tamanho dos componentes fluviais das bacias de drenagem. O cálculo da densidade de rios é importante porque representa o comportamento hidrográfico de determinada área, em um de seus aspectos fundamentais: a capacidade de gerar novos cursos de água. O objetivo do estudo foi delimitar a bacia hidrográfica, o rio principal e seus afluentes, além de verificar a densidade dos rios e a densidade de drenagem. Para delimitação e identificação da rede de drenagem utilizou a carta topográfica São Marcos, representada pela escala 1:100.000, para definição da área e densidade de rios e drenagem e índice de circularidade usou fórmulas. A bacia hidrográfica do córrego Cachoeirinha, com altimetria de 600 metros, sendo afluente da margem esquerda do rio Das Mortes, no estado de Mato Grosso, possui área aproximadamente 99,94 km², o canal principal percorre cerca de 19 km, a densidade de rios é de 0,19 e a densidade de drenagem é de 1,02, com índice de circularidade de 1,66.

PALAVRA CHAVE: bacia hidrográfica; córrego Cachoeirinha

QUEIMADAS EM QUINTAIS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE CÁCERES-MT

Alianna Caroline Sousa Cardoso
Leonardo Vançan da Rocha Santos

RESUMO: Aborda-se o tema “Queimadas em quintais” para que seja feita uma associação entre o uso do fogo para eliminar lixo doméstico e os malefícios dessa prática. Por meio de coleta de informações foi constatado que na cidade de Cáceres-MT existem raros estudos acerca do assunto, o que corrobora para a ausência de informação da população. Por meio de entrevistas acerca do destino que as residências cacerenses dão ao lixo, constatou-se que, das 180 casas entrevistadas, 120 queimavam seus lixos nos próprios quintais, 40 residências afirmaram jogar seus lixos em terrenos baldios e os 20 restantes informaram condicionar o lixo em sacos plásticos para ser recolhido pela limpeza pública. Esse resultado somente confirma que o hábito de queimar lixo foi banalizado pela justificativa da falta de opção para o destino do lixo doméstico. De fato, são vários os fatores oportunistas dessa ocorrência, mas principalmente, a falta de informação. Do ponto de vista ambiental, tem-se que o uso indevido do fogo colabora para o aquecimento global e o efeito estufa, além de causar graves danos à saúde. Pode-se perceber destarte, que as queimadas urbanas ainda não são tema de debate para a sociedade cacerense que queima seu lixo na ilusão de eliminá-lo. Como maneira hábil de se diminuir o problema das queimadas urbanas em quintais, denota-se a necessidade de colocar o tema em pauta, bem como realizar estudos acerca do assunto, a fim de conscientizar a população dos malefícios dessa ocorrência.

PALAVRAS CHAVE: queimadas urbanas; fogo; ausência de informação.

ANAIS DO I SEMINÁRIO DO MEIO AMBIENTE URBANO
Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável
UNEMAT – CAMPUS DE CÁCERES – 31 de Junho a 02 de Julho de 2009
ISBN: 2178-6038
